

1 **934ª Sessão do Conselho Universitário.** Ata. Aos catorze dias do mês de setembro de
2 dois mil e dez, às catorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, em sessão
3 ordinária, na Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária “Armando de
4 Salles Oliveira”, sob a presidência do M. Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas e com o
5 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Helio Nogueira da Cruz, Vahan
6 Agopyan, Marco Antonio Zago, Maria Armanda do Nascimento Arruda, Sandra Margarida
7 Nitrini, Sérgio França Adorno de Abreu, Antonio Magalhães Gomes Filho, Teresa
8 Ancona Lopez, Adalberto Américo Fischmann, Sylvio Barros Sawaya, Ana Lúcia Duarte
9 Lanna, Mauro Wilton de Sousa, Maria Dora Genis Mourão, Lisete Regina Gomes
10 Arelaro, Flávia Inês Schilling, Antonio Carlos Hernandez, Luiz Nunes de Oliveira, Renato
11 de Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de Toledo, José Roberto Cardoso, Maria do
12 Carmo Calijuri, Paulo Seleglim Junior, Marcos Boulos, Euclides Ayres de Castilho,
13 Benedito Carlos Maciel, Marcos Felipe Silva de Sá, Fernando Rei Ornellas, Ivano
14 Gebhardt Rolf Gutz, Albérico Borges Ferreira da Silva, José Carlos Maldonado, Caetano
15 Traina Junior, Flávio Ulhoa Coelho, Laerte Sodrê Júnior, João Evangelista Steiner,
16 Colombo Celso Gaeta Tassinari, Marcos Egydio da Silva, Jorge Mancini Filho, Maria
17 Inês Rocha Miritello Santoro, Rui Curi, Luiz Roberto Giorgetti de Britto, Welington Braz
18 Carvalho Delitti, Miguel Trefaut Urbano Rodrigues, Antonio Roque Dechen, Joaquim
19 José de Camargo Engler, José Antonio Visintin, Leonardo José Richtzenhain, Isília
20 Aparecida Silva, Maria Helena Trench Ciampone, Silvia Helena de Bortoli Cassiani,
21 Regina Aparecida Garcia de Lima, Osvaldo Luiz Bezzon, Janete Aparecida Anselmo
22 Franci, José Carlos Pereira, Luiz Fernando Pegoraro, Rubens Côrte Real de Carvalho,
23 Carlos de Paula Eduardo, Emma Otta, Vera Silvia Raad Bussab, Michel Michaelovitch
24 de Mahiques, Belmiro Mendes de Castro Filho, Sebastião de Sousa Almeida, Francisco
25 de Assis Leone, Go Tani, Carlos Eduardo Negrão, Sérgio de Albuquerque, Patrícia
26 Maria Berardo Gonçalves Maia Campos, Helena Ribeiro, Sueli Gandolfi Dallari, Douglas
27 Emygdio de Faria, Catarina Abdalla Gomide, Sigismundo Bialoskorski Neto, Walter
28 Belluzzo Júnior, José Jorge Boueri Filho, Edson Roberto Leite, Nei Fernandes de
29 Oliveira Júnior, Domingos Sávio Giordani, Ignácio Maria Poveda Velasco, Valdir José
30 Barbanti, Maria Regina Torqueti Tolo, Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira, José
31 Roberto Machado Cunha da Silva, Luiz Eugenio Garcez Leme, Manoel Fernandes de
32 Sousa Neto, Mariana Aldrigui Carvalho, Thiago de Faria e Silva, Caio de Naday
33 Hornhardt, Camilo Molino Guidoni, Uirá Piá-Uaçu Oliveira Deák, Dário Ferreira Sousa
34 Neto, Gabriel Salles Barbério, Mayara Ferreira da Costa Patrão, Carime Thomazini
35 André, Leny Pereira Sant’Anna, Antenor Cerello Júnior, Marcos de Mattos Pimenta, Amanda Guerra
36 de Moraes Rego Sousa, José Maria Pacheco de Souza, José Oswaldo de Oliveira Neto, Renan
37 Theodoro de Oliveira, Rodrigo Souza Neves, Marcello Ferreira dos Santos, Alexandre Pariol Filho e
38 André Luiz Orlandin, presente também, o Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral. Justificaram
39 antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus suplentes, os Conselheiros: Fábio
40 Frezatti, Tércio Ambrizzi, Teresa Lúcia Colussi Lamano, Rodney Garcia Rocha, Elisabete Maria
41 Macedo Viegas, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Claudimar Amaro de Andrade

42 Rodrigues, Paulo Dimas da Silveira Tauyr, Francisco de Melo Viríssimo, Fábio de Salles
43 Meirelles, Abram Szajman, João Guilherme Sabino Ometto, Celso de Barros Gomes.
44 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Reinaldo Guerreiro, Telma Maria
45 Tenório Zorn, Lucas Antonio Moscato, Antonio Aprígio da Silva Curvelo, Pedro Alberto
46 Morettin, Heleno Taveira Torres, Renato Janine Ribeiro, Antonio José Bezerra de
47 Menezes Júnior, Francisco Carvalho de Brito Cruz, Felipe Martins Passero, Robson
48 Silva Thomaz, Horácio Lafer Piva e Silas Cardoso de Souza. Havendo número legal de
49 Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão. A seguir, o **M. Reitor** coloca
50 em discussão a Ata da 933ª Sessão, realizada em 06.04.2010, sendo a mesma
51 aprovada por unanimidade. Ato seguinte, o **M. Reitor** solicita ao Secretário Geral que
52 apresente os novos membros do Conselho Universitário. **Prof. Dr. Rubens Beçak:**
53 **“Diretores de Unidade:** Prof.ª Dr.ª Silvia Helena de Bortoli Cassiani (EERP), Prof.ª Dr.ª
54 Lisete Regina Gomes Arelalo (FE), Prof. Dr. Albérico Borges Ferreira da Silva (IQSC),
55 Prof. Dr. José Carlos Maldonado (ICMC), Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro (FEA), Prof. Dr.
56 Sigismundo Bialoskorski Neto (FEARP). **Representantes da Congregação:** Prof. Dr.
57 Paulo Selegim Junior (EESC), Prof. Dr. Lucas Antonio Moscato (EP), Prof. Dr. Luiz
58 Fernando Pegoraro (FOB), Prof.ª Dr.ª Anna Lúcia Duarte Lanna (FAU), Prof.ª Dr.ª Flávia
59 Inês Schilling (FE), Prof. Dr. Belmiro Mendes de Castro Filho (IO), Prof. Dr. Walter
60 Belluzzo Júnior. **Reconduzidos:** Prof.ª Dr.ª Vara Silvia Raad Bussab (IP). **Representante**
61 **dos Museus:** Prof.ª Dr.ª Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira (MP). **Institutos**
62 **Especializados:** Prof.ª Dr.ª Maria Hermínia Tavares de Almeida (IRI). **Representação**
63 **Discentes de Pós-Graduação:** Sr. Thiago de Faria e Silva (FFLCH), Sr. Claudimar
64 Amaro de Andrade Rodrigues (FMRP), Sr. Camilo Molino Guidoni (FCFRP), Sr. Paulo
65 Dimas da Silveira Tauyr (EESC), Sr. Dário Ferreira Souza Neto (FFLCH).” **M. Reitor:**
66 “Em nome da Universidade cumprimento a todos os que participam desse Conselho
67 pela primeira vez. Relembro que isso é a comprovação de que esse Colegiado vai
68 mudando de tempos em tempos, aspecto fundamental na democracia, fazendo com que
69 o Conselho Universitário fique cada vez mais aberto.” **Cons. Rui Curi:** (questão de
70 ordem) “Solicito, se possível, uma mudança na ordem do dia. Acho que o assunto da
71 concessão da Medalha ‘Armando de Salles Oliveira’ é de extrema importância,
72 envolvendo dois colegas. Como esse quórum, nesse momento, está repleto, penso que
73 isto poderia ser colocado como primeiro assunto de pauta.” **M. Reitor:** “Temos três
74 aspectos que dependem de quórum, que embora não qualificado, é sempre importante.
75 Temos, na Parte I – Expediente, o item 6 - eleição de um membro docente para compor
76 o Conselho Deliberativo do IEA e o item 7 - eleição de membro docente do Co para
77 compor o Conselho Deliberativo da Orquestra Sinfônica da USP e, se não houver
78 objeção fundada, poderíamos fazer a inversão da pauta. Na ausência de objeções,
79 façamos essa inversão da pauta.” **CADERNO VIII – CONCESSÃO DA MEDALHA**
80 **“ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA” - 1. PROCESSO 2010.1.22966.1.5 –**
81 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** (artigo 6º da Resolução nº 5477/08 – quorum de
82 maioria simples) Proposta encaminhada por membros do Conselho Universitário, de

83 concessão da Medalha “Armando de Salles Oliveira” ao Prof. Dr. Celso Lafer,
84 Presidente do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de
85 São Paulo e à Prof^a Dr^a Suely Vilela, Reitora da Universidade de São Paulo durante o
86 período de 2005 a 2009, tendo em vista o digno reconhecimento pelas suas carreiras
87 pessoais e acadêmicas (31.08.10). **Parecer da Comissão Especial da Medalha**
88 **“Armando de Salles Oliveira”**: aprova, por unanimidade dos presentes (8 votos), a
89 concessão da Medalha ao Prof. Dr. Celso Lafer, Presidente da Fundação de Amparo à
90 Pesquisa do Estado de São Paulo e à Prof^a Dr^a Suely Vilela, Reitora da Universidade de
91 São Paulo no período de 2005 a 2009 (09.09.10). **Parecer da CJ**: manifesta que sob o
92 aspecto jurídico, não há óbices à concessão da medalha da forma proposta, sendo
93 observados os preceitos legais que regem a matéria (09.09.10). **Cons. Luiz Nunes de**
94 **Oliveira**: “Tenho muita satisfação em apresentar o Prof. Celso Lafer e a Prof.^a Suely
95 Vilela, que foram indicados por uma fração expressiva desse Conselho para receber a
96 Medalha ‘Armando de Sales de Oliveira’. A rigor, não é necessário apresentação. Como
97 todos aqui, convivi com a Prof.^a Suely Vilela durante longo tempo neste Conselho e,
98 apesar de conhecê-la muito bem, não a conheço melhor do que a maioria dos senhores
99 Conselheiros. Apesar disso, mais adiante, farei algumas considerações sobre as
100 qualificações da Prof.^a Suely. O Prof. Celso Lafer talvez seja menos conhecido, mas não
101 muito menos, ouço falar dele já há pelo menos 30 anos. Naquele tempo já se percebia
102 uma carreira ascendente que ia passar, mais adiante, pelo Itamaraty, pela FAPESP e
103 iria transformá-lo no ícone que representa a pessoa pública no ideário brasileiro. Ele
104 também não precisa de apresentação. Quem precisa de apresentação, a meu ver, é a
105 Medalha ‘Armando de Salles Oliveira’. Aprovamos a criação da Medalha há dois anos e
106 ela foi imediatamente concedida aos oito Reitores que dirigiram a Universidade entre
107 1978 e 2005. Se continuássemos nessa linha, poderíamos, agora, outorgá-la somente à
108 Prof.^a Suely Vilela e com isso estaríamos firmando uma tradição em que esta Medalha
109 seria um agradecimento, uma homenagem muito justa aos nossos ex-Reitores. Os
110 idealizadores da proposta que está em nossas mãos entenderam que poderíamos fazer
111 melhor uso dela e isso exige uma reflexão. Podemos buscar no espírito de Armando de
112 Salles Oliveira as qualidades que gostaríamos de reconhecer naqueles que a recebem.
113 As qualidades que ele tem, sem as quais a USP não existiria, são claramente:
114 entusiasmo, força de vontade e coragem. Essas qualidades são indispensáveis nos
115 líderes, sem as quais nossa sociedade não é capaz de progredir. O entusiasmo é muito
116 importante, porque dele brotam as idéias. A visão e a coragem transformam essas
117 idéias em instituições. Finalmente, a determinação é muito importante, porque ela
118 permite que as nossas instituições se desenvolvam. É verdade que essas três
119 qualidades não são suficientes para um dirigente. Em geral, precisamos de outras
120 qualificações e, principalmente, de uma boa equipe que nos dê apoio, que permita
121 transformarmos idéias em realizações. Mas esse triângulo que mencionei é qualificação
122 pessoal mínima exigida de um bom dirigente e por isso merecem destaque. Parece-me
123 então muito justo que associemos essas três qualidades à Medalha ‘Armando de Salles

124 Oliveira' e temos agora a oportunidade de, por assim dizer, gravar em torno da efígie do
125 fundador da USP as três palavras: coragem, dedicação e entusiasmo. E podemos fazer
126 isso nesse momento. Os nomes que aparecem na proposta são riquíssimos em cada
127 um desses três domínios. A Prof.^a Suely Vilela ficou conhecida ainda quando dirigia a
128 FCFRP pelo seu entusiasmo, bravura, dedicação e força de vontade com que promovia
129 suas idéias. Poucas pessoas fizeram tanto esforço para engrandecer nossa
130 Universidade. Pudemos presenciar a forma com que seus olhos faiscavam quando ela
131 defendia as suas idéias nesse Conselho. E mesmo que a gente esquecesse tudo isso,
132 só a declaração de apaixonada, de amor à Universidade que fez ao discursar nas
133 celebrações dos 75 anos, já seriam suficientes para receber esta homenagem do Co. O
134 Prof. Celso Lafer também expressa seu entusiasmo por meio de palavras em várias
135 situações, quer fazendo um discurso em um lançamento de um programa da FAPESP,
136 quer discursando sobre Joaquim Nabuco, quer fazendo nossa Universidade
137 engrandecer aos olhos de uma estadista que veio nos visitar. Ele consegue mostrar que
138 suas artérias pulsam de maneira sobre-humana e pulsam porque são movidas por um
139 destilado de seivas acadêmicas. Em resumo, temos aqui duas figuras que têm
140 características diferentes. Não são de maneira alguma iguais, mas são pessoas
141 plantadas em um tripé de virtudes, justamente aquelas três que são as mais importantes
142 para o desenvolvimento acadêmico. Não vamos precisar de coragem para votar em
143 seus nomes, mas sim, queremos ter entusiasmo e determinação e os currículos que
144 foram distribuídos dão muita razão para isso.” **Cons^a Emma Otta:** “Como o Prof. Luiz
145 Nunes, subscrevo plenamente a proposição de indicação e submissão ao Conselho dos
146 nomes do Prof. Celso Lafer e Suely Vilela para a Medalha ‘Armando de Salles Oliveira’,
147 em sua 2^a edição nesse ano. Faço-o em função da minha admiração pessoal pelos dois
148 Professores e pelo amplo prestígio que ambos merecidamente desfrutam no meio
149 acadêmico, na sociedade brasileira em geral e, também, no exterior. A 1^a edição da
150 Medalha deu-se na gestão da Profa. Suely Vilela, ano passado, por ocasião da
151 comemoração dos 75 anos da USP, quando foram homenageados oito ex-Reitores que
152 dirigiram a USP nos últimos 30 anos. Os Profs. Waldyr Muniz Oliva, Antonio Hélio
153 Guerra Vieira, José Goldemberg, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Ruy Laurenti, Flávio
154 Fava de Moraes, Jacques Marcovitch e Adolpho José Melfi. Observa-se, assim, que
155 aceita pelos Conselheiros essa sugestão, consolida-se o início de tradição de que a
156 homenagem se conceda aos mais eminentes membros de nossa Universidade,
157 cumprindo-se o desígnio explícito da Medalha, que foi criada para homenagear pessoas
158 que contribuíram de modo excepcional e decisivo para a valorização institucional,
159 cultural, social e acadêmica da USP. Na vida de Celso Lafer e Suely Vilela encontram-
160 se com abundância todas as virtudes da carreira intelectual extensa, intensa e
161 ininterrupta produção de conhecimento, atividade docente exemplar e admirável
162 desempenho de importantes responsabilidades administrativas. Celso Lafer é Professor
163 Titular, desde 1988, do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da FD da
164 USP. É membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras,

165 exerce o cargo de Presidente da FAPESP desde 2007, foi reconduzido em 2010 e o
166 novo mandato se estenderá até 2013. Foi ministro das Relações Exteriores em 1992 e,
167 novamente em 2001 e 2002, e ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio em
168 1999. De 1995 a 1998 foi Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às
169 Nações Unidas e à OMC em Genebra. Na OMC, foi Presidente do Órgão de Solução de
170 Controvérsias e do Conselho Geral. O Prof. Celso Lafer é estudioso da obra de Hannah
171 Arendt, de quem foi aluno na Universidade de Cornell. É autor de vários livros, entre
172 eles Processo de planejamento e sistema político no Brasil e A internacionalização dos
173 Direitos Humanos: constituição, racismo e relações internacionais. Suely Vilela é
174 Professora Titular do Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e
175 Bromatológicas da FCFRP, desde 1996, onde pesquisa toxinas animais, estrutura,
176 função e aplicações biotecnológicas. É membro da Academia Nacional de Farmácia e
177 da Academia de Ciências de Ribeirão Preto. Publicou em torno de 50 artigos em
178 periódicos científicos e foi Reitora da USP de 2005 a 2009. A internacionalização foi
179 uma das suas prioridades como Reitora da USP. Destaco a implantação e coordenação
180 da Rede Iberoamericana de Universidades de Pesquisa, promovendo o
181 desenvolvimento de investigações de caráter internacional na fronteira do
182 conhecimento, agregando especialmente estudantes de pós-graduação, facilitando os
183 processos de transferência de conhecimento e desenvolvimento tecnológico para a
184 sociedade. Saliento, também, sua preocupação com a inclusão social, com um conjunto
185 de iniciativas para ampliar o acesso do estudante da escola pública à Universidade,
186 procurando superar barreiras educacionais que dificultam esse acesso. Pelo exposto,
187 considero que a Medalha 'Armando de Sales Oliveira' representa o reconhecimento da
188 USP a duas pessoas que ajudaram a consolidar a excelência da nossa Universidade.”

189 **Cons. Manoel Fernandes de S. Neto**: “A minha fala tem a ver com a manutenção da
190 coerência daquilo que dizemos e fazemos ao longo dos anos. Proponho que a votação
191 da Medalha seja realizada em separado para o Prof. Celso Lafer e para a Prof.^a Suely
192 Vilela. Em princípio, queria declarar meu voto, dizendo que acho muito interessante e
193 oportuno que ofereçamos a Medalha ao Prof. Celso Lafer. Por outro lado, não posso
194 dizer o mesmo com relação à Prof.^a Suely Vilela, embora saiba dos serviços prestados
195 por ela à USP. Quando na comemoração dos 75 anos desta instituição, tivemos a infeliz
196 oportunidade de termos, inclusive nesse prédio, a presença da polícia, convocada, à
197 época, pela Prof.^a Suely Vilela. Na sala ao lado, cheguei a dizer, em uma reunião em
198 que recebeu os Professores, que havia muitas formas de entrarmos para a história,
199 porque naquele ano estávamos comemorando os 30 anos da Praça da Paz Celestial,
200 em que aquela imagem fantástica do século passado de um jovem que enfrentou
201 tanques na praça ficou guardada na memória de todos nós. Naquela oportunidade falei
202 que ela talvez entrasse para a História como uma das pessoas que nos 75 anos dessa
203 prestigiosa Instituição permitiu o ingresso, convocou, aprovou no Co, que a polícia cá
204 estivesse para reprimir professores, estudantes e a comunidade universitária. Os
205 eventos todos nós bem sabemos. Na FFLCH, não somente uma vez, em um dia de

206 certo terror no interior dessa Universidade, os policiais perseguiram um grupo
207 expressivo de estudantes, da entrada da Universidade até o prédio da História e da
208 Geografia. Em um momento também muito difícil posteriormente, a Prof.^a Sandra Nitrini
209 teve que resolver, juntamente com os Chefes dos Departamentos de Geografia e
210 História, um conflito que se anunciou em função da polícia estar presente, o que só
211 tornou a violência, que era implícita, muito maior nos processos de negociação salarial
212 entre os trabalhadores dessa Universidade e a Reitoria naquele momento histórico.
213 Todos devem lembrar os fatos como um todo. Isso foi dito por mim na última reunião em
214 que a Prof.^a Suely Vilela cá esteve e consta nas Atas. Como consta também que na
215 primeira reunião desse reitorado, a primeira ação do Prof. João Grandino Rodas foi
216 exatamente a de retirar a resolução que havia sido, à época, aprovada pelo Co,
217 permitindo o ingresso da polícia na Universidade. Os senhores e senhoras que
218 participaram da reunião devem estar lembrados, como ato que se colocava contra aquilo
219 que havia acontecido na reitoria da Prof.^a Suely Vilela. De forma que essas são minhas
220 razões - sei que isso pode parecer menos cabido, pode parecer mesquinho ou pequeno,
221 no sentido de não oferecer a uma ex-Reitora a Medalha 'Armando de Salles Oliveira',
222 mas quero dizer que na condição de professor envolvido naquele processo, que poderia
223 ter sido resolvido com conversa, com negociação e foi resolvido de maneira
224 absurdamente violenta, jamais poderia votar na Prof.^a Suely Vilela. Minha fala tem uma
225 proposição que é de separar as votações, votar a concessão da Medalha para o Prof.
226 Celso Lafer e, em seguida, votar a concessão para a Prof.^a Suely Vilela, para que
227 aqueles que, por ventura, quiserem se opor à votação de um deles, possa ter
228 contemplada, de maneira muito clara, em quem votaram ou não, ou seja, que se
229 garanta, efetivamente, isso aos Conselheiros desse egrégio Conselho. Nada contra a
230 pessoa da Prof.^a Suely Vilela, mas, evidentemente, críticas e sugestão nomeadamente
231 em função dos fatos ocorridos na comemoração dos 75 anos da USP.” **M. Reitor**: “A
232 votação será feita em cédula onde consta ambos os nomes.” **Cons. Alexandre Pariol**
233 **Filho**: “Faço minhas as palavras do Prof. Manoel, dizer que nada contra o meu voto ao
234 Prof. Celso Lafer, mesmo porque é professor da Faculdade em que trabalho, o conheço
235 muito bem e não tenho nenhum problema em votar nele. Com relação à Prof.^a Suely,
236 tenho a mesma opinião do Prof. Manoel. Nada contra a questão acadêmica dela, mas,
237 do meu ponto de vista, enquanto Reitora e eu, enquanto representante dos funcionários
238 da USP e também envolvido naquele triste episódio que tivemos na nossa faculdade,
239 não poderia deixar de estender a minha opinião à mesma do Prof. Manoel.” **M. Reitor**:
240 “Acho que todos que desejavam falar já o fizeram, portanto as cédulas estão sendo
241 distribuídas. A comissão apuradora será: Prof. Michel, o acadêmico Rodrigo Souza
242 Neves e Juliana da SG.” **Resultado da votação da concessão da Medalha 'Armando**
243 **de Salles Oliveira'**: Prof. Dr. Celso Lafer = 88 votos e Prof.^a Dr.^a Suely Vilela = 72 votos,
244 obedecido o quórum estatutário. **M. Reitor**: “O Conselho Universitário concede a
245 Medalha 'Armando de Salles Oliveira' aos Professores propostos. A entrega desse
246 galardão será feita oportunamente.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **eleição de um**

247 **membro docente para compor o Conselho Deliberativo do IEA**, na vaga decorrente
248 do término do mandato do Prof. Julio Marcos Filho, de acordo com o inciso IV, do artigo
249 5º, da Resolução 5.548/2009. **Cons. Joaquim José de C. Engler**: “Gostaria de indicar o
250 Prof. Euclides Ayres de Castilho como candidato a esta vaga no Conselho do IEA. O
251 Prof. Euclides, nosso colega neste Conselho, ingressou na USP através da FM em
252 1968, ainda como Auxiliar de Ensino, galgou todos os degraus da carreira universitária
253 atingindo, em 2000, o cargo de Professor Titular. Ao longo de sua carreira participou de
254 diversas funções na Universidade, entre elas Chefe de Departamento, Coordenador de
255 Pós-Graduação, Coordenador da Comissão de Ética da FM; orientou inúmeros alunos
256 de graduação, mestrado e pós-doutorado, publicou inúmeros trabalhos, tem sido
257 Assessor da Organização Panamericana de Saúde, da OMS, da Fiocruz, da FAPESP,
258 da FAPERJ, da CAPES e outras instituições. Tem um excelente currículo acadêmico,
259 com publicações de livros, mais de uma centena de publicação de periódicos. Considero
260 estar perfeitamente qualificado para esta função.” **Cons. José Antônio Visintin**:
261 “Também tenho o privilégio de indicar o Prof. Euclides. Percebo uma coisa importante
262 na formação dele, é um epidemiologista de altíssimo nível e um trabalho dele que se
263 destaca hoje no mundo é sobre a AIDS, que é uma epidemia nacional e internacional e
264 a qualificação científica que o Prof. Euclides tem demonstrado no seu currículo, inclusive
265 através dos prêmios que tem recebido, mostra reconhecimento no campo das atividades
266 científicas. O Prof. Engler já comentou toda a parte acadêmica dele, que podemos
267 endossar, mas, acima de tudo, como ele tem se comportado durante esse Conselho, a
268 sua qualidade, o seu equilíbrio, toda a parte científica que tem demonstrado, por isso
269 penso que ele está plenamente qualificado em representar o nosso Co junto ao IEA.”
270 **Consª Sueli Gandolfi Dallari**: “Também quero falar a favor da proposta do nome do
271 Prof. Dr. Euclides Castilho. Acho que seus méritos acadêmicos já foram lembrados, não
272 sei nem se são realmente a principal característica para compor. Chamo a atenção ao
273 fato de que já tive a oportunidade de trabalhar com o Prof. Euclides e vejo que ele tem
274 aquelas características de entusiasmo, de realizar um trabalho eficiente e penso que é
275 uma questão importante para o Conselho do IEA. Só tenho coisa boa a falar do Prof.
276 Euclides e acho que vale a pena tê-lo conosco.” **Cons. Euclides A. de Castilho**: “Fui
277 procurado pelo Prof. Engler para saber se aceitaria a indicação. Então, em primeiro
278 lugar, gostaria de dizer que não é da minha índole aceitar toda e qualquer indicação. Por
279 exemplo, ser Diretor Clínico de um hospital, nunca aceitaria. Agora em consideração a
280 alguns Conselheiros, sobretudo aos representantes discentes, que dizem: ‘chega de
281 súmula curricular, queremos saber a sua identificação e o que pretende fazer se eleito’,
282 digo que se eleito pretendo ser assíduo, como o sou nesse Conselho, na Congregação
283 da FM, quiçá facilitado pelo meu regime de trabalho em RDIDP. Especificamente em
284 relação ao Conselho Deliberativo, gostaria de dizer que fui membro e durante algum
285 tempo, Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Oswaldo Cruz, uma
286 Fundação bem complexa diante da diversidade das suas atividades, que vão desde a
287 pesquisa fundamental até a produção de fármacos imunobiológicos. Estava lendo o

288 Regimento do IEA e observei que entre as suas atribuições estão realizar pesquisas,
289 projetos, constituições nacionais, estrangeiras, etc., credenciar pesquisadores, decidir
290 sobre a criação ou extinção de grupo de pesquisa. De forma que, embora falar de si não
291 seja agradável, destaco que fui Coordenador do Convênio Brasil-França em HIV e AIDS,
292 que lida exatamente com essas atividades. E, finalmente, fui membro do Comitê de
293 Assessoramento do CNPq em três mandatos, que lida com atividades similares a essa.
294 Então, se eleito, prometo, como dizem os americanos *'to do my best'*. **M. Reitor**: “O
295 inscrito é o Prof. Euclides Ayres de Castilho e aqueles que quiserem sufragar seu nome,
296 precisarão escrevê-lo na cédula. A comissão apuradora: Prof. Adilson Carvalho, Juliana
297 Lins e André Luiz Orlandin.” Procedida à **eleição de um membro docente para**
298 **compor o Conselho Deliberativo do IEA** e, apurados os votos, obtêm-se o seguinte
299 **resultado**: Prof. Dr. Euclides Ayres de Castilho = 87 (oitenta e sete) votos. A seguir, o
300 **M. Reitor** passa à **eleição de um membro docente do Co para compor o Conselho**
301 **Deliberativo da Orquestra Sinfônica da USP**, tendo em vista o término do mandato da
302 Prof.^a Isília Aparecida Silva. **Cons^a Isília Aparecida da Silva**: “Primeiramente, agradeço
303 a oportunidade que esse Conselho me concedeu, a cerca de dois anos, de participar
304 como docente indicada, do Conselho Deliberativo da OSUSP. Neste período pude
305 compreender melhor o papel da OSUSP para a Universidade e para a sociedade. A
306 Orquestra não é apenas um órgão de entretenimento, mas tem um papel social de
307 difusão artística e cultural extremamente importante. Em seus quase 38 anos de
308 existência, tem acumulado prêmios nacionais e internacionais e levou o nome da USP e
309 do Brasil para diversos países. Representa um importante patrimônio cultural e artístico
310 da Universidade que precisa ser preservado, assim como os recursos humanos e
311 materiais ali alocados, otimizados de forma a dar visibilidade a todos os seus potenciais,
312 seja no âmbito da socialização da cultura, no ambiente artístico e, especialmente, do
313 seu potencial de desenvolvimento de projetos acadêmicos, na contribuição de formação
314 de novos músicos, novos talentos dessa Universidade e fora dela. Para tanto é que me
315 coloco para dar continuidade aos trabalhos junto ao Conselho Deliberativo do OSUSP.
316 Tenho certeza, que a Prof.^a Maria Arminda tem projetos interessantes para maior
317 desenvolvimento da Orquestra e gostaria muito de continuar dando a minha
318 contribuição. Acredito que a minha experiência na Universidade como participante de
319 diversos colegiados, como Conselhos Diretivos, Conselho Deliberativo do HU e na
320 direção de Unidade, me faz ter uma visão ampliada das questões da Orquestra para
321 além das questões técnicas musicais, podendo contribuir com a consolidação e a
322 visibilidade do papel social e formativo que a Orquestra tem junto à Universidade e à
323 sociedade como um todo.” **Cons. Marcos Boulos**: “Há algum tempo tenho o privilégio
324 de participar com a Prof.^a Isília do Conselho Gestor do Quadrilátero Saúde/Direito. Antes
325 disso, como Diretores de Unidade, já tínhamos muito contato e percebo nela uma
326 característica precisa de trabalhar, com visão ampla dos processos e sempre com
327 soluções muito adequadas, além do que tem feito dentro de seu projeto na Orquestra
328 Sinfônica. A Prof.^a Isília tinha dois sonhos na vida: seria enfermeira ou cantora. No fundo

329 não conseguiu abandonar o canto, ainda canta de vez em quando nas festas e quis
330 continuar na orquestra. De fato ela tem um grande processo de gestão e tem um amor
331 ao projeto da Orquestra Sinfônica, que fala com muito orgulho. Por isso, não tenho
332 nenhuma dúvida em recomendar mais uma gestão e que isso só aumentaria a
333 qualidade do Conselho Deliberativo da Orquestra.” **Cons^a Maria Arminda do N.**
334 **Arruda**: “Tomo a palavra pela recondução da Prof. Isília Aparecida da Silva no Conselho
335 da Orquestra da USP. Como todos sabem, a Orquestra é um órgão ligado à Pró-Reitoria
336 de Cultura e Extensão Universitária, por isso, estou em um lugar privilegiado para
337 avaliar o trabalho da Prof^a. Isília no Conselho da Orquestra da USP. Como disse o Prof.
338 Marcos Boulos, ela é uma entusiasta da Orquestra e possui todas as qualificações para
339 isso. Como sabemos, a Prof. Isília é Diretora da EE, além de Professora Titular do
340 Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica. Tem uma ampla
341 experiência na sua área profissional, mas saliento, além do trabalho da Prof. Isília no
342 Conselho, seu gosto pela música. É um gosto muito especial, além do canto lírico e ter
343 participado de corais, ela toca violão erudito. De forma que a música é sua segunda
344 vocação. Possivelmente tenha algo entre a enfermagem e a música, porque as duas
345 envolvem um cuidado na execução da tarefa. Por isso, recomendo muitíssimo a
346 recondução da Prof. Isília para o Conselho da Orquestra da USP.” **M. Reitor**: “A única
347 inscrita é a Prof.^a Isília, para a recondução ao cargo. A comissão apuradora: Prof.
348 Gustavo Ferraz Monaco, o acadêmico Camilo Molino Guidoni e a funcionária técnica
349 administrativa Roberta Santana.” Procedida a **eleição de um membro docente do Co**
350 **para compor o Conselho Deliberativo da Orquestra Sinfônica da USP** e, apurados
351 os votos, obtêm-se o seguinte **resultado**: Prof^a Dr^a Isília Aparecida Silva = 91 (noventa e
352 um) votos. A seguir, o **M. Reitor** passa às suas comunicações: “Em primeiro lugar,
353 temos a progressão horizontal na carreira docente. Todos lembramos que esse
354 Conselho votou no mérito da questão e houve aprovação. Posteriormente, houve a
355 nomeação de uma Comissão que decidiria quais seriam os procedimentos através dos
356 quais os Professores Associados e Doutores poderiam ascender horizontalmente. No
357 primeiro semestre, essa colocação não foi feita por uma razão muito simples, as nossas
358 duas coirmãs, UNESP e UNICAMP, estavam nesse processo, que se corporificou, tanto
359 assim, que cada um dos Conselheiros possui na sua bancada algumas cópias em que
360 está escrito como título: Carreira docente - Universidades Estaduais Paulistas -
361 UNICAMP, USP e UNESP. Nesse folheto, que também constará no *site* da USP, cada
362 um de nós poderá comparar o que houve aqui e nas outras duas. Portanto, nesse
363 momento, o que a Administração tem obrigação de fazer é dar continuidade à discussão
364 da questão. Havia, também, uma Comissão formada em que o Prof. Glaucius era o
365 Presidente e se encontra agora afastado da Universidade por um período, além dos
366 representantes dos Doutores e Associados que tiveram seus mandatos vencidos, mas
367 esta Comissão ainda existe. O Prof. Wellington Delitti agora é o Presidente, pois era o
368 segundo da lista e foram substituídas as duas pessoas que deixaram o Co como
369 representantes. Temos então projetado aqui o grupo de pessoas que compõem essa

370 Comissão atual. O fato novo, portanto, dentro da USP é que as duas outras
371 Universidades Estaduais se debruçaram sobre o assunto e chegaram a alguma
372 conclusão. Agora, olhando tudo isso, precisaremos dar continuidade à discussão da
373 questão, após a manifestação da Comissão presidida pelo Prof. Welington Delitti. Em
374 segundo lugar, o Anteprojeto de Lei Complementar que cria cargos docentes é uma de
375 nossas preocupações. Sabemos o quanto esses cargos fazem falta e, portanto, cabe à
376 Administração elaborar um anteprojeto. O mesmo será divulgado a partir de amanhã e
377 na próxima sessão do Co vamos votá-lo, para que seja encaminhado aos órgãos
378 governamentais que o levarão como projeto à Assembléia Legislativa. Só não
379 votaremos hoje, porque é importante que o Co leia e medite antes de cancelar alguma
380 coisa nesse sentido, por mais importante que seja. Os senhores puderam observar que
381 nesta pauta consta a Parte II - Discussão de Temas - Estrutura de Poder na
382 USP/Eleições, inscrito Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro. A discussão de temas
383 importantes no Co é algo aceito por todos há algum tempo. Temos uma lista que é
384 encabeçada pela Estrutura de Poder na USP/Eleições, que já foi objeto de uma das
385 reuniões do Co desse ano e agora o Prof. Renato Janine Ribeiro se propôs a fazer a
386 primeira apresentação, por isso que está assim pautado. Contudo, o Prof. Renato não
387 pode vir hoje ao Co, em razão de viagem. Portanto, proporia que dedicássemos uma
388 reunião do Co, uma sim e uma não ou conforme os temas, para fazermos reuniões
389 temáticas, porque temos vários temas importantes que todos nós conhecemos e
390 precisamos discutir de uma forma ampla. Não é pensamento da Mesa trazer uma
391 proposta e nem mesmo se fazer essa discussão de forma fechada, mas fazer, em um
392 primeiro momento, uma discussão ampla e o encaminhamento viria a partir daí. Tive a
393 oportunidade de conversar com o Prof. Renato e é justamente isso que ele vai começar
394 a fazer. De forma que discutiremos esse tema, mas sua discussão não estará
395 circunscrita no Conselho Universitário, as coisas começam aqui e esperemos que possa
396 acabar aqui, havendo consenso. Mas isso se dará na próxima reunião do Co, que será
397 temática e teremos dois assuntos: Estrutura do Poder na USP/Eleições e um segundo
398 ponto, também importante, que é Vestibular/Inclusão Social. Quem quiser se inscrever
399 poderá fazê-lo na Secretaria Geral, mas isso não impede que se façam inscrições na
400 hora. A única coisa que lembraria a todos os colegas é que posições dogmáticas logo
401 na primeira reunião não contribuirá muito para seu desenvolvimento, mas cada qual fará
402 o que desejar. O objetivo é alcançar alguma solução sobre esses temas. Outro assunto
403 importante é a questão da carreira funcional, que, também, aparecerá em reunião
404 temática. Um dos nossos Destaques, aquele jornal que temos para dar certos
405 conhecimentos a todos da Universidade, foi dito que o Sintusp nos entregou uma
406 proposta, conforme foi pedido no começo do ano. De forma que nesta próxima reunião
407 teremos esses dois temas já citados e, também, a carreira funcional e outros mais que
408 forem importantes. Se conseguirmos alguma coisa, o mérito será de todos, se não
409 conseguirmos, o demérito - se é que o há - também será de todos. Vamos verificar o
410 que a Universidade deseja, se houver um consenso ela aprovará e se tudo continuar da

411 mesma forma daqui a três anos é o desejo da Universidade. Pediria que vocês
412 meditassem sobre essa questão e que apresentassem as suas colocações nesses dias.
413 O último tópico é sobre o gatilho salarial. A Reitoria e a Gestão Central da Universidade,
414 não só está disposta, mas está preparada para o pagamento do gatilho, naqueles
415 aspectos que já são incontroversos. Tenho certeza que as várias personagens, como a
416 Reitoria, a própria ADUSP, todos estamos procurando uma forma de fazer com que isso
417 seja pago o mais rápido, porque não é falta de vontade política. Quando falo preparada,
418 é que nós já fizemos, de certa maneira, as verificações para que o pagamento possa ser
419 feito e veremos como, após o momento em que tivermos isso claro. É importante
420 lembrar que faremos isso antes da requisição judicial, já que o mesmo, líquido, não
421 existe. Para isso precisaria haver acordo, porque se não o houver, teremos que esperar
422 a requisição judicial e se esperarmos por isso, talvez não sobre ninguém daqui vivo para
423 ver essa questão, em face não só da morosidade judicial, mas da própria questão das
424 informações. O que demora hoje não é só a decisão judicial, sabemos que entre uma
425 decisão, um acórdão e a publicação desse acórdão, demora três meses. O afã é que se
426 trabalharmos bem, a Universidade poderá fazer esse pagamento antecipando-se ao
427 precatório judicial. Esse é o objetivo.” **Cons. Manoel Fernandes de S. Neto:** “Apenas
428 dois esclarecimentos. O primeiro diz respeito ao fato de que o meu nome aparece como
429 membro da Comissão que irá discutir progressão horizontal. Em princípio, não me foi
430 consultado.” **M. Reitor:** “Por ser representante da classe.” **Cons. Manoel Fernandes de**
431 **S. Neto:** “Tudo bem, mas o Prof. Renato Janine, mesmo sendo Professor Titular,
432 também deveria, nesse caso, estar envolvido. Levantarei essa questão porque de
433 maneira muito clara foi colocado pelo Magnífico Reitor que a discussão será somente
434 *stricto sensu* sobre progressão horizontal e que não está colocado em discussão o
435 debate a cerca da carreira. Será possível discutir tudo nessa Comissão ou apenas os
436 modos como far-se-á a progressão horizontal? Esse é o primeiro esclarecimento. O
437 segundo esclarecimento diz respeito ao fato de que, é evidente que foi o Prof. Renato
438 Janine, em uma intervenção brilhante, solicitou que se discutisse estrutura de poder e
439 eleições na Universidade de São Paulo. Mas a fala do Prof. Renato Janine foi
440 corroborada por mim, pelo Prof. Marcos Magalhães e talvez, por outros conselheiros.
441 Pergunto se a proposta que está sendo feita pelo Magnífico Reitor é de alteração da
442 pauta, porque na pauta consta que esta discussão aconteceria hoje. Sei que muito faria
443 falta a presença do Prof. Renato Janine, que abrilhantaria imensamente o debate entre
444 nós, mas como o debate está iniciando e não pretendemos encerrá-lo hoje, imagino
445 que, evidentemente, isso talvez deve ser mantido. Se, por ventura, a proposta feita pelo
446 Magnífico Reitor é de retirada, gostaria que me esclarecesse, em função da súmula que
447 recebemos para discussão nesse Conselho.” **M. Reitor:** “Sobre a primeira questão, a
448 colocação de seu nome foi devido ao término do mandato do representante anterior da
449 categoria. Não está havendo nomeação de Comissão. É a mesma Comissão que havia,
450 porque há um cuidado meu de não mexer nesta questão das engrenagens do problema,
451 mas pura e simplesmente de trazê-los como está, mas é óbvio que a pessoa pode

452 aceitar ou não. Com referência a questão da discussão da estrutura de poder, lembraria
453 que isso é algo que havia sido colocado já pela Mesa como o primeiro ponto a ser
454 discutido e, na época, o Prof. Renato Janine não só fez uma intervenção, como outros
455 também o fizeram, como fez uma inscrição formal naquele momento. Ele conversou
456 comigo há dois dias e disse que tinha uma viagem no dia da reunião do Co e que não
457 poderia mudar, pedindo-me que essa discussão pudesse ser feita na próxima reunião.
458 Por isso na reunião do *staff* decidimos que ao invés de colocarmos os temas misturados
459 no contexto normal das aprovações, marcaríamos uma reunião para isso. Essa é a
460 proposta e me parece que seria a mais importante, porque não ficaria misturado com
461 nada. Não haveria nada, a não ser a discussão daqueles assuntos. Até combinei com o
462 Professor de antecipadamente combinar a data com ele e avisar a todos que a reunião
463 seria dentro de um mês mais ou menos, para tratar desses assuntos. Examinado por
464 esse prisma, não é bem uma mudança de pauta, porque o único inscrito no momento
465 não estaria, mas, se quiser entender como uma mudança de pauta, no sentido de que
466 isso não será examinado hoje, mas dentro de poucas semanas, em um Co específico,
467 em que a primeira parte seria a estrutura do poder e a segunda, a questão do vestibular,
468 também é possível.” **Cons. Manoel Fernandes de S. Neto**: “Gostaria de falar duas
469 questões. A primeira é que eu gostaria de um tempo para pensar se participarei ou não
470 da referida Comissão e, posteriormente, anunciarei a minha decisão ao Magnífico
471 Reitor. A segunda questão diz respeito ao fato de que acho que é muito importante que
472 tenhamos uma reunião exclusiva do Co para discutir isso. Acho que é importantíssima a
473 participação do Prof. Renato Janine. É fundamental que nos preparemos para esse
474 debate, todos nós. Mas tem uma questão de procedimento. No meu entendimento o
475 procedimento correto seria colocar em votação, como foi feito, inclusive, no começo
476 dessa reunião; que fosse retirado de pauta esse tema e fosse então encaminhado a
477 *posteriori*, para que nós pudéssemos discutir de maneira exclusiva e não que isso
478 aparecesse como informe do Excelentíssimo Reitor, como se fosse algo já decidido em
479 uma conversa anterior com o Prof. Renato Janine. É só uma questão de procedimento,
480 para que zelemos pelo bom funcionamento, que sei que é interesse de Vossa Senhoria,
481 que se mantenha entre nós e para que não haja aparência de que houve, de alguma
482 forma, a tentativa de alterar a pauta sem que isso seja aprovado pelos demais
483 conselheiros.” **M. Reitor**: “Com referência a essa questão, podemos examiná-las por
484 dois prismas. Houve a colocação e, portanto pode haver objeções a essa questão.
485 Formulei essa mudança e no momento não houve objeção. Acredito que agora haja
486 uma. Face à objeção, farei de uma forma absolutamente formal a questão. Podemos até
487 fazer uma votação eletrônica se quiserem. Vamos fazer ao contrário, para ser mais
488 simples. Aqueles que não se conformam com a colocação desse assunto na próxima
489 pauta, que são contrários a mudança dessa pauta, levantem a mão. Pelo que observei,
490 foi aprovado por unanimidade.” **Cons. Alexandre Pariol Filho**: “Em primeiro lugar,
491 gostaria de dizer que esse é um assunto extremamente importante para essa
492 Universidade como um todo. E com certeza gostaríamos que essa discussão, já que foi

493 adiada para uma próxima reunião, fosse abarcada pela comunidade. Isso sendo
494 possível, primeiro gostaria que um número maior de membros do Conselho pudessem
495 organizar documentos e juntar esses documentos depois que eles fossem anteriormente
496 estendidos a todos os conselheiros, para que fosse possível um amplo debate, com a
497 participação do Prof. Renato. A outra questão é que gostaria de fazer essa discussão
498 com os membros dos vários colegiados que representam os funcionários. Por isso
499 estarei oficiando a Secretaria Geral, solicitando os *e-mails* de todos os funcionários da
500 Universidade para encaminhamento de documento para fomentar esse debate entre
501 todos. Acho que outros professores também gostariam de fazer isso, como o Prof.
502 Manoel, representante dos Professores Doutores e os representantes dos estudantes
503 também gostariam de colocar esse debate entre os estudantes da Universidade.” A
504 seguir, passa-se às Comunicações dos Senhores Pró-Reitores e do Presidente da COP.
505 **Cons. Marco Antonio Zago: (apresentação)** “Minhas primeiras informações dizem
506 respeito às ações que estão em curso no momento. Estão resumidas aqui e estou à
507 disposição para informações adicionais. Dizem respeito a um Programa para
508 reorganização das páginas da *web* em português e em inglês, de todas as Unidades,
509 Núcleos de Pesquisa, NCTs, CEPIDs e outros, para os quais estão sendo oferecidos 75
510 bolsistas. Há um Programa experimental de projetos pilotos para a gestão de projetos,
511 incluindo a questão de compras, prestação de contas e outros. São seis Unidades
512 participando no momento e se formos bem sucedidos, será estendido a todas as outras
513 Unidades. No bojo disto está a criação de um *software* para Gestão, que será oferecido
514 a todas as Unidades; o início do novo Programa de Iniciação Científica, para os quais
515 temos 2.000 bolsas; o Programa de apoio aos jovens pesquisadores, em que se oferece
516 um prêmio aos docentes recém contratados que solicitam recursos à FAPESP, dos 381
517 potenciais, 149 já foram atendidos; e a revisão do Regimento do Pós-Doutorado da
518 USP, que era relativamente engessado. Isso já foi resolvido e publicado. O tópico ao
519 qual quero dedicar mais tempo diz respeito à questão dos Núcleos de Apoio à Pesquisa.
520 Para iniciar o tratamento desse assunto, fizemos um Seminário de quatro dias, que
521 contou com a participação dessas pessoas que estão listadas, ex-Pró-Reitores de
522 Pesquisa, de Cultura e Extensão, ex-Vice-Reitor, ex-Reitor e toda a equipe da Pró-
523 Reitoria de Pesquisa. Os Núcleos de Apoio à Pesquisa foram criados há cerca de 20
524 anos para romper, de certa forma, com esta estrutura extremamente fechada da
525 Universidade. Em cada Unidade temos um grupo de departamentos, dentro deles as
526 diferentes áreas do conhecimento, um tipo de organização que se presta muito bem às
527 atividades didática e administrativa. No entanto, no que diz respeito à pesquisa, ela é
528 extremamente limitante e de certa forma engessa. Os Núcleos de Apoio à Pesquisa
529 foram criados com a idéia de que tenhamos organização dos pesquisadores sem
530 respeitar os limites departamentais ou das instituições, mas focados em temas. Dos
531 Seminários pude apreciar que, de fato, esses Núcleos de Apoio à Pesquisa fazem
532 atividades muito diversificadas, que incluem pesquisa - desde condução de pesquisa até
533 sua organização, atividades de extensão que vão desde transferência de tecnologia até

534 a venda de serviços, e atividades de educação. Procurei de uma maneira muito
535 subjetiva atribuir um grau de intensidade para cada uma das atividades realizadas por
536 esses Núcleos, cada um deles representados por uma linha neste diagrama. Observem
537 que é muito variada a atenção que cada um dos Núcleos de Apoio à Pesquisa dedica a
538 isso. Mas, uma avaliação global seguinte mostra que mais ou menos 50% deles têm um
539 desempenho bom ou muito bom e mais ou menos metade, um desempenho que não é
540 muito bom. De qualquer maneira, contrariamente a uma idéia muito difundida que
541 existia, aparentemente, eles têm um papel muito importante na organização da pesquisa
542 da USP. O que precisamos é dar maior atenção para depurarmos um pouco daqueles
543 que não têm uma atividade mais expressiva. Listo alguns desses Núcleos que fazem
544 muito bem seu papel, incluindo, por exemplo, o NAP da Violência, de Comunicação e
545 Censura, de Crítica Genética, de Biotecnologia, de Bioinformática e outros. São
546 exemplos de Núcleos muito bem sucedidos. Nesse Seminário ficou evidente, também,
547 que os Núcleos e a comunidade da USP se vêem de maneira um pouco diversa. E este
548 é um resumo de como a comunidade vê, muitas vezes, os Núcleos: como uma caixa
549 preta, um poder paralelo e até desagregador da Universidade. E por outro lado, os
550 NAPs vêem a administração como fonte de pouco apoio, faltam recursos humano,
551 espaço físico, uma interface burocrática restritiva e que faz uma avaliação que é fim em
552 si mesmo. Existem limitações nos Núcleos atuais, que incluem: persistência de Núcleos
553 fundados há 10, 15 ou 20 anos e que perderam o foco inicial e a relevância. Falta de
554 interação efetiva entre os membros do Núcleo; falta de dinamismo, e o mais importante
555 talvez, falta de incorporação de temas relevantes hoje, como foco para ação
556 interdisciplinar. Existem algumas questões formais importantes, como por exemplo:
557 como está sendo tratada a questão de patentes desenvolvidas dentro dos Núcleos?
558 .Como está sendo tratada a questão da incorporação de bens patrimoniais? A questão
559 das áreas edificadas? Muitos Núcleos estão construindo prédios, mas são
560 presumivelmente uma entidade transitória. O mais importante é que há muitos Núcleos
561 que precisam avaliar, de fato, sua necessidade de existir como tal. . A Pró-Reitoria irá se
562 empenhar ativamente na criação de novos Núcleos que estejam na fronteira do
563 conhecimento, que incorporem uma temática interdisciplinar de relevância atual, que
564 possam substituir ou servir de coordenação para redes temáticas, que sirvam de base
565 para a cooperação internacional, base para a interação com a sociedade e com o setor
566 produtivo e base para contribuir para políticas públicas. E como disse o nosso ex-Pró-
567 Reitor de Pesquisa nesse Seminário: espera-se desses Núcleos que eles tenham foco,
568 força, cooperação, opulência científica e multidisciplinaridade. Portanto, ações imediatas
569 são: dar mais transparência ao que ocorre nos Núcleos, através de relatórios técnicos e
570 financeiros anuais para ampla divulgação, informando as Diretorias das Unidades
571 envolvidas, porque as Diretorias das Unidades têm poder de tratar o que se passa nos
572 Núcleos, mas pelo menos precisam estar muito bem informadas do que lá se passa;
573 incentivo a constituição de novos NAPs, que passa por uma suspensão da sistemática
574 atual de avaliação e a criação de uma nova sistemática e mais que isso, a limitação do

575 prazo de existência. Aqueles que depois de um período de 8 a 10 anos mostrarem que
576 ainda têm importância, se reconstituirão em novos Núcleos. De qualquer maneira,
577 asseguro que os NAPs terão um papel central na reorganização da pesquisa na
578 Universidade de São Paulo. Para encerrar, aproveito esse último minuto para prestar
579 homenagem, em primeiro lugar, aos membros da Universidade de São Paulo que
580 passaram a integrar a Ordem Nacional do Mérito Científico na classe de Comendador.
581 São eles: Ana Maria da Costa Ferreira (IQ), Antonio Sérgio Guimarães (FFLCH),
582 Antonio Flavio Pierucci (FFLCH), Benjamim Brito Neves (IGc), Bianca Zingales (IQ),
583 Bernardo Boris Vargaftig (ICB), Cláudio Oller do Nascimento (EP), Eugenio Foresti
584 (EESC), Glaucius Oliva (IFSC), Igor Polikarpov (IFSC), José Carlos Maldonado (ICMC),
585 José Reinaldo Lima (FD), José R. Drugowich de Felício (FFCLRP), Lilia Schwarcz
586 (FFCLH), Luiz Renato Gonçalves Fontes (IME), Maria Aparecida Ruas (ICMC), Maria
587 Julia Manso (IQ), Marta Sílvia Mantovani (IAG), Paulo Saldiva (FM), Roberto Manuel
588 Torresi (IQ), Roland Köberle (IFSC), Sérgio Olavo Pinto da Costa (IB) e Susana Torresi
589 (IQ). E na classe de Grã Cruz: Adalberto Fazzio (IF), Blanka Wladislaw (IQ), Carlos
590 Clemente Cerri (CENA), Celso de Barros Gomes (IGc), José Roberto Postali Parra
591 (ESALQ), João Evangelista Steiner (IAG), Marcelo Barcinski (ICB), Maria Rita Passos
592 Bueno (IB) e Paulo Domingos Cordaro (IME). E informar que dos vinte novos membros
593 da Academia Brasileira de Ciências que ingressaram este ano, cinco são membros da
594 Universidade de São Paulo: Eugênio Foresti (EESC), Ivan Chestakov (IME), José
595 Eduardo Krieger (FM), Luiz Antonio Martinelli (CENA) e Ricardo Antunes de Azevedo
596 (ESALQ).” **Cons. Vahan Agopyan: (apresentação)** “Comentarei rapidamente as ações
597 mais recentes da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. A) Conseguimos mais 554 bolsas da
598 CAPES. Esse número, pelo tamanho da USP, não é um número muito grande, mas
599 equivale alguma coisa entre 13% e 15% mais de bolsas da CAPES e no computo de
600 todas as bolsas, 5% a mais. A USP hoje está atendendo, praticamente, 50% dos seus
601 alunos de pós-graduação com bolsas, um terço corresponde a alunos que não estão
602 qualificados para bolsa, mas ainda resta uma demanda muito grande de bolsas,
603 precisamos de duas mil ou três mil bolsas a mais. B) No mês de agosto foram feitas
604 Oficinas de Pós-Graduação em que todos os Coordenadores dos Programas, os
605 Presidentes das CPGs e os funcionários que trabalham com a pós-graduação foram
606 treinados e trocaram experiências, tanto na parte administrativa da pós-graduação como
607 também na utilização do Janus. Essas oficinas foram feitas em salas com computador.
608 Os Coordenadores, os funcionários e os Presidente das CPGs tiveram a oportunidade
609 de treinar utilizando o Programa Janus, que é o programa da pós-graduação. C) O Prof.
610 Grandino Rodas liberou mais recursos para que possamos, até o fim deste ano, concluir
611 esse *software*. Na verdade, a conclusão será de uma parte, pois *software* sempre se
612 aprimora, continuamente tem que se melhorar. D) Tenho uma informação muito
613 importante. A nossa Biblioteca Digital de Teses e Dissertações subiu para o vigésimo
614 sexto lugar do *ranking* mundial de repositórios de informação. Éramos quinquagésimo
615 sétimo há um ano e meio atrás e conseguimos esse avanço. Esse *ranking* é muito

616 importante, porque verifica os acessos pelos principais bancos de dados - *Google*,
617 *Yahoo* e outros - e curiosamente, quando acessamos o *Google Scholar* somos o sexto.
618 Esse banco de dados também teve o apoio do Prof. Grandino Rodas e agora
619 conseguimos mais recursos. Parabéns ao Prof. Caetano, do CISC, e sua equipe, por
620 aquilo que estão conseguindo fazer. No dia 4 de outubro lançaremos uma nova versão
621 da Biblioteca, neste recinto e aprimoraremos ainda mais a parte de infraestrutura desses
622 dados. Esse banco de dados é muito importante, principalmente para a nossa avaliação
623 nas classificações internacionais. E) Outra questão importante é que temos seis Grupos
624 de Trabalho em atuação. O primeiro grupo que está discutindo o atual modelo de pós-
625 graduação é de longo prazo e nós, como Universidade de São Paulo, esperamos dar
626 uma contribuição para o MEC do que imaginamos da pós-graduação. O modelo atual é
627 de quarenta e cinco anos atrás e é o modelo que segue o relatório Sucupira. O outro
628 grupo está estudando a Internacionalização, buscando novos procedimentos. Chamo a
629 atenção para o fato de que Internacionalização não é apenas troca de pessoas,
630 queremos atingir padrões internacionais. O terceiro grupo está estudando a auto-
631 avaliação, em que queremos aproveitar as avaliações também como um instrumento de
632 gestão. O quarto grupo está propondo novas ações da Pró-Reitoria, ações mais pró-
633 ativas do que as atuais, para que possamos, de fato, obter e alcançar a qualidade que
634 estamos almejando, sempre. O outro grupo se preocupa com ações conjuntas,
635 principalmente com a Pró-Reitoria de Pesquisa, já que não dá para separar as
636 atividades uma da outra. Um dos primeiros frutos foi a discussão dos pós-doutorandos.
637 E por último, temos um grupo pensando se iremos ou não manter o mestrado
638 profissional, que hoje já não existe mais na USP. E, se iremos manter, qual modelo USP
639 será da pós-graduação. F) Temos dois eventos previstos: existe uma escola de auto-
640 estudos que irá discutir a Interdisciplinaridade na Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação.
641 Interdisciplinaridade é um tema que sempre debatemos, mas não conseguimos praticar
642 de uma maneira adequada. Mesmo a avaliação CAPES, por exemplo, pune quem é
643 interdisciplinar. Aproveitando essa escola de auto-estudos, teremos três pesquisadores
644 do exterior, nesta sala do Conselho Universitário, no dia 10 de novembro, de manhã
645 para podermos discutir esse assunto. O outro é o evento que realizaremos em Águas de
646 Lindóia, para os Coordenadores de Pós-Graduação e para os Presidentes de CPG,
647 onde iremos aproveitar a avaliação CAPES que está saindo hoje. Ficou prometido para
648 ser divulgado hoje de manhã e se sair até o final dessa reunião, voltarei para informar.
649 Iremos aproveitar essa avaliação e discutir um pouco o que nós, como USP, podemos
650 inferir dessa avaliação. A idéia é definir diretrizes de avaliação que julgamos serem as
651 melhores e as mais adequadas. Finalmente, gostaria de apresentar os resultados da
652 avaliação desse triênio, mas ainda não ficaram prontos. A única informação que
653 consegui receber com certa precisão é que 70% dos Programas mantiveram suas notas,
654 20% aumentaram e 10% reduziram. Espero conseguir números mais precisos até o final
655 desta reunião.” **Cons^a Maria Arminda do N. Arruda: (apresentação)** “A primeira
656 questão que gostaria de chamar a atenção e sublinhar muito fortemente se refere às

657 iniciativas da Pró-Reitoria em relação ao fomento. Vocês podem perceber que uma das
658 questões centrais hoje da Pró-Reitoria é qualificar a demanda. Para isso se nomeou
659 uma Comissão, que proporá uma Resolução estabelecendo as novas diretrizes de
660 avaliação. Explicarei rapidamente o motivo dessa medida. É que toda decisão de
661 financiamento da Pró-Reitoria ficava nas mãos de quem ocupava o cargo, junto com
662 duas assessorias, respectivamente, os Presidentes ou as Presidentes das Câmaras de
663 Curso e de Ação Cultural. Por proposta minha isso foi alterado. Já fizemos uma primeira
664 tentativa, todos os projetos são avaliados no mérito e, portanto, foi constituída uma
665 Comissão para se estudar as diretrizes, mas já fizemos uma tentativa que os projetos de
666 cada área fossem submetidos a especialistas retirados do Conselho de Cultura e
667 Extensão dentro dessas grandes áreas. Além disso, estabeleceu-se um calendário,
668 porque senão fica muito difícil construir o fomento. Em seguida temos um percentual de
669 projetos aprovados. Todos podem verificar uma linha que vem desde 2006 e essa linha
670 permite que se perceba uma mudança. Há uma ascensão nítida até 2009, de uma
671 maneira geral uma tendência a que projetos fossem aprovados pelo Gabinete e um
672 descenso natural de projetos aprovados pelo Comitê. O gráfico a seguir mostra o
673 percentual de verbas concedidas por tipo de encaminhamento da solicitação. Vejam que
674 a linha vermelha são projetos que vem diretamente ao Gabinete de quem ocupa a Pró-
675 Reitoria. As verbas concedidas nessa gestão, portanto a partir de 2010, têm uma queda
676 vertiginosa e as verbas concedidas pelo Comitê têm uma ascensão vertiginosa também.
677 A idéia é que o mérito seja central na aprovação. Isso leva a que se qualifiquem os que
678 são as iniciativas na área de Cultura e Extensão. Uma questão que falei muito
679 rapidamente pela manhã, em Atibaia, que é preciso ter claro o que seja Extensão, e qual
680 a sua relação com a Pesquisa. Em seguida, temos o informe de iniciativas da Pró-
681 Reitoria: a IV Feira de Profissões, que teve um êxito total, mais ou menos vinte e cinco
682 mil pessoas a freqüentaram, o evento envolveu a comunidade da USP e foi a maior feira
683 já realizada. O outro é também um Programa tradicional da Pró-Reitoria, o Programa
684 Nascente de premiação na área de artes em geral, com oito vencedores nas diferentes
685 áreas, envolvendo, sobretudo, a ECA e a Faculdade de Filosofia. Os vencedores
686 receberam o prêmio no Teatro do Sesc de Pinheiros. O próximo se refere à 15ª Semana
687 de Arte e Cultura da USP, a realizar-se em todos os *campi*, com 111 atividades
688 concentradas em São Paulo, porque é o *campus* maior, mas também está se realizando
689 em todos os outros. Para o ano que vem, espero poder qualificar melhor essa Semana,
690 definindo-a melhor, porque o objetivo é envolver a comunidade da USP a partir dos
691 projetos de Arte e de Cultura produzidos pela comunidade. Por isso, esses programas
692 não são eventos pura e simplesmente. A seguinte imagem diz respeito à Tabela de
693 dados referentes aos Cursos e às Atividades de Extensão Universitária. Vejam que a
694 Extensão na Universidade de São Paulo envolve mais de 15 mil participantes - é do
695 tamanho de toda a UNICAMP - e mais de 800 cursos nas suas diferentes modalidades.
696 Essa é uma atividade que será realizada já na próxima semana. No Programa que
697 apresentei a este Conselho estava prevista a construção de um Fórum de Cultura e

698 Extensão em parceria com o Ministério da Cultura, porque existia um convênio entre a
699 Universidade de São Paulo e o Ministério, que ofereceu o financiamento para o evento,
700 cumprindo-se, assim, o acordo. A idéia é agora realizar um Encontro com participantes
701 do exterior, envolvendo a discussão das políticas públicas para as atividades de Cultura
702 e Extensão na Universidade. No Fórum, será redigida a Carta de São Paulo que se
703 constituirá no documento para ser apresentado nos diversos Fóruns. A programação
704 está no *site*. Aposto muito nessa iniciativa. São muitas atividades importantes e gostaria
705 de convidar todos.” **Cons. Joaquim José de C. Engler**: “Farei uma rápida apresentação
706 sobre a execução Orçamentária na Universidade de São Paulo nos primeiros oito meses
707 do ano de 2010. Nesse período, as receitas advindas da transferência do Tesouro do
708 Estado para a Universidade de São Paulo atingiram o valor de R\$ 2.197.098.874,00. A
709 previsão da Secretaria da Fazenda para esses oito meses era de R\$ 1.857.901.037,00,
710 de tal forma que o recebido foi 18% acima do previsto pela Secretaria da Fazenda. A
711 estimativa do CRUESP era de R\$ 1.945.838.941,00, portanto o realizado é 13% acima
712 da previsão do CRUESP. No exercício de 2009, nos oito primeiros meses, o
713 recebimento pela USP foi de R\$ 1.850.916.060,00. Desta forma nos oito primeiros
714 meses de 2010 tivemos um recebimento, uma transferência do Tesouro do Estado 19%
715 acima do ano de 2009. No período de janeiro a agosto de 2010 tivemos um desembolso
716 global de R\$ 2.068.703.000,00, ou seja, um desembolso de 95%, dos recursos
717 recebidos e uma disponibilidade não utilizada no período de R\$ 128.396.000,00, que
718 correspondem a cerca de 5% de receita realizada. Os R\$ 2.068.703.000,00
719 desembolsados nesses oito meses, tiveram uma distribuição de 81% para despesas
720 com Pessoal, ou seja, R\$ 1.774.504.000,00; 14% para as despesas com Outros
721 Custeios e Investimentos que correspondem a R\$ 294.199.000,00. Desdobrando-se os
722 Custeios e Investimentos, tivemos R\$ 224.657.000,00 para Custeio, ou seja, 10,5% e
723 R\$ 69.542.000,00 para Investimentos, que corresponde, portanto, a 3,5%. Se
724 considerarmos os desembolsos em termos relativos, tivemos 85,8% com Pessoal,
725 10,9% com Outros Custeios e 3,3% nos Investimentos. Entre os diversos itens incluídos
726 no Custeio mencionarei algo sobre o Programa de Política de Apoio à Permanência e
727 Formação Estudantil. No período de janeiro a julho, tivemos um dispêndio de R\$
728 48.983.734,00 com este Programa, dos quais R\$ 7.198.200,00 para Bolsas de Moradia;
729 R\$ 14.134.000,00 para Bolsas Alimentação; R\$ 12.993.829,00 para Bolsas e Estágios,
730 R\$ 1.433.600,00 com Creche; R\$ 7.208.273,00 na área da Saúde e R\$ 6.015.287,00 em
731 esportes. Os R\$ 49 milhões aplicados nessa área correspondem a cerca de 11% do
732 orçamento de Custeio utilizado em 2010 ou cerca de 2% em relação ao orçamento
733 global da Universidade.” A seguir, o **M. Reitor** passa à **Ordem do Dia. CADERNO I –**
734 **DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO. 1.**
735 **PROCESSO 2010.1.20993.1.5 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta de
736 diretrizes para criação de novos cursos de graduação. Ofício da Pró-Reitora de
737 Graduação, Prof^a Dr^a Telma M. Tenório Zorn, aos Diretores de Unidades e Presidentes
738 das Comissões de Graduação, encaminhando o documento “Princípios gerais para

739 criação de novos cursos de graduação na USP”, solicitando que este seja analisado
740 conjuntamente com a Comissão de Graduação, sendo que as sugestões deverão ser
741 encaminhadas e, posteriormente, apreciadas pelo Conselho de Graduação e o
742 documento final deverá ser encaminhado ao M. Reitor (17.05.10). Ofício da Pró-Reitora
743 de Graduação, Prof^a Dr^a Telma M. Tenório Zorn, aos Diretores de Unidades e
744 Presidentes das Comissões de Graduação, informando que em virtude do número
745 insuficiente de manifestações e/ou sugestões enviadas à Pró-G sobre o documento
746 “Princípios gerais para criação de novos cursos de graduação na USP” a discussão não
747 foi concluída na reunião do CoG realizada em 17.06.10 e solicita que o documento em
748 epígrafe seja discutido amplamente no âmbito das Unidades e havendo ou não
749 sugestões, haja manifestação à Pró-Reitoria de Graduação até o dia 10 de agosto
750 próximo (08.07.10). Sugestões encaminhadas pelas Unidades e tabela com relação das
751 Unidades que enviaram manifestações até 17.08.10. Ofício da Pró-Reitora de
752 Graduação ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a versão
753 modificada, por sugestão das Unidades, do documento “Princípios gerais para criação
754 de novos cursos de graduação na USP”, aprovada pelo CoG em 19.08.10 (23.08.10).
755 **Parecer da CAA:** após amplos debates, aprova o documento de fls. 43/45, aprovado
756 pelo CoG em 19.08.10, referente aos “Princípios gerais para a criação de novos cursos
757 de graduação na USP” (13.09.10). **Cons. Luiz Roberto G. de Britto: (apresentação)**
758 “Farei um breve resumo sobre essa questão dos princípios gerais para a criação de
759 novos cursos, iniciando com um breve histórico da motivação, para que situemos o
760 problema, para depois conversarmos sobre a questão. Irei também apresentar alguns
761 dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação, para situar o problema de como a
762 expansão na USP vem sendo feita, como vem evoluindo e como poderia ser tratada a
763 partir de agora. Na primeira questão, esclareço que esse documento, originalmente, tem
764 uma lista de colegas que participaram em um primeiro instante, mas depois foi enviado
765 para as Unidades. Foi debatido, teoricamente, em todas as Unidades e houveram várias
766 contribuições que estão em negrito. A questão original surgiu de uma audiência em que
767 eu e o Prof. Rui Curi tivemos com o Prof. João Grandino Rodas sobre um interesse
768 particular da nossa Unidade, que era da criação de um curso. Naquela agradável
769 conversa surgiu a seguinte questão: a Universidade não têm uma política geral quando
770 se trata da criação de novos cursos. Mesmo nos últimos anos nos deparamos, de
771 repente, com proposta de criação de curso, sem que a Universidade tivesse uma política
772 genérica colocada sobre essa questão. O Prof. Grandino sugeriu que nos
773 debruçássemos um pouco sobre esse tema, traçando princípios gerais, não normas,
774 nem regras, nem diretrizes muito estritas, mas princípios gerais que caracterizasse uma
775 política que pudéssemos usar daqui em diante para a criação de novos cursos. Essa
776 tabela que foi fornecida pela Pró-Reitoria de Graduação dá uma idéia resumida de
777 quanto a Universidade de São Paulo expandiu nos últimos dez anos, basicamente.
778 Olhando o ano 2000 até agora, praticamente dez anos, a expansão do número de vagas
779 no vestibular foi de praticamente 50%. O que é um aumento muito apreciável. A figura

780 seguinte mostra um pouco a evolução em número de cursos, não mais vagas no
781 vestibular e vemos aqui uma curva que, inclusive, é muito expressiva, enquanto o
782 aumento do número de vagas no vestibular foi de 50%, o número de cursos subiu para
783 quase 90%, o que representa uma contribuição significativa da USP para a questão da
784 expansão do ensino superior público do estado de São Paulo, sem dúvida nenhuma.
785 Nas figuras seguintes existem mais uma série de aspectos que podem servir para
786 subsidiar a nossa discussão. Essa por exemplo, mostra que a Universidade teve,
787 também, expansões que não criaram vagas no vestibular, mas representam expansões
788 importantes do nosso sistema de ensino como um todo, como algumas delas que estão
789 aqui. Na próxima e nas outras duas, mostram nos últimos cinco anos, basicamente, o
790 quadro de expansões e que tem havido sim um crescimento contínuo da mesma. O
791 seguinte, em termos de número de cursos. O próximo mostra os cursos de 2009, no
792 último ano da gestão da Prof^a Suely Vilela e, no seguinte, o curso da Escola de
793 Engenharia de São Carlos, que foi o último aprovado nessa fase, antes de termos esse
794 documento. No quadro seguinte, o curso de Educomunicação, que também já foi
795 aprovado, se não me engano. Temos agora uma demanda importante e a nossa
796 conversa naquela audiência que pedimos ao Prof. Rodas foi justamente por isso. Há
797 uma demanda importante e um represamento de propostas que já foram aprovadas pelo
798 Conselho de Graduação. Nessa figura aparecem duas. Uma da ESALQ, de Bacharelado
799 em Administração, que tive, inclusive, o prazer de ser relator em certo momento e outra
800 da Escola Politécnica. No quadro seguinte aparecem mais quatro propostas já
801 aprovadas pelo CoG em termos de novos cursos, inclusive a nossa de Bacharelado em
802 Ciências Biomédicas, uma da Faculdade de Saúde Pública e duas outras e, que não
803 vieram para o Co pela falta de uma política geral. Essa é a motivação desse documento.
804 No próximo aparecem alguns projetos que continuam em análise, ainda não passaram
805 pelo Conselho de Graduação, mostrando que há uma demanda constante nesse
806 processo de expansão que estamos engajados. O último mostra o que pensamos dos
807 princípios gerais. O primeiro, que acho claro e consta da primeira página do documento
808 da pauta. Não há dúvida nenhuma que quando pensamos nessa questão, a expansão é
809 necessária. Até citamos no começo que 2010 é um ano importante, porque era meta
810 que 30% da população em idade universitária deveria estar na Universidade e o número
811 que chegamos pela última conta é 13,9%. Há uma demanda para a expansão do ensino
812 superior imensa e ainda mais para o ensino superior público onde a USP se engaja
813 muito. Então, não há dúvida nenhuma da necessidade de expansão e do mérito social
814 desse projeto, isso é bastante evidente. A questão que se coloca no segundo tema
815 desse documento é que o ritmo dessa expansão tem sido muito grande, nos últimos dez
816 anos, pelo menos. É preciso, em certo momento, olhar do ponto de vista global da
817 Universidade qual é o impacto que isso terá a médio e longo prazos, em termos da
818 demanda e até de infraestrutura financeira, entre outros. De forma que colocamos
819 alguns pontos daqui para frente, pois julgamos que esse momento é mais importante do
820 que continuarmos com o mesmo ritmo de expansão e para avaliarmos as expansões

821 recentes que foram feitas, em termos do que elas estão produzindo, da demanda social
822 e da sua atividade geral. A EACH, por exemplo, já completou cinco anos e as primeiras
823 turmas já se formaram. Temos um momento bom para avaliar como está indo a
824 expansão. Algumas Unidades são mais novas, não estão ainda em um momento de
825 avaliação. Colocamos no documento uma série de sugestões, não de critérios. Mas, a
826 página 2 do documento diz que devemos nos engajar nos próximos tempos em um
827 processo de reavaliação, não só desses cursos novos, mas dos cursos que já existem,
828 para sabermos se ainda são pertinentes e adequados, em termos da sua atualidade e
829 da sua integração com o meio científico atual naquela área. Na página 2 aparece cinco
830 idéias muito gerais de como isso pode ser feito. Ninguém está colocando normas, mas
831 idéias, princípios gerais de como essa avaliação tem que ser feita. Todos nós um dia já
832 nos deparamos em um belo momento com uma ementa de disciplina de alguma
833 Unidade, por exemplo, da nossa mesmo, e vemos aquela ementa, inclusive em papel
834 amarelado, com um projeto pedagógico, às vezes, muito ultrapassado pelo o que
835 conhecemos hoje em dia. Acho que é um bom momento de mexermos um pouco nessa
836 questão, reavaliar os cursos que temos, pensar naqueles que foram criados
837 recentemente, nos que são tradicionais e até colocarmos aqui aqueles que, inclusive,
838 parecem ter uma demanda baixa em termos da demanda social avaliada pela relação
839 candidato/vaga, mas que podem ter um papel fundamental na estrutura da
840 Universidade, na estrutura da área onde eles são atuantes. Isso tem que ser olhado
841 baseado na especificidade de cada curso e não baseado simplesmente em um número
842 da demanda do vestibular, por exemplo. As Comissões de Graduação e de Cursos têm
843 que se engajar nesse trabalho, o próprio Conselho de Graduação também. Infelizmente
844 a Prof^a Telma não pode estar presente hoje, mas é uma das autoras desse documento.
845 Coloca-se aqui, inclusive, um ponto que reputo ser particularmente importante, que é a
846 ênfase no curso noturno. Não a ênfase em termos de mérito, isso ninguém discute, mas
847 a ênfase em termos de estrutura, que sentimos muito andando pelo *campus*,
848 especialmente no *campus* de São Paulo. Aqui, a infra-estrutura noturna não é igual à
849 diurna. A USP a noite é outra coisa, é outro mundo. Precisamos de certo apoio, como
850 está colocado no documento, em termos de Biblioteca, segurança, alimentação e uma
851 série de outras coisas. O curso noturno é um pouco deficiente, pelo menos em algumas
852 Unidades, esse não é um quadro geral. Apesar dessas sugestões de que é o momento
853 de reavaliarmos, reestudarmos, reestruturarmos, pensarmos um pouco nesses
854 problemas, as demandas estão aí. Apresentei alguns cursos que já foram aprovados
855 pelo Conselho de Graduação e outros que estão em análise. Quais são os critérios
856 gerais para cursos novos? Na página 3 colocamos alguns deles: demanda qualificada;
857 mérito acadêmico; caráter inovador; demanda social; empregabilidade, que sem dúvida
858 é um problema importante e todos têm acompanhado a questão; pós-graduação,
859 eventualmente na área bem avaliada pela CAPES - o Prof. Vahan falou agora a pouco
860 da avaliação CAPES; e outros. Os outros itens dizem respeito à infraestrutura, que tem
861 que ser muito clara para uma proposta nova. Por exemplo, talvez não devêssemos

862 agora - longe de mim definir isso - nos engajarmos em criar mais Unidades, mas pensar
863 nas Unidades que já existem e não, eventualmente, criar mais uma Unidade para
864 suportar um novo curso, mas aproveitar a estrutura que a USP já tem. O quarto item
865 dessa questão dos critérios gerais é a questão orçamentária. O Prof. Engler acabou de
866 falar de orçamento. Esse é um problema crucial nessa questão, evidentemente, porque
867 é preciso que as propostas novas de maneira nenhuma ameacem a atuação da
868 Universidade, a política de permanência estudantil e a política de valorização de
869 recursos humanos, que temos insistido tanto aqui ao longo dos anos. As propostas têm
870 que ter um conjunto de características que estão colocadas aqui e a maioria delas é
871 muito óbvia para todos. Alguém vai dizer: isso já era assim antigamente. Na verdade
872 todos aqui sabem que nem sempre as propostas que vieram a este Conselho tinham
873 todos esses componentes. Ao contrário, algumas tinham componente mais político e
874 menos acadêmico. O que está se colocando aqui é um princípio geral de mérito que tem
875 que passar por cima de qualquer outro critério menos nobre do que esse. Em último
876 lugar é que essa discussão, evidentemente, não termina nesse documento. Esse
877 documento, de propósito, na segunda linha diz que os critérios, parâmetros e normas
878 para esse estudo todo será feito, definido pelas Unidades, pela comunidade, estudantes,
879 docentes e servidores, inclusive, que em vários aspectos podem contribuir para essa
880 discussão. E mais no final remetemos a uma discussão, que originalmente foi sugerida
881 pelo Prof. Marcos Felipe, que é um dos signatários do documento original, de que a
882 USP poderia patrocinar um debate mais amplo. Não só olhar a nossa casa, mas,
883 conversar com a UNICAMP, com a UNESP, com as Universidades Federais de São
884 Paulo, com todo o sistema público, com o Governo Estadual, com o Governo Federal,
885 enfim, com a sociedade de um modo geral, com todas as instâncias que pudermos,
886 porque sentimos, de um modo geral, no dia a dia, que a USP está um pouquinho longe
887 da sociedade. Isso parece muito claro para a maioria de nós. O Prof. Marcos Felipe me
888 disse hoje antes da reunião algo que concordo plenamente: que a USP está devendo
889 um pouquinho para a sociedade. É claro que não servimos só a sociedade no sentido
890 servil, como diria um jurista, mas a Universidade é da sociedade, temos que ter uma
891 relação com a sociedade muito intensa, forte. É claro, respeitando a nossa autonomia,
892 as nossas especificidades, mas sentimos que de certa maneira devemos um pouquinho
893 da nossa atuação em uma interação um pouco mais presente com a sociedade paulista
894 e, é claro, brasileira.” **Cons. Sylvio B. Sawaya:** “Esse documento me pareceu
895 extremamente importante e oportuno. Surpreso, verifiquei que a FAU não compareceu
896 com suas contribuições ao documento. Fui verificar saber o porquê e, realmente o
897 despacho é de 25 de maio, a CG entendeu que era apenas para tomar conhecimento.
898 Há uma segunda solicitação de contribuição feita e, infelizmente não encontramos o
899 protocolo disso ainda. Acredito que com as outras Unidades tenha acontecido o mesmo,
900 porque se não me engano, são dezesseis Unidades que enviaram contribuições e vinte
901 e tantas não mandaram. Se o que aconteceu na FAU tiver algum paralelo com o resto, é
902 grave, porque esse documento mais do que falar de novos cursos, propõe uma análise

903 da questão da graduação muito séria. Ele coloca a questão do esforço nacional, do
904 aumento de números de vagas de cursos sem perda de qualidade, questiona o ritmo,
905 dizendo que isso poderá entrar em colapso. E esse dado, entrar em colapso, não chega
906 a ser explicado, mas é um dado muito importante. Propõe uma reavaliação de todos os
907 cursos pelas Unidades. É interessante em termos da sua atualidade, compatibilidade
908 com as demandas sociais contemporâneas e da sincronia entre as tendências
909 científicas na área em relação ao mercado de trabalho, ou seja, ele coloca temas muito
910 atuais em relação à graduação. Propõe a reavaliação com vários itens, insiste na
911 questão da evasão escolar, fala que os cursos devem ser modernos, inter e
912 multidisciplinares, que deve haver uma revisão da carga horária, a fim de permitir uma
913 maior flexibilidade nas atividades dos alunos de graduação. São todos temas candentes.
914 É um documento realmente emulador, no meu entender. Fala, também, dos cursos
915 noturnos. Temos um curso de Doutor em Design que é novo, está no seu quinto ano e
916 apresenta precariedades, sobretudo de infraestrutura, porque os recursos necessários
917 para o curso não foram dados. É um curso interunidades sediado na FAU e fomos falar
918 com o Pró-Reitor, com o Vice-Reitor, com todos, para ver se melhoramos a situação. Se
919 bem que o Curso é extremamente interessante e entusiasmante. E aí vem uma questão
920 muito interessante, o processo de expansão deve ser indissociável da análise crítica dos
921 cursos existentes e, quando for o caso, de propostas de reformulação, cuja análise deve
922 ser conduzida pelo Conselho de Graduação. A criação de cursos leva a uma revisão
923 crítica daquilo que fazemos. Esse dado é central nesse documento. Essa revisão crítica
924 me parece fundamental, porque em certo sentido, os novos cursos já trazem essa
925 vinculação com o estado atual, com a indagação e com a procura. Mas os velhos cursos
926 muitas vezes são fossilizados, estabelecidos, ultrapassados e vamos tocando esse
927 negócio, permanecendo como sempre. Esse processo de avaliação proposto, do
928 conjunto, parece-me muito oportuno, gerado por pessoas interessantes como são os
929 professores que o realizaram. Fala de uma cultura de auto-avaliação e coloca que a
930 questão da demanda da educação superior de qualidade é crescente, que devem ser
931 feitas as novas carreiras e a USP não pode ficar à margem do desenvolvimento da
932 sociedade, isso pode ser fatal para a Universidade. Ao mesmo tempo não se pode ter
933 uma ampliação desmesurada, o que já vem acontecendo, mas uma formação
934 importante, que no entanto não é explicitada. Fala da importância de promover esses
935 cursos, de se abrir para o futuro, para o mercado, mas termina. Ainda em 2010, deve-se
936 iniciar um amplo debate sobre o problema da expansão do ensino superior público. É
937 importante, também, que o debate seja patrocinado pela USP, que envolva docentes,
938 estudantes e servidores técnico-administrativos de todas as três universidades, os
939 governos estadual e federal e, também, representantes da área econômica e produtiva e
940 da sociedade em geral, para que a Universidade possa, sem perder de vista os
941 processos acadêmicos e a sua autonomia, participar de modo mais vigoroso dos novos
942 rumos tomados no Estado de São Paulo e, em última instância, no País. Gostaria de
943 cumprimentar o documento. É um documento que aborda uma questão e dá ênfase em

944 outra no final. Acho muito importante que essa discussão seja feita e é uma pena que
945 não a tenhamos feito, especialmente minha Faculdade, que se penitência disso e
946 acredito que seria importante dar condições para que essa discussão se estabeleça,
947 talvez, aprovando esse documento, mas abrindo esses temas para uma discussão
948 orgânica que possamos participar efetivamente em função da graduação como questão
949 central da nossa vida universitária. Sem a graduação não há mais nada. Sem ensino
950 não há universidade, institutos de pesquisa, a prestação de serviços à comunidade, o
951 que for. O ensino é um dado fundamental e a graduação é a pedra basilar. Gostaria de
952 cumprimentar novamente o documento mesmo que complexo na sua leitura. Ele abre
953 muitas luzes. Acho que ele deveria ser retomado e aprofundado e poderíamos,
954 aproveitando esse ensejo, fazer uma revisão da nossa estrutura de graduação, do
955 nosso ensino básico, com sua atualização, sua modernização e com a coragem de
956 terminar com aquilo que já acabou.” **Cons. José Roberto Cardoso:** “Gostaria de
957 discutir este tema, sobretudo a questão das Engenharias. As Engenharias estão
958 passando por uma situação interessante, na qual estamos com uma demanda enorme
959 por profissionais da área de Engenharia e a produção de novos formandos é muito
960 pequena. O Brasil forma, aproximadamente, 30 mil engenheiros por ano e a
961 necessidade do País gira em torno de 60 mil engenheiros por ano. Falarei só da
962 Engenharia porque é o que me afeta mais precisamente. E desses 30 mil engenheiros,
963 a experiência mostra que um em cada quatro tem formação adequada, isto é, o Brasil
964 não forma nem 10 mil engenheiros competentes por ano. Temos um paradoxo, porque
965 há uma necessidade enorme de engenheiros e temos engenheiros desempregados, que
966 não conseguem passar na entrevista mais elementar de uma empresa. De modo que,
967 ao se fazer uma proposta desse teor, precisamos contemplar este fenômeno oriundo da
968 necessidade de formação qualificada às Engenharias. Neste cenário, a previsão é de
969 que vai persistir por mais duas décadas. De modo que se não pensarmos em aumentar
970 sensivelmente o número de formandos nesta área, o Brasil vai sofrer consequências
971 drásticas. E para a formação de profissionais com qualidade, não há dúvidas que são as
972 universidades públicas as responsáveis por isto. A Universidade precisa pensar em
973 como vai resolver este problema de aumentar sensivelmente o número de vagas na
974 Engenharia. As novas propostas de novos cursos devem, inclusive, tocar problemas do
975 nosso Estatuto, de permitir que em qualquer *campus* desta Universidade seja possível
976 ter uma Escola de Engenharia. Não podemos ficar mais selecionando apenas alguns
977 *campi* para que tenha curso de engenharia, precisamos de um esforço maior nesta área.
978 Esta é a mensagem que passo para a Comissão e agradeceria se nela tivesse alguém
979 da área de Exatas, que pudesse contribuir com sugestões, pois não há ninguém da área
980 de Engenharia. Não sou candidato, mas posso indicar alguém.” **Cons. Manoel**
981 **Fernandes de S. Neto:** “Muito me preocupa a discussão sobre o projeto de expansão
982 no campo da graduação. Algumas das questões já foram, inclusive, tocadas pelos que
983 me antecederam. Não é que o tema não seja por demasiado relevante e fundamental
984 para a USP, no meu entendimento é. E imagino que seja necessário que consigamos

985 fazer uma discussão o mais ampla possível, que envolva a comunidade uspiana como
986 um todo; quiçá que envolva a comunidade do Estado de São Paulo, no sentido de
987 pensar este processo de expansão de maneira clara. Minha primeira preocupação é:
988 quem paga pelo processo de expansão? O Prof. Engler acabou de nos fornecer dados
989 de que 86% da folha consome aquilo que a USP hoje administra. A UNESP é um
990 exemplo claro de como a expansão foi um problema muito sério para as contas que hoje
991 tem que administrar. Ampliou muito e, de certa maneira, não consegue dar cabo em
992 certos processos que tem a ver, inclusive, com reajuste dos salários dos docentes da
993 USP. É que em função da isonomia existente, muitas vezes a UNESP não consegue
994 fazer face ao que seria um reajuste um pouco maior. Isso é derivado, em parte, ao
995 projeto de expansão. Minha pergunta é: vamos pagar pela expansão com os recursos
996 que a USP recebe hoje do ICMS ou vai buscar recursos em outras fontes? Onde vamos
997 buscar recursos para o processo de expansão? A segunda pergunta é: como é que
998 ficam os cursos e a estrutura que a USP já possui? Porque há cursos e Unidades em
999 situação de favelização. É uma favela institucionalizada, em alguns casos. Vou citar
1000 alguns exemplos: este semestre que passou, na minha Unidade, FFLCH, no Prédio da
1001 História e da Geografia, muitas vezes tive que dar aula para os meus alunos,
1002 praticamente, no pátio, embaixo das escadas, porque não tinha lugar para fazê-lo. Havia
1003 reforma de um dos auditórios da Geografia e as aulas eram para 200 alunos. Este não é
1004 um caso particular, há muitos casos que são desta maneira. Por exemplo: vi que há
1005 proposição de criação de um curso em Itu e é incrível como estas coisas todas se ligam,
1006 porque, ao mesmo tempo, se propõe nesta reunião que discutamos a contratação de
1007 professores em situação temporária para assumir cursos novos. A pergunta é: vamos,
1008 também, passar por um processo de precarização dos colegas que vão ingressar?
1009 Porque em algumas universidades do Brasil aconteceu que o que era exceção virou
1010 regra. Em muitas instituições a maior parte dos professores eram temporários, os ditos
1011 substitutos nas universidades federais. Então, como é que a ampliação se dá? Porque o
1012 problema, falando um pouco da Engenharia, é a coisa da fadiga do material; como é que
1013 se expande com aquilo que, efetivamente, temos? O *Kingston College*, na realidade, fez
1014 um processo, do ano passado para cá, que foi acabar com diversas cátedras nas áreas
1015 de Ciências Humanas. A de Língua Portuguesa, por exemplo, foi incorporada a uma
1016 área que é hoje América Latina. E simplesmente se extinguiu, porque a lógica da
1017 expansão é a lógica do mercado. Os cursos que se pagam, permanecem vivos e
1018 funcionando e os que não se pagam tem que ser extintos. Qual é a lógica da expansão
1019 que queremos? Por isso acho que essa discussão deveria ser estendida, deveríamos
1020 incluir mais pessoas e ter, portanto, a perspectiva de se fazer uma discussão de melhor
1021 qualidade.” **Cons. Dário Ferreira Sousa Neto:** “Manifesto minha felicidade por estar
1022 novamente retornando a este Conselho, com o intuito de contribuir com a Universidade
1023 na perspectiva do Movimento Estudantil e da discussão que temos feito entre os
1024 estudantes sobre as temáticas desta Universidade. E neste sentido gostaria de pontuar
1025 sobre este debate em torno das diretrizes, que em essência, acho muito interessante,

1026 até porque acompanhei, quando era representante discente na gestão da Professora
1027 Suely Vilela, as propostas de criação de alguns cursos e alguns, inclusive, de caráter
1028 questionáveis. Lembro-me que na apresentação da criação do curso de Educação
1029 Física, uma das coisas que questionei foi que um dos critérios para criação era atender
1030 ao mercado da região. E penso que não deve ser esta a diretriz de uma universidade
1031 pública, até porque o mercado é extremamente volúvel e se a Universidade seguir pela
1032 lógica do mercado, ela tende à derrocada e a perder o seu sentido enquanto
1033 universidade pública. Desse modo, analisei algumas manifestações e ressalto que não
1034 devemos ignorar que mais de 50% das Unidades não se manifestaram sobre este tema
1035 tão importante e acredito que isso se deva aos prazos, porque o prazo em que foi
1036 encaminhado e o prazo determinado para se responder houve um espaço de tempo de
1037 um mês e as Unidades, por causa de suas demandas próprias, não conseguiram dar
1038 conta de cumprir o prazo. E as que responderam, que foram 15, pois a FM enviou
1039 documentação que se refere a um outro processo, 8 Unidades – mais de 50% - fizeram
1040 questionamentos, que a meu ver, não foram incorporados às questões levantadas. E
1041 neste sentido, levar em consideração alguns termos, como: o que é demanda
1042 qualificada? O que se entende por empregabilidade? O que se entende por impacto
1043 social? Essas questões precisam ser aprofundadas, até por se tratar de um documento
1044 que vai balizar propostas de criações de novos cursos e, também, avaliar os cursos
1045 atuais. E nesse sentido, penso que temos uma dinâmica muito complexa e particular,
1046 que se faz necessária para conceituar isso melhor, para que no futuro não tenhamos
1047 problemas, que virão para este Conselho e este vai se ver amarrado em uma diretriz,
1048 onde um momento que poderia ser aprofundado acabou não sendo. Neste sentido, a
1049 minha proposta é que isto não seja votado, que seja discutido com maior profundidade e
1050 encaminhado para uma discussão temática neste Conselho e, se possível, que seja
1051 aberta para toda a comunidade acadêmica, para que tenhamos os mais diversos
1052 setores desta Universidade debatendo um tema, que penso ser fundamental. Este
1053 Conselho tem que tirar diretrizes, sem dúvidas nenhuma, mas de modo consequente e
1054 bastante aprofundado, para que, no futuro, não tenhamos outros problemas
1055 ocasionados por isto. E, como não temos uma necessidade tão imediata de ter esta
1056 documentação, acho bastante razoável que pudéssemos estender um pouco mais esta
1057 discussão, para que possamos trazer um documento consolidado, que expresse esta
1058 diversidade que é a nossa Universidade e que possa contemplar e servir, de fato, de um
1059 instrumento balizador para a criação de novos cursos.” **Cons. Uirá Piá-Uacu O. Deák:**
1060 “Expresso minha preocupação com relação à velocidade com que a discussão de um
1061 tema tão importante para a vida da universidade pública está se dando. É preciso ter
1062 princípios gerais para novos cursos de graduação, para que a expansão desta
1063 Universidade não ocorra de maneira inseqüente e sem aplicação de recursos
1064 necessários, como vimos em passado recente. Saliento que mais da metade das
1065 Unidades questionadas não responderam ao questionamento da Pró-Reitoria. No
1066 Caderno I foi suprimida uma parte da deliberação da CG da EESC, muito importante

1067 para a reflexão sobre o tema, que dizia, entre outros, sobre os critérios, quais são os
1068 indicadores que definem, por exemplo, baixo impacto social e empregabilidade. Se não
1069 houver uma reflexão acerca desses indicadores e uma discussão específica, como o
1070 documento final pede, cairemos na mesma situação política a cerca de criação de novos
1071 cursos e não uma discussão técnica da necessidade da nossa sociedade. Por último, o
1072 prazo foi muito curto para discussão pelas Unidades e por isso faço o encaminhamento
1073 para que esta discussão seja uma discussão temática em um próximo Conselho
1074 Universitário. E, uma última contradição no texto, que diz 'no que concerne aos Órgãos
1075 de Integração da USP, vislumbra-se a possibilidade de aproveitar melhor as atividades-
1076 fins da Universidade'. Porém, tais Órgãos de Integração da USP não são Unidades de
1077 Ensino. E o item 3 diz que 'tem que haver clareza e que o novo curso seja inserido em
1078 um contexto de ensino já estabelecido, não requerendo, por si só, uma nova Unidade de
1079 Ensino'." **Cons. Marcos Felipe S. de Sá:** "Acho que não está havendo um bom
1080 entendimento da proposta do documento. Na verdade, este documento estabelece
1081 princípios gerais, não barra absolutamente nada. De forma que, se eventualmente a
1082 Universidade tenha criado cursos de qualidade questionável e duvidosa, como foi
1083 mencionado, provavelmente é porque não tínhamos diretrizes. Por falta de diretrizes as
1084 propostas apareceram e foram discutidas e aprovadas pelo Colegiado. Acredito que a
1085 partir do momento que tenhamos diretrizes, princípios, todas as propostas poderão ser
1086 discutidas da mesma forma. Mas aí entra o mérito das prioridades que podemos
1087 estabelecer. Gostaria de recordar as palavras do Prof. Cardoso, porque há um tempo
1088 atrás ele fez uma apresentação aqui sobre as dificuldades que o Brasil enfrenta na
1089 questão da área de Engenharia, mas pode ser estendido a todas as áreas do
1090 conhecimento. O País atravessa uma fase de crescimento e ele está estagnado, não
1091 cresce no ritmo desejado pelo fato de que o governo não estabeleceu uma política para
1092 o desenvolvimento tecnológico. A Universidade pode participar deste processo e, sem
1093 perder a sua autonomia, estabelecer um diálogo com o governo e com a sociedade.
1094 Este diálogo não pode ser só por conveniência, em momentos políticos, porque nessas
1095 horas sempre se lembra da sociedade, mas na hora da expansão da Universidade, esta
1096 precisa ouvir a sociedade e precisamos saber que demanda pretendemos. Darei um
1097 exemplo muito claro de como, às vezes, nos distanciamos da sociedade: a criação da
1098 USP Leste obedeceu alguns critérios para criação de cursos, mas um dos critérios foi,
1099 exatamente, a proibição do Estatuto da USP de se criar, na mesma cidade, dois cursos
1100 com o mesmo propósito. Então, em uma sociedade com 35 milhões de habitantes, como
1101 é São Paulo, só se pode ter uma escola de cada coisa. De maneira que se preferiu fazer
1102 um *campus* avançado com faculdades diferentes, inovadoras – não estou questionando
1103 isto – mas lembro-me que no dia da inauguração o líder comunitário da região disse o
1104 seguinte na televisão: 'Achei que teríamos cursos aqui como os outros têm, formando
1105 doutor, engenheiro, médico, advogado e não ganhamos estes cursos.' Tudo porque a
1106 Universidade preferiu não mexer no Estatuto, para criar os cursos inovadores. E
1107 poderíamos perfeitamente absorver isto nesta região da grande São Paulo. A

1108 Universidade negou a instalação de uma estação de Metrô dentro do *Campus*. Vamos
1109 pagar por este erro pelo resto de nossas vidas. As pessoas que quiserem vir ao *Campus*
1110 de Metrô vão parar a dois quilômetros daqui, por uma decisão desta Casa. De forma
1111 que precisamos começar a pensar um pouco melhor nesta questão do que vamos
1112 oferecer para a sociedade. O mercado muda mesmo e a Universidade tem que ser mais
1113 dinâmica. Ela pode ter as suas bases, as suas diretrizes, mas ela precisa ser dinâmica.
1114 E estou dizendo que não é só na área de Engenharia, porque em Medicina também é
1115 assim, o mercado tem uma demanda de determinadas especialidades, mas as escolas
1116 profissionalizantes, os cursos de especialização continuam mantendo as mesmas
1117 vagas, porque há uma divisão cartorial das vagas por departamento clínico. E quem
1118 consegue mexer nisso? Ninguém tira a vaga de um departamento para dar para outro,
1119 embora o outro precise, mereça e haja maior demanda. Acho que precisamos rever
1120 nossos pensamentos. Este documento não fecha portas para nada, tudo pode ser
1121 discutido, mas teremos uma diretriz para estabelecer, realmente, quais as prioridades
1122 que precisamos atender.” **Cons. Rodrigo S. Neves:** “Pedi a palavra para falar sobre
1123 algumas falas que me antecederam e explicar minha posição em relação a esta
1124 proposta. Considero que alguns dos meus colegas, embora de maneira muito atenciosa,
1125 cometeram um equívoco ao encarar a proposta destas diretrizes gerais como sendo
1126 algo específico. No meu entendimento, isto são diretrizes gerais que vão abarcar como
1127 os cursos devem ser pensados, mas de forma alguma limitam a criação de novos cursos
1128 ou atravancam o desenvolvimento de novos projetos de graduação nesta Universidade.
1129 Este documento é nada mais do que exposições básicas, de bom senso, acerca do que
1130 se deve fazer para evitar que se criem cursos sem que haja uma demanda específica da
1131 sociedade. Acredito que isto tem que ser discutido de maneira muito apropriada em
1132 cada Congregação e no Co, mas não acho que devemos tratar isto, de maneira alguma,
1133 como cláusula pétrea, algo que vai impedir a criação de novos cursos. Isto é uma diretriz
1134 geral, buscando que de agora em diante tenhamos tópicos, para que no futuro, quando
1135 formos discutir quais cursos novos iremos criar, quais serão os enfoques, para que não
1136 comecemos esta discussão do nada, para que ela já tenha, pelo menos, uma estrutura
1137 para que isso ocorra. Inclusive, uma das minhas colegas citou o curso de História em
1138 Itu. Sou aluno de História, estou no sexto ano de graduação, no entanto aprovo a
1139 criação de um curso de História em Itu. Lá existe toda uma estrutura bem estabelecida
1140 do Museu Republicano e há professores que, inclusive, sediam-se naquela unidade e
1141 atualmente não podem oferecer aula para o Departamento de História, seja devido à
1142 distância, seja a diversos fatores que limitam sua presença a Itu. Acredito que o
1143 oferecimento deste curso, além de não prejudicar em nada o curso de História da
1144 Capital ou a FFLCH como um todo, apresenta uma possibilidade incrível de expansão
1145 em novos temas, que o Departamento de História hoje não trata por falta de pessoal. E
1146 acredito que de maneira alguma isto limita a nossa graduação. Gostaria apenas de
1147 declarar que concordo com os termos exposto e acredito que estas diretrizes gerais
1148 trarão um bem à Universidade.” **Cons. Rui Curi:** “Penso que está muito claro que esta

1149 proposta visa princípios gerais de criação de novos cursos na USP e o último
1150 representante discente entendeu isto claramente. E queremos, na verdade, tranquilizar
1151 os estudantes, no sentido de que não se impede a possibilidade de se ter novos cursos,
1152 desde que isto represente algo de bom para a Universidade. Em algumas Unidades
1153 temos salas disponíveis, professores querendo ensinar e infra-estrutura adequada. Por
1154 que não aceitar novos alunos? Vamos elitizar os cursos na USP? Impedir que novos
1155 estudantes venham para cá, se temos infra-estrutura a oferecer? Isto é injusto. Vamos
1156 colocar princípios gerais para balizar as nossas decisões e vamos tomar estas decisões
1157 com responsabilidade. Penso que é isto que está sendo proposto e a Comissão que
1158 preparou os documentos está de parabéns.” **Cons. José Oswaldo de Oliveira Neto:**
1159 “Como o Prof. Cardoso falou, há uma necessidade de expansão de vagas para os
1160 cursos de Engenharia. Sou estudante de Engenharia Elétrica e tenho acompanhado o
1161 desenvolvimento do projeto do curso noturno. Este processo tem sido conduzido de
1162 forma competente, com ampla discussão, inclusive, com direito a voz os representantes
1163 discentes do Conselho de Graduação da EP, tendo como objetivo a manutenção da
1164 excelência acadêmica, acima de tudo. Desde que os processos de criação de cursos e
1165 vagas de outras Unidades sejam executados de forma análoga, não vejo empecilho
1166 para tal e concordo com as diretrizes gerais propostas.” **Cons^a Sonia Teresinha de S.**
1167 **Penin:** “Agradeço a oportunidade de participar, como convidada, desta discussão da
1168 qual estou envolvida desde que estou nesta Universidade, mas, sobretudo, desde o
1169 tempo em que fui Pró-Reitora de Graduação, que foi a época em que se deu um
1170 aumento mais significativo no quadro da USP, passando de 7 mil para 10 mil vagas no
1171 Vestibular, no final da gestão. Naquele momento havia uma preocupação com a questão
1172 nacional, de um modo geral e a oferta de instituições públicas. Depois percebemos,
1173 também em nível federal, que houve um aumento significativo do número de ofertas em
1174 universidades federais, não só de cursos, mas também de vagas, além de uma proposta
1175 de apoio dos alunos para fazer em cursos de escolas particulares, como PROUNI, FIES
1176 e várias outras iniciativas. De forma que, enquanto brasileira, independente daqui, o fato
1177 de continuarmos com esta expansão, inclusive no ensino particular, mas ficarmos
1178 patinando em 13% dos jovens de 18 a 24 anos é um desafio para o Brasil de um modo
1179 geral. Existe o aspecto interno na política que a USP, mas uma universidade, dentro de
1180 uma missão universitária, precisa pensar em políticas públicas para o País, em termos
1181 de aumento e de qualidade neste aumento. E internamente, precisa pensar a questão
1182 da otimização. Um grande aumento, daquele de 7 mil para 10 mil vagas, foi o aumento
1183 de cursos noturnos, mas estamos vendo hoje que a infra-estrutura precisa melhorar em
1184 vários aspectos. Foram lançadas muitas questões. A USP Leste, para mim, foi um
1185 *campus* fundamental, pois a Universidade está aqui, também, para experimentar, para
1186 ousar, pensar quais os cursos futuros e ir à frente do mercado e da sociedade, não só
1187 atrás do que está sendo demandado, mas demandar, propor cursos para uma
1188 sociedade mais avançada. Foi neste espírito que aqueles cursos foram feitos, além de
1189 uma flexibilização, uma organização diferenciada, que foi depois copiada, inclusive, pela

1190 UNICAMP na expansão para Limeira e outras universidades federais caminharam na
1191 mesma direção da organização curricular de flexibilidade. De forma que a USP tem uma
1192 tarefa: propor políticas públicas para o Governo Estadual e nacional. Estou voltando da
1193 última reunião da CONAIS como membro, onde também houve uma avaliação e
1194 percebemos que os indicadores e todo o processo de avaliação, desde a LDB, tem
1195 oferecido elementos muito importantes, não só para quantificarmos como também para
1196 qualificarmos o processo e os instrumentos de avaliação em nível nacional, para as
1197 universidades e institutos de ensino superior, particulares e federais e, também, dentro
1198 da auto-avaliação que fazemos. A avaliação e a auto-avaliação têm que ter uma
1199 resposta, ela deve chegar a um planejamento, seja em âmbito de Estado, seja no
1200 âmbito da nossa Universidade. Quero dizer que caminhando este tempo todo na Pró-
1201 Reitoria, dentro dos argumentos que os proponentes de cursos novos nos mandavam
1202 como proposta, sempre pensávamos na importância desta diretriz dentro de uma
1203 política e de uma proposta da USP para ela, para o Estado e para o País. E estas
1204 Diretrizes dão um contorno nisto. E tanto diretrizes como cursos, são finitos, nascem,
1205 crescem e morrem. As coisas são dinâmicas e penso que essas diretrizes podem ser
1206 objeto de repensar sobre esta avaliação. Todos nós fizemos avaliação, mas não
1207 discutimos uma temática, uma avaliação externa. Já fizemos dois ciclos de avaliação e
1208 estamos indo para o terceiro, e quais são os elementos dessa avaliação em nível de
1209 Unidades, da Universidade e de cada curso? Ainda não discutimos, talvez possamos
1210 fazê-lo. A minha posição é que estas Diretrizes, por mais que possam melhorar, é o
1211 começo de uma conversa importante para podermos nortear uma discussão mais
1212 profunda. E temos os indicadores para a graduação, para a pós-graduação e para a
1213 pesquisa em todas as áreas acadêmicas. A partir daí podemos, não só pensar o
1214 aumento de vagas, como a própria pós-graduação, que não avaliamos, mas
1215 aumentamos tanto que estamos com muitas Unidades com número de alunos de pós-
1216 graduação igual ao de graduação. Nunca pensamos diretamente sobre a questão,
1217 aconteceu. De forma que pensar a Universidade, o ensino - graduação, pós-graduação
1218 e pesquisa - e essa indissociabilidade de pesquisa e ensino, que está na missão da
1219 universidade brasileira e da USP em particular, pode ser revista. Este é um começo de
1220 conversa e espero que possamos avançar bastante nesta direção. Era isto o que queria
1221 dizer, tendo em vista a preocupação e a participação com esta questão do Brasil e da
1222 USP, na sua otimização. Somos pagos pelo dinheiro do Estado, as dificuldades estão aí
1223 e não vamos fazer mais do que podemos, mas podemos demandar se quisermos, ou
1224 demandar uma outra universidade para o Estado de São Paulo, ou seja, a questão está
1225 aberta, mas o Brasil e o Estado de São Paulo precisam sair destes 13% de atendimento
1226 aos jovens entre 18 e 24 anos, que é ruim para os jovens e para o País, como uma
1227 Nação.” **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Não há como negar a importância deste
1228 documento que temos aqui, mas, ao mesmo tempo, não há como negar que este
1229 documento só chegou para a maioria dos representantes deste Co na sexta-feira.
1230 Alguns conseguiram ler o documento apenas ontem e hoje, de forma que as nossas

1231 representações não conseguiram fazer um verdadeiro juízo de valores sob todos os
1232 aspectos que foram demandados. O primeiro é que não conseguimos fazer uma leitura
1233 aprofundada em todas as 15 respostas que as Unidades remeteram para anexar a este
1234 processo. Sou membro da Congregação na minha Unidade como representante dos
1235 servidores técnico-administrativos e, também, não fizemos esta discussão. Como
1236 trabalho na Seção de Alunos, posso dizer que esta discussão também não foi feita a
1237 contento na Comissão de Graduação da Unidade. E a partir daí essa discussão seria
1238 remetida para a Congregação e surgiria um documento para ser juntado a este
1239 processo. Não quero falar sobre o mérito das propostas e das diretrizes que este grupo
1240 de professores teceram com relação a este documento. Quero dizer é que não há
1241 necessidade de corrermos tanto com este documento. Primeiro, porque o processo de
1242 Vestibular deste ano já está em curso e, certamente, este documento não influenciará
1243 imediatamente no processo de Vestibular, portanto não há necessidade de pressa. E
1244 mesmo que façamos uma referência ao processo de vestibular do próximo ano, acho
1245 que um documento que sirva como diretriz não pode, de forma alguma, ter uma
1246 discussão menor, em que não se privilegiem, por exemplo, os estudantes da FFLCH.
1247 Não sei se eles concordariam com a resposta que a Direção daquela Unidade trouxe.
1248 Penso que as necessidades que os estudantes da FFLCH, principalmente dos cursos de
1249 Letras Clássicas, Letras Orientais devem ser ditas, com relação a algumas dessas
1250 diretrizes. Outra questão é com relação à EACH. Penso que a EACH tem uma
1251 experiência grande e poderiam, por exemplo, trazer para uma discussão mais ampla.
1252 Quem sabe a EACH não seria uma diretriz, um *modus operandi* novo para visualizar
1253 nossa Universidade? Neste sentido, solicito, primeiro, vistas aos autos, pedindo ao M.
1254 Reitor que permita à representação dos servidores técnico-administrativos da USP
1255 aprofundar nesta discussão. E segundo, que faça um Co Temático sobre este tema, que
1256 é extremamente importante e pertinente.” **Cons. Marcello F. dos Santos:** “Concordo
1257 com alguns dos colegas Conselheiros que me antecederam, tendo em vista que se trata
1258 de um debate que será pouco elucidador se partir somente da USP. Penso que é nesse
1259 espírito que deve ser encarada a discussão, como parte de um debate nacional sobre os
1260 rumos da política pública da educação no País. Concordando com isso, sinto-me na
1261 obrigação de dizer aos Conselheiros que me dá vergonha ver que em um País com alta
1262 demanda, como se refere o texto, não conseguir nem mesmo atingir os 30% da meta
1263 que havia sido estabelecida, de que jovens entre 18 e 24 anos pudessem se matricular
1264 no ensino superior e conta com uma parcela tão minúscula de 13,9%. Tive acesso ao
1265 texto há pouco tempo, mas no pouco tempo de pesquisa, percebi que desses 13,9%
1266 mais de 75% são preenchidos por matrículas de universidades privadas. De forma que a
1267 vergonha da qual me referi se dá em dobro. Mesmo não sendo especialista em
1268 economia e não conhecendo tão bem os dados, como os professores anunciaram no
1269 início, gostaria de corroborar com as preocupações colocadas pelo Conselheiro Manoel,
1270 porque o conteúdo do texto se dá de maneira bastante contraditória, principalmente na
1271 primeira versão. Porque considero uma contradição se assumir um discurso

1272 democratizante na Universidade, colocar a importância de não só se atender a meta de
1273 30% do Plano Nacional de Educação, como também extrapolá-la, pois há demanda para
1274 isto e, ao mesmo tempo, colocar como proposta a exclusão de cursos baseado no
1275 critério candidato/vaga a partir do vestibular. Gostaria de lembrar os conselheiros que a
1276 nossa Instituição, infelizmente, a cada ano tem mais de 100 mil pessoas inscritas em
1277 seu Vestibular da FUVEST, sendo a Universidade consegue incorporar menos de 10%
1278 desse número. A proposta, a meu ver, é muito absurda e é uma contradição se falar em
1279 democratização na Universidade e no mesmo texto constar, por exemplo, a exclusão de
1280 cursos a partir deste critério. Concordo com uma manifestação feita, que, inclusive,
1281 consta do Caderno, questionando este critério para se excluir os cursos. Por outro lado,
1282 acho que há um gargalo no que corresponde ao orçamento e à distribuição do ICMS
1283 para a Educação como um todo. E, infelizmente, há bastante ligação entre os 90% da
1284 população que se inscreve nos vestibulares da nossa Instituição e ficam do lado de fora
1285 com o número inversamente proporcional de alunos matriculados em instituições
1286 privadas, constando, inclusive, em dados do Governo, que entre esta população de
1287 jovens de 16 a 24 anos, cerca de 42,6% estão desempregados. Acho que o pagamento
1288 das mensalidades nas universidades privadas dificultaria muito mais e aumentaria a
1289 responsabilidade de instituições como a nossa do que atender essa demanda que tem
1290 crescido cada vez mais. Por outro lado, questiono os professores que me antecederam,
1291 se é uma preocupação dos estudantes e dos funcionários a questão da ampliação de
1292 vagas. Não preciso lembrar aos Conselheiros que foi pauta da nossa greve, inclusive,
1293 questionando os limites da nossa própria Instituição para atender a demanda do Estado
1294 de São Paulo, que dirá nacionalmente. Em segundo lugar, tem sido uma pauta histórica
1295 do Movimento Estudantil e do Movimento de Funcionários o aumento de verbas do
1296 ICMS para 11,6%, não se restringindo à educação superior, mas, inclusive, pensando
1297 de maneira mais global a educação pública no País. De forma que também me parece
1298 uma contradição quando se fala em democratização na Universidade – e gostaria de
1299 colocar uma crítica ao encaminhamento que foi feito neste Conselho – colocando a
1300 expansão de cursos, que somos favoráveis, porém sem discutir de maneira mais ampla,
1301 profunda e estratégica a importância da educação e, principalmente, a importância da
1302 educação superior e retirando da pauta o tema da democratização na USP. O aumento
1303 de verbas para a educação tem estado na pauta ao longo de todos os nossos
1304 movimentos, justamente para que a expansão de cursos não tenha que se dar através
1305 de Fundações ou através da captação de recursos privados. E os debates sobre
1306 educação estão ocorrendo em nível nacional, inclusive, algum dos candidatos disse que
1307 nesse momento se trata de reconhecer o caráter elitista dessa Universidade e é uma
1308 proposta de um candidato reconhecer isto através da cobrança de mensalidades.
1309 Gostaria de lembrar a trajetória, porque se trata de uma pauta do nosso Movimento,
1310 antes mesmo de ser do Conselho Universitário, a ampliação de vagas através da
1311 ampliação de repasse do ICMS para a educação de conjunto, coisa que, infelizmente,
1312 foi vetada, na época, pelo Governador do Estado de São Paulo. Gostaria de corroborar

1313 com a proposta que outros Conselheiros fizeram, de se pautar a discussão se, de fato, a
1314 nossa preocupação aqui é com a democratização, se vamos tratar de maneira mais
1315 abrangente e estratégica a questão da educação na ampliação de cursos, tirando como
1316 balanço o que foi a própria expansão que tem sido feita no Estado de São Paulo. Acho
1317 que isso deveria ser feito através de um Conselho Temático, em uma outra
1318 oportunidade, aberta à comunidade universitária e que os seus documentos,
1319 principalmente, pudessem ser acessados com mais antecedência e de maneira mais
1320 pública.” **Cons. José Carlos Pereira:** “Disse em outra ocasião que este é,
1321 provavelmente, um dos documentos mais importantes emanado da Reitoria da USP nos
1322 últimos tempos. E não é importante porque estabelece regras ou define critérios, mas
1323 porque trata da graduação. E isso vem corroborar a proposta política desta gestão, de
1324 valorizar as atividades no âmbito da graduação. E ao determinar estas diretrizes vejo um
1325 momento diferente da USP, que passa a prestar atenção em alguns aspectos que nunca
1326 foram apontados nas muitas ocasiões que este Conselho se reuniu para debater, que é
1327 justamente a avaliação dos cursos já existentes, das suas estruturas, da sua qualidade
1328 e competência em formar profissionais para servir a sociedade. Vejo que há um grande
1329 engano no debate desse momento nesse Conselho. Estamos confundindo diretrizes
1330 para abertura de novos cursos com ampliação de vagas na Universidade. Penso que se
1331 formos discutir sob esta dupla ótica, não vamos chegar a uma conclusão. É óbvio que a
1332 abertura de novos cursos implica em abertura de novas vagas também, mas a
1333 motivação não deve ser a ampliação do número de vagas, mas a oportunidade que tem
1334 a USP de se alinhar com as principais universidades do mundo, ao propor atividades de
1335 ensino que estejam no limite do conhecimento, acompanhando as grandes
1336 universidades do resto do mundo. Penso ser necessário fazer um debate nesta
1337 Universidade com relação a qual é o seu limite, até que ponto ela pode crescer, no que
1338 diz respeito ao acolhimento da demanda de alunos da nossa comunidade. Claro que
1339 temos um limite. E esse limite não deve ser imposto pelas pressões políticas que se
1340 impõe sobre a USP, por ser uma instituição pública. Por isso que acho que debater
1341 critérios para abertura de novos cursos, não deve suscitar temores da bancada
1342 estudantil, por exemplo, de inchar a Universidade com cursos sem a menor
1343 conseqüência, sem o menor desejo de servir a comunidade. Vejo, isso sim, um
1344 momento importante de se debater. Este assunto foi muito debatido na Universidade e
1345 não sei por que a FOB também não apontou as suas sugestões para esta discussão
1346 hoje, mas certamente houve um engano de comunicação que vamos tentar descobrir.
1347 Portanto, acho que podemos votar este documento, porque ele não se encerra em si, é
1348 um documento norteador e que pode, de fato, oferecer uma série de possibilidades, que
1349 ajudarão aqueles que pretendem propor novos cursos para a Universidade.” **Vice-**
1350 **Reitor:** “Trata-se de um documento onde consta meu nome e dos companheiros que
1351 participaram. Minha participação foi no início da concepção deste documento e
1352 aconteceu da seguinte forma: estava em uma sessão do Conselho Universitário, este
1353 tema apareceu e eu quis lembrar o Prof. Britto sobre qual era a experiência da

1354 Comissão de Claros Docentes e a Comissão de Expansão de Vagas e de Criação de
1355 Novos Cursos na gestão Melfi. Naquele momento havia uma sistemática que procurava
1356 organizar as demandas de mérito acadêmico do CoG e da CAA com as questões de
1357 natureza financeira - COP - e, também, a questão de disponibilidade de docentes, que
1358 era a Comissão de Claros Docentes. De alguma forma está associado também ao tema
1359 de planejamento e avaliação da Universidade, como falaram alguns dos colegas. Talvez
1360 esta ampliação de cursos seja a decisão mais importante que se toma na Universidade
1361 periodicamente, porque ela define rumos difíceis de se alterar em seguida, mas são
1362 sempre possíveis de alteração. A sugestão que enviei ao Prof. Britto mostrava os
1363 critérios, constava todos os cursos criados e tinha os critérios que a Comissão Conjunta
1364 analisava. Todos os critérios que estavam lá aparecem neste documento, sem exceção.
1365 Estou querendo dizer que esta conversa não começa neste documento, ela tem uma
1366 história longa de erros e acertos. Certamente, olhando depois, talvez algumas coisas
1367 devêssemos ter feito diferente, talvez o excessivo cuidado de respeitar o nosso Estatuto,
1368 em termos de não ter certas atividades na mesma cidade. Acho que poderíamos ter feito
1369 isto, mas seguiu naquele momento. Agora, como Vice-Reitor, continuo na Comissão de
1370 Claros Docentes e vamos ter que olhar as propostas que vem do CoG, avaliá-las no
1371 mérito e, talvez, tenhamos a penosa decisão de não acolher todas as demandas
1372 imediatamente, por força de falta de claros docentes para atendê-las todas e a outras
1373 demandas da Universidade. De forma que talvez tenhamos que refletir sobre critérios
1374 mais estreitos, porque é muita responsabilidade para a Comissão de Claros. Os critérios
1375 que constam aqui me parece um documento muito útil. No passado não tínhamos um
1376 documento do Conselho Universitário estabelecendo os critérios e posso reconhecer
1377 que todas as propostas qualificadas foram acolhidas. Quero dizer que nunca tivemos
1378 que escolher entre uma ou outra. Na verdade, os nossos colegas são muito
1379 competentes. Se tinha algum reparo em algum dos projetos, isso voltava, se discutia,
1380 até todos eles serem aprovados; a falta de mérito nunca funcionou como uma restrição
1381 efetiva, sempre tivemos mérito, era um momento em que tinha dinheiro e fomos
1382 atendendo todos eles. Na verdade, acho que isso é o mais desejável em uma
1383 universidade pública como a nossa, que tem características de uma federação. Os
1384 projetos vêm de baixo para cima e não de cima para baixo. Todos aqueles projetos
1385 qualificados, se não estão qualificados no momento, serão qualificados logo depois,
1386 porque temos capacidade para fazer isto e se tivermos capacidade financeira, vamos
1387 atendê-los todos. Aqueles que não se expandiram foi porque não fizeram projetos. Este
1388 é o depoimento que quero prestar. É um ajuste, aquelas Unidades que têm o que dizer,
1389 proponham. A Poli tem uma proposta que foi aprovada recentemente no CoG, está na
1390 Comissão de Claros Docentes e tudo indica que seguirá a sua expansão, como a Escola
1391 de Engenharia de São Carlos fez muitas expansões. Estou falando apenas da área de
1392 Engenharia, mas poderia falar de muitas outras. O que estou querendo dizer é que há
1393 uma continuidade de discussão. As propostas são boas, vêm qualificadas. Alguns,
1394 talvez, tenham o apelo de falar: 'será que vai dar rumo para a Universidade? Será que

1395 isso vai dar planejamento ou vamos crescer de forma atabalhoada?’ A minha melhor
1396 solução é democrática: apresentem os melhores projetos possíveis e vamos analisando,
1397 ao longo do tempo, todos eles e vamos atendendo aqueles que ficarem mais
1398 convincentes. Com isto quero dizer que este documento é útil, é um balizamento do
1399 Conselho Universitário, mas jamais é uma palavra final. Tínhamos um critério - quem
1400 passou por este processo vai se lembrar -, havia uma tabela que informava quais eram
1401 as necessidades de infra-estrutura, de pessoal, por qualificação de docentes e até tinha
1402 alguns coeficientes: quantos alunos por professor - o número 15 mágico, que é muito
1403 mais restritivo do que diretrizes como esta - e fomos trabalhando com isto, acomodando.
1404 Então, diria que é um documento útil, não é e não pode ser o final da linha. Precisamos,
1405 em alguns casos, inclusive, de critérios mais específicos, como por exemplo, aquela
1406 tabela criada no âmbito da COP, que fez parte de todos os processos de expansão a
1407 partir de então. E penso que foi útil. Meu depoimento como membro de uma Comissão
1408 que vai lidar, em seguida, com estas propostas de criação de cursos aprovados pelo
1409 CoG é de que se trata de um documento útil. Acho que devemos aprová-lo e não vejo
1410 nenhuma dificuldade maior, pelo contrário, penso que devemos continuar discutindo,
1411 porque o campo ainda continua muito aberto.” **M. Reitor:** “Em primeiro lugar é
1412 importante lembrar a origem desse documento e o faço com grande liberdade porque
1413 não foi um documento proposto pela Reitoria. Em primeiro lugar, foi justamente porque
1414 se assistiu nos últimos anos, a cada proposta de criação de Unidade ou curso, uma
1415 preliminar levantada pelos representantes discentes de que não tínhamos como balizar.
1416 É importante lembrar dessa questão. Em segundo lugar, percebo que na Universidade
1417 de São Paulo existe o que é chamado de anomia, que quer dizer falta de regra. E os
1418 representantes discentes, com razão, falavam que estamos criando cursos e Unidades
1419 sem o mínimo balizamento. Por outro lado, a criação de regras não significa que serão
1420 propostas como as ‘Tábuas da Lei de Moisés’, que até hoje não mudaram, mas são
1421 princípios básicos que norteiam. Não gosto muito de usar essa terminologia, mas vou
1422 fazê-lo: o ótimo muitas vezes é inimigo do bom. Se ficarmos adiando essa questão até
1423 que tenhamos alguma coisa perfeita, passarão vários anos e não teremos uma diretriz
1424 e, então, cada qual fará o que desejar, como acontece na USP com referência às
1425 Fundações. Impediu-se que algumas regras fossem elaboradas e anos depois, estamos
1426 sem regra alguma. Portanto, gostaria de lembrar esta realidade. Um outro aspecto é
1427 sobre os procedimentos. É óbvio que a quantidade de discussão é importante, mas será
1428 impossível, em certos assuntos, conseguir ouvir a todos e que todas as Congregações
1429 se pronunciem. Portanto, se neste processo por duas vezes as Unidades forem
1430 consultadas e estas não se pronunciarem, pode ser por concordarem que tudo está
1431 certo. É importante, também, que não consideremos um obstáculo para chegarmos a
1432 uma solução, o não pronunciamento de alguns, tendo em vista que não se trata de uma
1433 questão capital, no sentido de que não ser mudada ou que traria conseqüências
1434 incríveis para a Universidade, o que não é o caso. Simplesmente, são algumas diretrizes
1435 que, como o próprio texto diz, podem ser aprofundadas e alteradas, mas que pelo

1436 menos tenhamos um começo, até mesmo para discussão. De forma que acredito - como
1437 Professor da Universidade - que seria extremamente importante a existência desse
1438 grupo de diretrizes e que possamos começar a discutir o seu detalhamento. O que se
1439 extrai, basicamente, do documento é que não se impede criação, mas se dá preferência
1440 para aquelas escolas que já existem e que já tenham possibilidades de oferecer cursos.
1441 Entendo que enquanto durar estas diretrizes, que são diretrizes administrativas e não
1442 regimentais, não se veria com bons olhos a aprovação, por exemplo, de novas
1443 Faculdades ou Unidades, porque tivemos uma expansão muito grande e precisamos
1444 acertar toda essa expansão, mormente ao que tange aos cursos noturnos e às
1445 faculdades que têm um número excessivo de alunos para a infra-estrutura que
1446 possuem. Simplesmente li o documento, que seria apenas um começo para que
1447 possamos aprofundar as discussões e as Unidades podem continuar a fazer também,
1448 pois o documento não é algo julgado, trata-se de uma mera diretriz administrativa, o que
1449 não significa que não temos regra alguma. E lembro que o mais importante são os
1450 alunos, que muitas vezes não têm as salas de aula que deveriam ter, a segurança no
1451 período noturno e nem a permanência estudantil. Porque por mais que se aumentem os
1452 orçamentos para percentuais acima do que temos hoje, o problema é que o dinheiro, por
1453 si só, não se transforma em estrutura, em pesquisa e em bens de um momento para
1454 outro. Tudo isto é uma maturação. O que vejo de positivo é que teríamos alguma
1455 diretriz, sem limitar a discussão e nem o aproveitamento. E sairíamos de uma vez por
1456 todas dessas discussões que se prolongam por tempo indeterminado, tentando se criar
1457 algo que seja definitivo, mas que não se concretiza, efetivamente. Então, em um
1458 momento azado, até poderia ser proposto e criado um determinado curso ou Unidade
1459 em alguma cidade, mas com a diretriz isso não acontecerá. Portanto, tratando destas
1460 questões, fico extremamente tranqüilo comigo mesmo, sabendo que não estamos
1461 limitando o tempo de discussão e nem impedindo que se façam normas mais precisas
1462 no futuro ou mesmo contra essas. Portanto, passaremos à votação.” O Cons. Alexandre
1463 Pariol Filho, nesta oportunidade, solicita vistas dos autos. **M. Reitor:** “Como não se trata
1464 de um tema que preclui para o futuro, a representação poderia ter se manifestado
1465 anteriormente e, portanto, não vejo o deferimento, neste momento, como necessário.
1466 Passaremos à votação na acepção que diz que isso é um documento temporário, é o
1467 mínimo para que a Administração não faça o que desejar a qualquer momento por falta
1468 absoluta de qualquer peia.” **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
1469 resultado: Sim = 82 (oitenta e dois) votos; Não = 11 (onze) votos; Abstenções = 3 (três);
1470 Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da CAA, favorável ao
1471 documento referente aos “Princípios gerais para criação de novos cursos de graduação
1472 na USP”. **M. Reitor:** “Relembro que isso não é, absolutamente, uma norma definitiva, é
1473 simplesmente um início de conversa que todos queremos ver na Universidade.” A
1474 seguir, passa-se ao **CADERNO II – MINUTA DE RESOLUÇÃO. 1. PROCESSO**
1475 **2010.1.7227.1.0 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Regulamentação da contratação
1476 de docentes para atender necessidade temporária, no âmbito da Universidade de São

1477 Paulo. Ofício do Procurador-Chefe da CJ, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco,
1478 à Sub-Chefia da Área Acadêmica e de Pessoal da CJ, solicitando a realização de
1479 estudos no sentido de regulamentar o contrato temporário de docente no âmbito da
1480 Universidade e proposta de minuta de Resolução, tendo em vista a edição da Lei
1481 Complementar Estadual 1.093, de 16 de julho de 2009 e a nova redação do art. 76 do
1482 Estatuto da Universidade (art. 76, § 8º), bem como as diretrizes do Ofício Circular GR
1483 285, de 13 de abril de 2004 (06.04.10). **Parecer da CJ:** encaminha minuta de Resolução
1484 que tem por fundamento o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e visa atender as
1485 necessidades da Universidade, previstas no art. 76, § 8º e no art. 86 do Estatuto da
1486 Universidade. Explicita todas as situações presentes na citada minuta (06.04.10).
1487 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator,
1488 Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, favorável à regulamentação da contratação
1489 temporária docente proposta pela d. Consultoria Jurídica, bem como a minuta de
1490 Resolução encaminhada (20.04.10). **Cons. Sergio França A. de Abreu:** “Este processo
1491 veio à CLR para uma análise de proposta de minuta de regulamentação da contratação
1492 de docente temporário na Universidade. Em primeiro lugar, como muitos, não temos
1493 simpatia pela docência temporária, quero dizer, preferimos que todos os docentes sejam
1494 concursados e que pertençam aos quadros da Universidade. No entanto, há situações,
1495 de fato, em que essa contratação tem-se colocado. Elas estão tratadas no processo e
1496 penso que não regulamentar, quero dizer, não lidar com essa realidade em casos em
1497 que não há, por exemplo, uma oferta de docentes, uma titulação mínima de Doutor que
1498 possa integrar os quadros da Universidade ou em casos em que há financiamentos de
1499 projetos que permitem essa possibilidade por prazos temporários, casos de falecimento,
1500 em que é necessário de imediato substituir um docente até que seja feito um concurso
1501 de reposição, seria uma alternativa. Mas, acredito que não regulamentar é mais
1502 perigoso, porque a não regulamentação pode começar a sugerir expedientes em cada
1503 Unidade que podem até levar ao arrepio das leis e a circunstâncias em que a
1504 Universidade não pode acolher. De forma que examinei, entendendo que a
1505 fundamentação jurídica está convincente e que a minuta e a proposta são aplicadas a
1506 casos muito específicos, quero dizer, não é uma política geral da Universidade, são
1507 casos muito específicos. Observei, também, que o processo para criação de uma vaga
1508 temporária é muito moroso, muito trabalhoso, no fundo ele é desestimulante, na
1509 verdade, ele exige uma série de justificativas, farta prova documental. E me chamou
1510 atenção, da mesma forma, dois outros aspectos muito importantes. O primeiro deles é o
1511 fato de que essa contratação é válida por um ano e renovável por dois anos no máximo.
1512 E no caso de o docente ser contratado nesta situação não pode ser reconduzido mesmo
1513 em outra atividade, em outra função, o que significa que então há limites muito claros a
1514 tornar esta função, uma função permanente. E por fim, outro aspecto é o fato de que
1515 esta regulamentação estabelece a posição desta função dentro do quadro estatutário da
1516 USP e dentro do regime previdenciário. Então entendo que as condições jurídicas estão
1517 bem fundamentadas e que a proposta especifica bem como as condições, as

1518 circunstâncias e as exigências. Em minha opinião, é preferível regulamentar a fechar os
1519 olhos e fingir que essa realidade não existe”. **Cons. Renato de F. Jardim**: “Gostaria de
1520 endossar as palavras do Cons. Sérgio e dizer que estamos diante de um avanço
1521 significativo no cotidiano da Universidade de São Paulo. Esta Minuta trata, inicialmente,
1522 do contrato temporário de docente e é suficientemente bem escrita e ampla. E diria até
1523 mais, ela é um exemplo para ficar para os próximos anos. Ela é suficientemente madura
1524 para limitar a aplicabilidade, ou seja, os chamados casos excepcionais da substituição
1525 docente. Mas por outro lado ela contempla exatamente, a maioria, eventualmente, a
1526 totalidade, dessas chamadas necessidades temporárias. Não quero me alongar na
1527 discussão e é difícil e inútil ficar citando uma série de virtudes e detalhes da minuta;
1528 serei mais preciso. Vou ao ponto que afeta diretamente o meu Instituto, que é o Instituto
1529 de Física. Primeiro lembro que a Universidade de São Paulo e, principalmente, seu
1530 quadro docente não se encerra em si mesmo. Citarei um exemplo claro que ocorre em
1531 minha Unidade: tenho uma série de docentes afastados contribuindo para o
1532 desenvolvimento do País. E isso, quantitativamente, traz-me um problema, sob o ponto
1533 de vista pedagógico, porque eventualmente acabo não tendo o número de docentes
1534 suficientes, devido a esses afastamentos, para que eu cumpra minha carga didática de
1535 maneira decente ou, pelo menos, desejável na qualidade USP. Portanto, nesse caso, é
1536 muito importante para o Instituto, em particular nas chamadas substituições. Sob o
1537 ponto de vista quantitativo, tenho 5% do meu quadro docente afastado, é uma parcela
1538 apreciável. Por exemplo: o Diretor do Laboratório Nacional, o Diretor de Pesquisa da
1539 Comissão Nacional de Energia Nuclear, entre outros, inclusive, o Professor Nei de
1540 Oliveira, que está sendo emprestado do IF para ser o Diretor da Escola de Engenharia
1541 de Lorena. E não apenas a nível do cenário Nacional, mas, também, interno, para a
1542 própria Universidade de São Paulo, esses quadros têm atuado de forma diferenciada. E
1543 acho uma injustiça, é quase que uma penalização para a Unidade que fornece esse
1544 quadro, que esses docentes não possam ser substituídos. De forma que concordo
1545 plenamente de que isso seja um avanço e já de antemão parabeno a CJ, capitaneada
1546 pelo Prof. Gustavo Monaco, que vem trabalhando insistentemente nesse ponto desde o
1547 início do ano. Isso ajuda no cotidiano da Universidade e são essas ajudas que fazem a
1548 diferença”. **Cons. Manoel Fernandes de S. Neto**: “Não poderia deixar de tratar deste
1549 tema e devo dizer que prezo muito as opiniões do Prof. Sérgio Adorno, por quem tenho
1550 a maior admiração, é meu colega de Faculdade, pessoa que honro muito. Mas queria
1551 propor um argumento e uma forma de pensar diferente daquela que ele propôs. Ele
1552 disse que a não regulamentação dos professores temporários pode criar problemas
1553 maiores ao arripio da lei. Se por acaso houver situações em que haja o arripio da lei,
1554 como, por exemplo, o fato de algumas fundações pagarem determinados professores
1555 para assumirem o lugar daqueles que estão empregados por essa Universidade e a
1556 questão de, às vezes, determinados orientadores colocarem seus orientandos para dar
1557 aula, diria que é difícil pensar como ficará a carreira docente na USP caso isso seja
1558 aprovado e regulamentado. E pode ser que no começo, de fato, as coisas não sejam tão

1559 escancaradas no sentido da contratação desses professores temporários, mas isso está
1560 vinculado a algumas coisas que considero muito importante. Primeiro, os claros dos
1561 departamentos eram imediatamente contemplados e isso acabou. Agora, todos os
1562 claros terão que ser resultado de uma discussão feita pela atual administração da
1563 Universidade. Segundo, a contratação de professores temporários não é ruim apenas
1564 para os professores que já são efetivos e que já têm estabilidade, que são contratados
1565 como estatutários mas cria-se uma situação que teremos dois tipos de trabalhadores
1566 realizando as mesmas atividades. Terceiro, interfere na qualidade do trabalho que é
1567 realizado junto aos alunos. Quarto, cria-se uma situação como o que aconteceu na
1568 história da carreira docente no Brasil, nos últimos anos, que em alguns casos nas
1569 universidades públicas e brasileiras, haviam departamentos que tinham mais
1570 professores temporários do que efetivos. Há vários casos na história que colocam isso.
1571 Então acredito que estamos criando uma exceção à regra, que depois pode se tornar
1572 regra e que é um problema para a carreira docente na USP. Creio que se não
1573 regulamentamos, nos dá a possibilidade de pensar um processo de expansão dessa
1574 Universidade de maneira responsável, dando dignidade aos professores que vão
1575 trabalhar lado a lado conosco e não trabalhando com pessoas que vão ter, em um
1576 determinado momento, em função de determinados argumentos, a condição de
1577 trabalharem como professores temporários. Até porque, no meu entendimento, a sala de
1578 aula tem um papel que é importantíssimo, e tem a ver com o fato desses professores
1579 estarem inseridos no conjunto de outras atividades que a Universidade realiza, no
1580 sentido do trabalho docente mais amplo, no sentido da extensão e da pesquisa que se
1581 realiza. De forma que queria registrar, com todo respeito ao parecer exarado pelo Prof.
1582 Sergio Adorno, que sou contrário à regulamentação da contratação de professores em
1583 caráter temporário. Acho danoso para a Instituição”. **Cons. Alexandre Pariol Filho:**
1584 “Primeiramente, quero lembrar que há alguns anos atrás, havíamos parabenizado a
1585 Universidade de São Paulo pela conquista da regulamentação de todos os professores
1586 que estavam contratados em um determinado instante e foram conduzidos em processo
1587 público, por concurso público de vagas de professores efetivos e concursados.
1588 Certamente, naquele instante toda a Universidade, principalmente seus alunos, tiveram
1589 momentos de tranquilidade porque sabiam que aquele professor que estava sendo
1590 conduzido a um emprego público, estaria em sala de aula não apenas por dois anos,
1591 mas desenvolvendo uma carreira docente pelo resto de sua vida. Coloco mais uma vez
1592 esta questão, da qual não será uma conquista. Sou funcionário e vivi a Universidade
1593 naquele instante e posso dizer, tranquilamente, que não é uma conquista. Acho que o
1594 concurso público para a carreira docente tem que ser preservado, não pode haver
1595 qualquer tipo de contratação que não seja essa, que não seja, efetivamente, dentro de
1596 todos os parâmetros legais que vimos até então. Portanto, deixo registrado que sou
1597 contra essa questão. E deixar bem claro aos estudantes que essa é uma questão muito
1598 séria também. Vocês querem ter professores desenvolvendo uma carreira docente
1599 ampla ou querem ter a insegurança de ter professores esse semestre e não terem no

1600 outro por qualquer outra razão?!” **Cons^a Lisete Gomes Arelaro:** “Defenderei uma tese
1601 contrária. Concordo com o Conselheiro Sérgio Adorno. Fazemos uma profissão de fé de
1602 que defendemos os cargos de professores e que eles sejam sempre efetivos. Mas as
1603 coisas não são bem assim, pois nós podemos adoecer. Tem que haver substituto ou
1604 não? Vamos nomear professores para assumir outras tarefas. Vamos ter que substituí-
1605 los ou não? As professoras jovens podem ter filhos e isso significa uma licença gestante
1606 de seis meses hoje. Vamos ter substituição dessas professoras ou não? Certamente,
1607 para garantir que não haja o uso indevido, como algumas contratações estão sendo
1608 feitas. Espero que tenhamos algum sistema automático, como por exemplo, se um
1609 professor morrer, basta juntar a Certidão de Óbito para que a substituição seja imediata,
1610 porque a morte e a aposentadoria não têm significado, infelizmente, de reposição
1611 automática dos nossos quadros de professores. E isto gera uma conturbação. Falo pela
1612 área de Humanas e com isto estou contemplando a FFLCH e, em especial, a ECA e a
1613 FE, mas não temos professores a mais que possam cobrir essas substituições. Há
1614 muitos anos vivemos uma situação desesperadora sobre qualquer afastamento. Talvez
1615 o documento possa ser melhorado - e eu possa conseguir o voto favorável dos
1616 Conselheiros Manoel e Alexandre Pariol - incluindo a frase ‘em caráter excepcional’ no
1617 início do documento. Apenas gostaria que colocássemos em algum lugar do documento,
1618 de alguma forma, uma palavra que indicasse uma substituição praticamente automática,
1619 porque se um professor que tira uma licença médica na minha Unidade, ele volta da sua
1620 operação e ainda não conseguimos substituí-lo. Temos que arrumar alguma fórmula
1621 nesta resolução para prever em casos exatamente de licença saúde, que a Unidade
1622 tenha o direito de uma substituição imediata. Depois, se fizermos errado teremos as
1623 penalidades que o caso requer, mas precisamos de um mínimo de descentralização
1624 para que o Diretor da Unidade possa, imediatamente, realizar um processo seletivo
1625 digno. A outra questão – que confesso, me constrange – é que tenho a informação de
1626 que 90% dos poucos professores contratados em caráter temporário são contratados
1627 em RTP, ou seja, 12 horas e isso é pouco mais do que um salário mínimo. Devemos
1628 contratar esses professores pela CLT, para que não haja uma duplicidade de tratamento
1629 entre funcionários, penso que isso não se justificaria em uma universidade como a USP.
1630 Proponho que se faça um adendo, colocando ‘em caráter excepcional’, pois nenhum de
1631 nós defende uma carreira de professores temporários. Estamos propondo uma condição
1632 de excepcionalidade, mas que na excepcionalidade tenhamos dignidade de contrato, no
1633 sentido do professor ser contratado pela CLT, pois se submete a um processo seletivo.
1634 E, em segundo lugar, que o diretor de Unidade possa ter um, dois ou três claros
1635 automáticos que possa acionar, para que garanta o funcionamento regular da sua
1636 Unidade. Lembrando que todos esses casos são em caráter excepcional e de extrema
1637 urgência.” **Cons^a. Sandra Margarida Nitrini:** “Manifesto-me de acordo com o parecer
1638 do Prof. Sérgio Adorno, porque isso não se trata de uma política de contratação de
1639 docentes, mas de casos excepcionais. Portanto, em nada fere a nossa política atual e a
1640 nossa postura, crença, concepção do que deve ser um professor universitário em tempo

1641 integral e com contratos efetivos. Reforço que haja, quando necessário, esta
1642 contratação excepcional – e que também, excepcionalmente, se faça em termos de
1643 tempo - porque já houve casos na minha Unidade, como por exemplo, há uns quatro
1644 anos atrás, em que um professor foi para o exterior e poderíamos contratar um
1645 substituto; e o professor retornou e só depois conseguimos contratar um substituto, em
1646 caráter excepcional. De forma que enfatizo o que foi dito pela Prof. Lisete. **Cons. Jorge**
1647 **Mancini Filho**: "Concordo completamente com a Prof. Lisete, acredito que há a
1648 necessidade de uma agilização com relação à contratação dos professores temporários.
1649 Vejo isso como fundamental. A minha Unidade estimula a saída dos professores para
1650 ficar um período de um ou dois anos no exterior e fica uma situação muito delicada para
1651 aqueles professores que ficam. Os professores acumulam tarefas daquele professor que
1652 saiu. Há, muitas vezes, a contratação de um pessoal e quem assume a
1653 responsabilidade, na realidade, é o Diretor da Unidade. Eventualmente a Unidade paga
1654 este pessoal que está sendo contratado para dar aulas em um determinado período,
1655 mas esse professor tem a possibilidade, a qualquer momento, de entrar depois de
1656 cumprido aquele período de três ou seis meses - não sei exatamente o período que é
1657 estabelecido - ele tem condições de entrar com uma ação contra a Unidade e quem vai
1658 responder por isso é o Diretor. Então acredito que essa regulamentação que está sendo
1659 apresentada é de fundamental importância, dá uma garantia para os diretores das
1660 Unidades e vejo que é por um período muito bem delimitado, é claro. Tenho certeza que
1661 a forma com que foi elaborada esta portaria é para garantir a estrutura da Universidade
1662 e de cada Faculdade." **Cons^a. Maria Dora Genis Mourão**: "Quero me somar a todos
1663 aqueles que falaram a favor desta minuta e colocar uma questão nova, porque na ECA
1664 temos determinadas especificidades que acredito poder ser espelhadas em outras
1665 áreas. Temos questões muito sérias na área das Artes para contratar professores
1666 regulares, porque nem sempre nessa área temos pessoas qualificadas com títulos e que
1667 queiram fazer carreira docente. No caso específico do meu Departamento, sempre foi
1668 uma dificuldade muito grande. Temos uma vaga parada na área de Fotografia
1669 Cinematográfica, porque não conseguimos Doutores nesta área e, também, nossa pós-
1670 graduação não forma Doutores nesta área por ser de alta especialidade e não temos
1671 esta capacidade. Enfim, é um círculo vicioso. Então a idéia de termos esta possibilidade
1672 de professores temporários e, principalmente, como está citado no inciso VII do artigo 1º
1673 da minuta de Resolução, que diz: 'interesse na vinda de Professores Colaboradores
1674 para desenvolvimento de programas precursores ou de fundamentada e excepcional
1675 importância para o ensino e desenvolvimento de atividades científicas, culturais,
1676 acadêmicas, tecnológicas ou de extensão de serviços à comunidade, inclusive quando
1677 decorrentes de convênios;' ou seja, são casos excepcionais, são pessoas de alta
1678 qualificação que, ao serem contratadas como colaboradores por um ou dois anos, ao
1679 contrário, vão ajudar e muito a Universidade e vão qualificar a formação dos alunos.
1680 Mesmo que eles estejam aqui só por um semestre, os alunos que terão a oportunidade
1681 de estar com essas pessoas terão um ganho diferenciador. E, ainda, no artigo 9º, a

1682 questão que para a ECA é fundamental, que é poder contratar professor colaborador
1683 para promover o fomento de área, excepcional interesse acadêmico e tudo mais. Na
1684 condição de especialista com reconhecido mérito, não precisa ter um título universitário,
1685 porque muitos dos nossos artistas com prêmios internacionais, inclusive com Oscar na
1686 área de Cinema, o máximo que podemos fazer é convidá-los para dar algumas
1687 conferências, e ainda, de vez em quando, pagando algo irrisório. E isto, obviamente,
1688 não se configura em uma formação continuada. Agora, se podemos contratá-los por um
1689 ou dois anos, far-se-á uma diferença grande na formação de nossos alunos e na nossa
1690 capacidade de pesquisa, uma vez que essas pessoas vão trazer novas idéias, que vão,
1691 inclusive, ajudar os próprios docentes”. **M. Reitor:** “Colocaria em votação na acepção de
1692 que os dois pontos levantados pela Professora Lisete fossem incluídos na resolução.
1693 Portanto, aqueles que forem favoráveis à minuta de Resolução com essas modificações
1694 feitas votem sim. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim =
1695 81 (oitenta e um) votos; Não = 8 (oito) votos; Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes
1696 = 93 (noventa e três). É aprovado o parecer da CLR, favorável à regulamentação da
1697 contratação temporária docente proposta pela d. Consultoria Jurídica, bem como a
1698 minuta de Resolução encaminhada. **2. PROCESSO 2010.1.7282.1.1 – UNIVERSIDADE**
1699 **DE SÃO PAULO.** Minuta de Resolução que dispõe sobre o serviço voluntário de
1700 especialistas de notório saber aposentados, externos ao corpo docente da USP. Ofício
1701 do Procurador Chefe da CJ, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, à Sub-Chefia
1702 da CJ, solicitando que sejam alargados os estudos realizados pela Advogada, Dra.
1703 Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, com o intuito de ser editada Resolução,
1704 permitindo a vinda de professores aposentados de outras Instituições de Ensino e
1705 Pesquisa para colaborar em atividades da Universidade, em paralelo com a permissão
1706 já existente para os docentes aposentados da USP, se for de interesse da
1707 Administração Superior (07.04.10). **Parecer da CJ:** encaminha minuta de Resolução
1708 que dispõe sobre o serviço voluntário de especialistas de notório saber aposentados,
1709 externos ao corpo docente da USP, que tiverem comprovado tempo de serviço em
1710 magistério superior ou em atividades de pesquisa prestado em outras instituições de
1711 ensino e pesquisa, esclarecendo alguns dos critérios estabelecidos para adesão ao
1712 referido serviço (13.04.10). **Parecer da COP:** o Presidente da Comissão aprova, ad
1713 referendum, a minuta de Resolução que dispõe sobre o serviço voluntário de
1714 especialistas de notório saber aposentados, externos ao corpo docente da USP, nos
1715 termos propostos pela CLR (09.09.10). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos
1716 presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, favorável à
1717 minuta de Resolução que dispõe sobre o serviço voluntário de especialista de notório
1718 saber aposentados, externos ao corpo docente da USP, bem como à minuta do Termo
1719 de Adesão e de Permissão de Uso, com as seguintes alterações: 1) eliminar o § 2º do
1720 artigo 5º, que encaminha o processo à CLR; 2) eliminar o item ‘c’ do artigo 6º, que pede
1721 certidão de tempo de serviço; 3) dar ao § 1º do artigo 9º a seguinte redação: “A
1722 Atividade de Ensino, mediante ministração de disciplinas junto à Graduação e Pós-

1723 Graduação fica vedada ao especialista, sendo-lhe permitido, no entanto, ocasionalmente
1724 e sem caráter sistemático, ministrar aulas e realizar conferências, palestras ou
1725 seminários, destinados à difusão de idéias e conhecimentos.” Modifica, ainda, o item 2.1
1726 da Cláusula Segunda do Termo de Adesão e Permissão de Uso e inclui no § 2º da
1727 minuta de Resolução a orientação de projetos de Iniciação Científica (16.06.10). Minuta
1728 de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Luis Nunes de Oliveira**: “Esta é
1729 uma proposta muito oportuna que veio da Consultoria Jurídica. Estamos acostumados
1730 com os professores que se aposentam e que querem continuar a trabalhar. E nesse
1731 caso existe um procedimento em que ele acaba assinando um termo de adesão e
1732 permissão de uso, continuando a usufruir dos benefícios da Universidade. Acontece que
1733 isso vale para os docentes aposentados pela USP, mas não vale para os aposentados
1734 pelas outras universidades. Apareceu um caso específico na ESALQ e, em função disso
1735 a Consultoria achou que seria interessante termos uma resolução semelhante para
1736 tratar desses casos. E é isso que está na pauta, tentamos fazer o mais parecido
1737 possível com o tratamento que é dado para os docentes da USP, tendo algumas
1738 pequenas modificações, mas o espírito é o que acabei de mencionar.” **Cons.ª Emma**
1739 **Otta**: “É importante que esse assunto seja tema de discussão, mesmo que seja um
1740 caso. Mas quero aproveitar e destacar que aqui estão sendo propostas alterações do
1741 termo de adesão e de permissão de uso pensando em docentes externos da USP.
1742 Proponho que a discussão desse assunto seja prosseguida de forma a levar em conta
1743 reivindicações dos docentes aposentados da USP. Trouxe em reunião anterior do Co,
1744 uma preocupação de docentes do Instituto de Psicologia com termos que são
1745 considerados por eles constrangedores nos termos de adesão e permissão de uso.
1746 Recebi uma sugestão do Reitor para fazer uma proposta e solicitei contribuições dos
1747 docentes do IP, mas sei que em outras Unidades, como por exemplo, a FE, a FFLCH e
1748 a FM, também há questionamentos. Uma comissão talvez pudesse colaborar com o
1749 Procurador Chefe, Prof. Gustavo Monaco, para propor mudanças que são ansiadas por
1750 esses docentes.” **M Reitor**: “Acredito, pessoalmente, que esta questão do
1751 aproveitamento dos professores aposentados da Universidade, sem que se limitem a
1752 entrada de novos, precise ser um pouco mais pensada. Precisamos fazer uma
1753 proposição mais arrojada, no sentido de que eles tivessem alguns direitos sem que
1754 limitassem a abertura de novas vagas e a assunção de cargos administrativos pelos
1755 mais jovens. Mas, no âmbito do que a Professora fala, é o mínimo para que tornemos
1756 palatável esse documento. Acredito que essa comissão já poderia ser feita e ela ficaria
1757 instituída, para que escoimassem desses textos aspectos detrimenais, para que
1758 aqueles que vêm possam querer contribuir com a Universidade. Podemos colocar em
1759 votação, porque abre uma perspectiva que não é muito comum, mas tornará possível
1760 um professor aposentado em outra universidade estar aqui prestando sua colaboração e
1761 tendo direitos mínimos, como por exemplo usar um local, etc. **Votação**. Pelo painel
1762 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 74 (setenta e quatro) votos; Não = 3
1763 (três) votos; Abstenções = 15 (quinze); Total de votantes = 92 (noventa e dois). É

1764 aprovado o parecer da CLR, favorável à minuta de Resolução que dispõe sobre o
1765 serviço voluntário de especialista de notório saber aposentados, externos ao corpo
1766 docente da USP, bem como à minuta do Termo de Adesão e de Permissão de Uso, com
1767 as alterações propostas. A seguir, passa-se ao **CADERNO III – ALTERAÇÃO DE**
1768 **RESOLUÇÃO. 1. PROCESSO 2008.1.36258.1.5 – REITORIA DA USP.** Proposta de
1769 exclusão do inciso II do artigo 4º, da Resolução nº 5498, de 23.12.08. Ofício do Diretor
1770 Administrativo do GR, Prof. Dr. Marcos Felipe Silva de Sá, ao M. Vice-Reitor no
1771 exercício da Reitoria, Prof. Dr. Franco Maria Lajolo, encaminhando a proposta de
1772 exclusão do inciso II do art. 4º, da Resolução nº 5498/08, que prevê que os
1773 Coordenadores dos *Campi* da USP deverão apresentar trimestralmente ao Conselho
1774 Gestor um relatório de suas atividades, tendo em vista a ciência do trabalho que tais
1775 relatórios demandam e a percepção de que os dados coletados em tão curto espaço de
1776 tempo não produzirão efeito algum (19.01.10). **Parecer da CJ:** manifesta que a exclusão
1777 do inciso II do art. 4º da Resolução nº 5498 não prejudicará a avaliação das atividades
1778 desenvolvidas pelos Coordenadores pelo Conselho Gestor, que de toda forma ocorrerá,
1779 nos termos previstos no inciso V do artigo 4º da referida Resolução (09.02.10). **Parecer**
1780 **da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator, Prof. Dr.
1781 Antonio Magalhães Gomes Filho, no sentido de dar outra redação ao inciso II do art. 4º
1782 da Resolução nº 5498, de 23.12.08, estabelecendo que, a critério do Conselho Gestor, o
1783 Coordenador deverá apresentar breve relatório das atividades desenvolvidas (17.03.10).
1784 **Texto atual:** Artigo 4º - Ao Coordenador de cada *Campus* e do Quadrilátero
1785 Saúde/Direito compete: I - ... II - apresentar trimestralmente, ao Conselho Gestor do
1786 *Campus* ou do Quadrilátero Saúde/Direito, relatório das atividades desenvolvidas no
1787 período, devidamente instruído com indicadores e resultados; **Texto proposto:** Artigo 4º
1788 - Ao Coordenador de cada *Campus* e do Quadrilátero Saúde/Direito compete: I - ... II -
1789 apresentar trimestralmente, a critério do Conselho Gestor do *Campus* ou do
1790 Quadrilátero Saúde/Direito, breve relatório das atividades desenvolvidas; ... Minuta de
1791 Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Antônio Magalhães G. Filho:** "Esta
1792 é uma proposta de alteração da Resolução 5498/2008 que criou as Coordenadorias dos
1793 *Campi* e foi feita uma proposta pelo Prof. Marcos Felipe, então em exercício como
1794 Diretor Administrativo, no sentido de que fosse suprimido o texto naquela Resolução, da
1795 exigência da apresentação de um relatório trimestral pelo coordenador de cada um dos
1796 *campi*. E, na verdade, já estava prevista a apresentação de um relatório anual, no
1797 entanto a CLR entendeu que seria melhor manter esse relatório trimestral, mas apenas
1798 ficando a critério do Conselho Gestor, ou seja, este terá a possibilidade de pedir esse
1799 relatório trimestral. Então há um relatório anual que é mantido e que será obrigatório e
1800 um relatório facultativo, sempre que o Conselho Gestor entender necessária essa
1801 apresentação, a cada três meses." **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
1802 resultado: Sim = 68 (sessenta e oito) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 18
1803 (dezoito); Total de votantes == 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer da CLR, no
1804 sentido de dar outra redação ao inciso II do art. 4º da Resolução nº 5498, de 23.12.08,

1805 estabelecendo que, a critério do Conselho Gestor, o Coordenador deverá apresentar
1806 breve relatório das atividades desenvolvidas. Ato seguinte, passa-se ao **CADERNO IV –**
1807 **REGIMENTO DE UNIDADE. 1. PROCESSO 79.1.24604.1.1 – ESCOLA DE**
1808 **EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE.** Proposta do novo Regimento da Escola de
1809 Educação Física e Esporte (EEFE). Ofício do Diretor da EEFE, Prof. Dr. Go Tani,
1810 encaminhando a proposta de alteração do Regimento da Unidade, aprovado pela
1811 Congregação em 12.11.2009 (26.11.09). **Parecer da CJ:** analisa e propõe várias
1812 alterações na proposta encaminhada, sugerindo o encaminhamento à Unidade para
1813 adequação e posterior encaminhamento à CLR (02.03.10). Informação da EEFE,
1814 encaminhando a nova versão do Regimento da Unidade, com as adequações indicadas
1815 pela CJ (24.03.10). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos),
1816 o parecer do relator, Prof. Dr. Francisco de Assis Leone, favorável à proposta do novo
1817 Regimento da Escola de Educação Física e Esporte (20.04.10). Minuta de Resolução
1818 preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Francisco de Assis Leone:** "Na realidade é um
1819 processo muito simples e trata de uma alteração do Regimento da Escola de Educação
1820 Física e Esporte. O processo foi analisado pela d. CJ e foram propostas algumas
1821 modificações, que foram aprovadas pela Congregação da Escola. E não tendo nenhum
1822 óbice às modificações, a proposta foi aprovada na CLR." **Votação:** Pelo painel
1823 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 68 (sessenta e oito) votos; Não = 0
1824 votos; Abstenções = 19 (dezenove); Total de votantes = 87 (oitenta e sete). É aprovado
1825 o parecer da CLR, favorável à proposta do novo Regimento da Escola de Educação
1826 Física e Esporte. **2. PROCESSO 72.1.22395.1.0 – FACULDADE DE MEDICINA**
1827 **VETERINÁRIA E ZOOTECNIA.** Proposta do novo Regimento da Faculdade de Medicina
1828 Veterinária e Zootecnia (FMVZ). Ofício do Diretor da FMVZ, Prof. Dr. Cássio Xavier de
1829 Mendonça Júnior, à M. Reitora, Prof^a Dr^a Suely Vilela, encaminhando a proposta do
1830 novo Regimento da Unidade, aprovada, por unanimidade, na Congregação de 27.06.07
1831 (19.07.07). **Parecer da CJ:** tece algumas recomendações com relação ao texto do
1832 Regimento proposto e encaminha os autos à FMVZ para consideração das alterações
1833 sugeridas (05.08.09). Informação do Diretor da FMVZ, encaminhando à Reitoria a
1834 versão final da proposta do novo Regimento da FMVZ, aprovado pela Congregação em
1835 18.09.09. O texto atende as considerações do parecer da CJ em quase sua totalidade,
1836 sendo considerada inadvertida a solicitação de exclusão do inciso V do artigo 16,
1837 deliberando a Congregação pela permanência do referido inciso. Deliberou-se, ainda, a
1838 inclusão de um novo inciso no artigo 17, a saber: "VI – aplicar penalidades para
1839 docentes, discentes e funcionários." (02.10.09). **Parecer da CJ:** opina favoravelmente
1840 às modificações apresentadas, sugerindo, porém, que o novo inciso VI do artigo 17, seja
1841 acrescido da seguinte complementação: "VI – aplicar penalidades para docentes,
1842 discentes e funcionários, respeitadas as competências estatutárias e regimentais da
1843 Universidade." (25.02.10). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5
1844 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira, favorável à proposta do
1845 novo Regimento da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, com as alterações

1846 propostas (20.04.10). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Luiz**
1847 **Nunes de Oliveira:** “Os Regimentos das Unidades são como automóveis que ficam
1848 velhos e precisam de reparos, até que chega uma hora em que é mais barato trocar o
1849 antigo por um novo. E é isso que está acontecendo com a Faculdade de Medicina
1850 Veterinária, que resolveu reescrever o seu Regimento e, como sempre acontece, a nova
1851 versão é mais aprimorada do que a anterior e, além disso, é atualizada. Em particular,
1852 ela incorpora as mudanças que foram exigidas pelo novo Regimento da Pós-Graduação.
1853 Houve uma proposta inicial, que recebeu algumas sugestões da Consultoria Jurídica e
1854 que foram todas contempladas e agora está em condições de ser aprovado.” **Votação:**
1855 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 75 (setenta e cinco) votos;
1856 Não = 0 votos; Abstenções = 13 (treze); Total de votantes = 88 (oitenta e oito). É
1857 aprovado o parecer da CLR, favorável à proposta do novo Regimento da Faculdade de
1858 Medicina Veterinária e Zootecnia, com as alterações propostas. **3. PROCESSO**
1859 **2005.1.5709.1.2 - ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES.** Proposta do
1860 novo Regimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Ofício do Diretor
1861 da EACH, Prof. Dr. Dante De Rose Júnior, à Magnífica Reitora, Prof.^a Dr.^a Suely Vilela,
1862 encaminhando a proposta de alteração de vários artigos do Regimento da Unidade. A
1863 proposta foi aprovada pela Congregação em 25.03, 27.05 e 19.09.2009, destacando
1864 duas alterações, sem prejuízo das demais: 1 - desmembramento da atual Comissão de
1865 Pós-Graduação e Pesquisa em Comissão de Pós-Graduação e Comissão de Pesquisa;
1866 2 - aumento do número de componentes do CTA, com a inclusão dos Presidentes das
1867 Comissões Estatutárias (02.10.09). Ofício do Diretor da EACH, Prof. Dr. Jorge Boueri
1868 Filho, ao M. Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, em complemento ao ofício de
1869 02.10.09, propondo a inclusão do § 6º no artigo 6º do Regimento da Unidade, que trata
1870 da inserção da representação de ex-alunos na composição da Congregação da EACH,
1871 aprovada pela Congregação em 03.03.10 (04.03.10). **Parecer da CJ:** faz várias
1872 sugestões de alteração na proposta da EACH e encaminha à Unidade para que seja
1873 submetida à Congregação (26.03.10). Ofício do Diretor da EACH ao Secretário Geral,
1874 Prof. Dr. Rubens Beçak, encaminhando a proposta de alteração do Regimento da
1875 Unidade com as devidas alterações sugeridas pela CJ, destacando que a Congregação
1876 aprovou as alterações sugeridas, bem como o prazo de 60 dias para abertura de
1877 concurso de provimento de cargo de Professor Doutor (05.05.10). **Parecer da CLR:**
1878 aprova, por unanimidade dos presentes (**5 votos**), o parecer do relator, **Prof. Dr.**
1879 **Douglas Emygdio de Faria**, favorável às alterações propostas ao Regimento da Escola
1880 de Artes, Ciências e Humanidades (16.06.10). Minuta de Resolução preparada pela
1881 Secretaria Geral. **Cons. Douglas Emygdio de Faria:** “Esse processo trata da proposta
1882 de alteração do Regimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Lerei parte do
1883 parecer: 'O Diretor da EACH, Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho, em ofício encaminhado
1884 ao M. Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, em complemento ao ofício de 02.10.09,
1885 encaminha a proposta de alteração do artigo 5º, com inclusão do § 6º no Regimento da
1886 Unidade, o qual trata da inserção da representação de ex-alunos na composição da

1887 Congregação da EACH, aprovada pela Congregação em 03.03.10. A CJ, em seu
1888 parecer, faz várias sugestões de alteração na proposta da EACH e encaminha à
1889 Unidade para que seja submetida à Congregação. O Diretor da EACH encaminha
1890 proposta de alteração do Regimento com as devidas alterações sugeridas pela CJ,
1891 destacando que a Congregação aprovou o prazo de 60 dias para abertura de concurso
1892 de provimento de cargo de Professor Doutor. Diante do exposto acima e com a devida
1893 tramitação do processo, com o acolhimento das sugestões da douta CJ, sou de parecer
1894 favorável à alteração do Regimento da EACH.' " **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-
1895 se o seguinte resultado: Sim = 75 (setenta e cinco) votos; Não = 0 (zero) votos;
1896 Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 86 (oitenta e seis). É aprovado o parecer
1897 da CLR, favorável ao novo Regimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. A
1898 seguir, passa-se ao **CADERNO V - ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE. 1.**
1899 **PROCESSO 72.1.17597.1.7 - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS.** Proposta de alteração
1900 do artigo 28 do Regimento do Instituto de Geociências (IGc). Ofício do Diretor do IGc,
1901 Prof. Dr. Jorge Kazuo Yamamoto, à Magnífica Reitora, Prof.^a Dr.^a Suely Vilela,
1902 encaminhando a proposta de alteração do artigo 28 do Instituto, referente às provas
1903 para concurso de Professor Doutor, aprovado pela Congregação em 25.10.06,
1904 objetivando regulamentar alguns procedimentos do concurso que não foram previstos e,
1905 também, incorporar a Res. 5233/05 (31.10.06). **Parecer da CJ:** não vislumbra óbice
1906 jurídico à aprovação do quanto proposto, sugerindo que a CLR opine sobre o mérito das
1907 alterações propostas, especialmente com relação à regra constante do § 7º. O Sr.
1908 Procurador Chefe reforça a sugestão de que a Comissão estabeleça critério impessoal
1909 para ordem de arguição prevista no § 7º do art. 28 (20.04.10). **Parecer da CLR:** aprova,
1910 por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Luiz Nunes de**
1911 **Oliveira**, favorável à alteração do artigo 28 do Regimento do Instituto de Geociências,
1912 com a exclusão do § 7º do referido artigo (16.06.10). **Texto atual/Texto proposto:**
1913 **Artigo 28** - As provas para o concurso de Professor Doutor constam de: I - julgamento
1914 do memorial com prova pública de arguição; II - prova didática; III - prova escrita.
1915 **Parágrafo único** - Na prova escrita aplicam-se as normas do art. 139 do Regimento
1916 Geral. **Artigo 28** - As provas para o concurso de Professor Doutor constam de: I -
1917 julgamento do memorial com prova pública de arguição; II - prova didática; III - prova
1918 escrita. § 1º - As provas do concurso poderão ser feitas em duas fases, devendo essa
1919 posição constar do edital de abertura do concurso. § 2º - O Departamento, ao solicitar a
1920 abertura do concurso, deverá indicar se o concurso se processará em duas fases. § 3º -
1921 Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá
1922 consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0
1923 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso.
1924 § 4º - A prova escrita eliminatória deverá ser realizada nos termos do art. 139 do
1925 Regimento Geral e seu parágrafo único. § 5º - A Comissão Julgadora apresentará, em
1926 sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita eliminatória. § 6º -
1927 A duração da arguição do memorial dos candidatos aprovados não excederá de quinze

1928 minutos por examinador, cabendo ao candidato igual prazo para responder. § 7º - As
1929 notas atribuídas pelos examinadores, ao término de cada prova, serão encerradas em
1930 envelopes individuais que permanecerão na Assistência Acadêmica. Minuta de
1931 Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Luiz Nunes de Oliveira:** "Trata-se
1932 de uma mudança simples no Regimento do Instituto de Geociências. Refere-se aos
1933 concursos públicos para ingresso de novos docentes. Como muitas Unidades, o IGc
1934 percebeu que como podem haver muitos candidatos nos concursos que estão sendo
1935 realizados é interessante fazer o concurso em duas fases. Basicamente, esse artigo do
1936 Regimento foi modificado para permitir isso e definir melhor a realização de concursos."
1937 **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 76 (setenta e seis)
1938 votos; Não = 0 votos; Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 86 (oitenta e seis). É
1939 aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do artigo 28 do Regimento do Instituto
1940 de Geociências, com a exclusão do § 7º do referido artigo. **2. PROCESSO 90.1.621.42.2**
1941 **- INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS.** Proposta de alteração do Regimento do
1942 ICB, especificamente a inclusão de um artigo, devendo ser remunerado o artigo 66 para
1943 67, em função de conflitos na proporcionalidade da representação docente no Conselho
1944 do Departamento de Biologia Celular e Desenvolvimento. **Parecer da CJ:** esclarece as
1945 dúvidas levantadas pelo Diretor do ICB com relação à manutenção da proporcionalidade
1946 da representação docente no Departamento de Biologia Celular e Desenvolvimento e
1947 sugere alteração do Regimento da Unidade, com inclusão do artigo 67 - Das
1948 Disposições Gerais, com a seguinte redação: "A composição do Conselho de
1949 Departamento poderá ser revista sempre que se configurar a hipótese prevista no § 2º,
1950 do artigo 54 do Estatuto, adotando-se um dos critérios traçados no § 3º do mesmo
1951 dispositivo legal, considerada a situação específica do Departamento." (17.03.10). Ofício
1952 do Diretor do ICB, Prof. Dr. Rui Curi, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino
1953 Rodas, encaminhando a proposta de alteração do Regimento do ICB, sugerida pela
1954 Consultoria Jurídica e aprovada pela Congregação em 28 de abril de 2010, objetivando
1955 a solução do conflito registrado na proporcionalidade das representações das categorias
1956 docentes em Conselho de Departamento do Instituto (29.04.10). **Texto atual/Texto**
1957 **proposto: Artigo 66** - O presente Regimento poderá ser emendado a qualquer tempo,
1958 por deliberação da maioria absoluta dos membros da Congregação, entrando em vigor
1959 depois de aprovado pelo Conselho Universitário. **Artigo 66** - A composição do Conselho
1960 de Departamento poderá ser revista sempre que se configurar a hipótese prevista no §
1961 2º, do artigo 54 do Estatuto, adotando-se um dos critérios traçados no § 3º do mesmo
1962 dispositivo legal, considerada a situação específica do Departamento. **Artigo 67** - O
1963 presente Regimento poderá ser emendado a qualquer tempo, por deliberação da
1964 maioria absoluta dos membros da Congregação, entrando em vigor depois de aprovado
1965 pelo Conselho Universitário. **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes
1966 **(5 votos)**, o parecer do relator, **Prof. Dr. Francisco de Assis Leone**, favorável à
1967 inclusão de um artigo no Regimento do Instituto de Ciências Biomédicas, devendo ser
1968 renumerado o artigo 66 para 67, conforme proposto pela douta Consultoria Jurídica

1969 (16.06.10). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **Cons. Francisco de**
1970 **Assis Leone**: "Esse processo é decorrente de conflito na proporcionalidade de
1971 representações das categorias docentes no Conselho do Departamento de Biologia
1972 Celular e Desenvolvimento do ICB, que está estabelecido no artigo 54 do Estatuto da
1973 USP e no artigo 17 do Regimento do ICB. A douta CJ fez uma análise e propôs que se
1974 reenumerasse o artigo 66, o qual possui a seguinte redação atualmente: 'A composição
1975 do Conselho de Departamento poderá ser revista sempre que se configurar a hipótese
1976 prevista no § 2º, do artigo 54 do Estatuto, adotando-se um dos critérios traçados no § 3º
1977 do mesmo dispositivo legal, considerada a situação específica do Departamento.' E
1978 propôs a criação do artigo 67, que diz: 'O presente Regimento poderá ser emendado a
1979 qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros da Congregação,
1980 entrando em vigor depois de aprovado pelo Conselho Universitário.' O processo segue
1981 todas as normas, não possuindo nenhum óbice para sua aprovação." **Votação**: Pelo
1982 painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 73 (setenta e três) votos; Não = 0
1983 votos; Abstenções = 13 (treze); Total de votantes = 86 (oitenta e seis). É aprovado o
1984 parecer da CLR, favorável à inclusão de um artigo no Regimento do Instituto de
1985 Ciências Biomédicas, devendo ser reenumerado o artigo 66 para 67, conforme proposto
1986 pela douta Consultoria Jurídica. O Conselheiro Francisco de Assis Leone informa que
1987 não houve tempo hábil para registrar o seu voto, ao que o **M. Reitor** autorizou a
1988 consignação em ata do voto deste Conselheiro. **3. PROCESSO 2005.1.2173.17.0 -**
1989 **FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO**. Proposta de alteração do inciso II
1990 do artigo 3º do Regimento da FMRP, com a inclusão do item 7, tendo em vista a criação
1991 do Centro de Atenção Primária e Saúde da Família e Comunidade (CAP). Ofício do
1992 Diretor da FMRP, Prof. Dr. Benedito Carlos Maciel, à Magnífica Reitora, Prof.ª Dr.ª Suely
1993 Vilela, encaminhando a proposta de alteração do artigo 3º do Regimento da FMRP,
1994 tendo em vista a criação do Centro de Atenção Primária e Saúde da Família e
1995 Comunidade (CAP), aprovada pela Congregação em 19.05.09 (20.05.09). **Texto**
1996 **atual/Texto proposto: Artigo 3º - II - Centros de Apoio: 1 - ... 6 - O Centro de**
1997 **Oncologia (CEONCO), cuja criação foi aprovada na 731ª Sessão Ordinária da**
1998 **Congregação, realizada em 26 de junho de 2007, fica subordinado administrativamente**
1999 **à Diretoria da Unidade e terá suas finalidades e atividades regulamentadas por**
2000 **Regimento próprio. (item acrescido pela Resolução nº 5545/2009). Artigo 3º - II -**
2001 **Centros de Apoio: 1 - ... 7 - O Centro de Atenção Primária e Saúde da Família e**
2002 **Comunidade (CAP), cuja criação foi aprovada na 639ª Sessão Ordinária da**
2003 **Congregação, realizada em 07 de agosto de 1998, fica subordinado administrativamente**
2004 **à Diretoria da Unidade e terá suas finalidades e atividades regulamentadas por**
2005 **Regimento próprio. Parecer da CJ: manifesta que a proposta está de acordo com o art.**
2006 **250 do Regimento Geral, entendendo que está apta para ser apreciada pelos órgãos**
2007 **competentes (11.06.10). Parecer da CLR: aprova, por unanimidade dos presentes (5**
2008 **votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari, favorável à**
2009 **alteração do inciso II do artigo 3º do Regimento da Faculdade de Medicina de Ribeirão**

2010 Preto, com a inclusão do item 7, tendo em vista a criação do Centro de Atenção Primária
2011 e Saúde da Família e Comunidade (CAP) (10.08.10). Minuta de Resolução preparada
2012 pela Secretaria Geral. **Cons. Colombo Celso G. Tassinari:** “Trata-se de um processo
2013 relativamente simples, que se refere à alteração do Regimento da Faculdade de
2014 Medicina de Ribeirão Preto, tendo em vista a criação do Centro de Atenção Primária e
2015 Saúde da Família e Comunidade. Houve alteração do artigo 3º do Regimento da
2016 Unidade, que diz respeito aos Centros de Apoio, e esse artigo passou a ter a seguinte
2017 redação: 'O Centro de Atenção Primária e Saúde da Família e Comunidade (CAP), cuja
2018 criação foi aprovada na 639ª Sessão Ordinária da Congregação, realizada em 07 de
2019 agosto de 1998, fica subordinado administrativamente à Diretoria da Unidade e terá
2020 suas finalidades e atividades regulamentadas por Regimento próprio.' Essa alteração
2021 não fere em nada o artigo 250 do Regimento Geral da Universidade e a CLR recomenda
2022 ao Co aprovação da presente alteração”. **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o
2023 seguinte resultado: Sim = 78 (setenta e oito) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 8
2024 (oito); Total de votantes = 87 (oitenta e sete). É aprovado o parecer da CLR, favorável à
2025 alteração do inciso II do artigo 3º do Regimento da Faculdade de Medicina de Ribeirão
2026 Preto, com a inclusão do item 7, tendo em vista a criação do Centro de Atenção Primária
2027 e Saúde da Família e Comunidade (CAP). A seguir, passa-se ao **CADERNO VI -**
2028 **TABELA DE VAGAS PARA O CONCURSO VESTIBULAR DE 2011. 1. PROCESSO**
2029 **2010.1.3745.1.7 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Tabela de Vagas para o Concurso
2030 Vestibular de 2011. **Parecer do CoG:** aprova a Tabela de Vagas para o Concurso
2031 Vestibular de 2011 (20.05.10). **Parecer da CAA:** o Sr. Presidente da Comissão aprova,
2032 *ad referendum*, a Tabela de Vagas para o Concurso Vestibular de 2011. O despacho foi
2033 referendado na reunião da Comissão em 01.07.2010 (16.06.10). O Magnífico Reitor
2034 aprova, *ad referendum* do Co, a Tabela de Vagas para o Concurso Vestibular de 2011
2035 (18.06.10). **Cons. Wellington Braz C. Delitti:** “Quero explicar a todos que a FUVEST, de
2036 cujo Conselho Deliberativo faço parte, trabalha com um cronograma muito rígido e se
2037 ele falhar, toda a sociedade se prejudica no próximo concurso vestibular. Tendo em
2038 vista essa urgência e, também, o fato de que o número de vagas oferecido pela USP já
2039 tinha sido aprovado pelo Conselho de Graduação, fiz todo o esforço e aprovei *ad*
2040 *referendum* da CAA esse número de vagas, para evitar um mal maior e tenho certeza,
2041 porque examinei os autos, de que está tudo correto. Assim, a USP, esse ano, ofereceu
2042 10.562 vagas. Essa é a explicação que justifica a aprovação das vagas antes da reunião
2043 da CAA e que depois já foi referendada.” **M. Reitor:** “Como não houve reunião do
2044 Conselho Universitário em junho pelas razões que todos sabemos, essas vagas também
2045 foram aprovadas *ad referendum* pelo Reitor, para que não houvesse atraso no
2046 vestibular.” **Votação:** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 73
2047 (setenta e três) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 12 (doze); Total de votantes =
2048 86 (oitenta e seis). É referendada a decisão do Magnífico Reitor, favorável à Tabela de
2049 Vagas para o Concurso Vestibular de 2011. Ato seguinte, passa-se ao **CADERNO VII –**
2050 **RECURSOS. 1. PROTOCOLADO 2010.5.26.58.0 - PAULO CESAR GOMES SILVA.**

2051 Recurso interposto por Paulo Cesar Gomes da Silva, candidato inscrito no concurso
2052 para provimento de cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Materiais
2053 Dentários e Prótese da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP), contra a
2054 decisão da Congregação, que indeferiu seu pedido de anulação do concurso, aprovando
2055 o relatório final da Comissão Julgadora, que indicou a candidata Dr.^a Camila Tirapelli,
2056 para provimento do cargo. Edital de abertura de inscrições ao concurso de títulos e
2057 provas, visando o provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de
2058 Materiais Dentários e Prótese da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto,
2059 publicado no D.O em 30.04.09. O candidato Paulo Cesar Gomes da Silva solicita
2060 informações relativas aos critérios usados pela Comissão Julgadora para avaliação dos
2061 candidatos na prova prática do referido concurso e se tal irregularidade foi, também,
2062 verificada pela Comissão, tendo em vista a manifestação do interessado de que um
2063 candidato se fez acompanhar de equipamento fotográfico digital, usando-o para
2064 documentar a situação do paciente para, após, usá-lo na outra fase da prova, em
2065 desacordo com edital do concurso (08.02.10). Ofício da Presidente da Comissão
2066 Julgadora do concurso, Prof.^a Dr.^a Izabel Cristina Froner, ao Diretor da FORP, Prof. Dr.
2067 Osvaldo Luiz Bezzon, encaminhando os esclarecimentos referentes aos
2068 questionamentos levantados pelo candidato: entende que “instrumental para exame
2069 clínico completo” é o que auxilia a ação, que não tem um fim em si mesmo, mas serve
2070 como meio de alcançar outra coisa, segundo o dicionário Houaiss. Esclarece que a
2071 Comissão Julgadora optou pela permissão do uso da máquina fotográfica pelos
2072 candidatos ou outro equipamento pessoal que dispunham para realização do melhor
2073 diagnóstico. Porém, na avaliação final da prova prática, os candidatos que não fizeram
2074 uso de equipamento fotográfico não tiveram avaliação prejudicada, pois preponderou a
2075 qualificação dos prontuários no contexto da melhor atenção ao paciente (18.02.10).
2076 Recurso interposto pelo interessado, contra a decisão da Comissão Julgadora,
2077 requerendo a anulação do processo do concurso mencionado, considerando que os
2078 critérios usados pela Comissão Julgadora afrontam totalmente o teor do edital expedido
2079 e publicado (18.02.10). Relatório Final da Comissão Julgadora e quadro geral de notas
2080 dos candidatos (04.02.10). **Parecer da Congregação da FORP:** delibera não dar
2081 provimento ao recurso interposto pelo candidato Paulo Cesar Gomes Silva, por 18 votos
2082 contrários, 8 favoráveis e 1 nulo, com a presença de 27 membros. Na mesma ocasião,
2083 aprova a homologação do Relatório Final (22.02.10). Publicação, no D.O de 25.02.10,
2084 da homologação do resultado final da Comissão Julgadora, pela Congregação da
2085 FORP, que indicou a Dr.^a Camila Tirapelli para provimento do cargo de Professor Doutor
2086 junto ao Departamento de Materiais Dentários e Prótese (25.02.10). Informação do
2087 Diretor da FORP, Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon, dos fatos ocorridos no processo e
2088 encaminhando o mesmo à d. Consultoria Jurídica para o que couber (05.03.10).
2089 **Parecer da CJ:** esclarece que ao não especificar o que poderia ser entendido como
2090 instrumental, tampouco vedar a utilização de qualquer meio que possibilitasse a
2091 realização do exame clínico, o edital deixou a critério dos candidatos a escolha dos

2092 instrumentos que levariam para a prova em referência, respeitando, assim, a posição
2093 individual de cada profissional a respeito do que considera imprescindível para a
2094 realização de exame clínico completo. Manifesta que também não se sustenta a
2095 afirmação do recorrente de que a Comissão Julgadora teria ferido o princípio de
2096 igualdade entre os candidatos, quer porque foi permitida a todos a utilização do
2097 instrumental levado, quer porque o tempo para realização da prova prática previsto no
2098 edital foi cumprido por todos os candidatos. Conclui que por qualquer ângulo que se
2099 examine o recurso apresentado, verifica-se que o concurso transcorreu em total respeito
2100 às regras regimentais e estatutárias da USP, restando afastados os vícios levantados
2101 pelo recorrente, não devendo o pleito receber agasalho, por falta de amparo legal,
2102 sendo de rigor a manutenção do resultado final apresentado pela Comissão Julgadora e
2103 homologado pela Congregação (11.03.10). Providenciada a juntada aos autos de ofício
2104 do interessado ao Presidente do Conselho Universitário, informando que foi protocolado
2105 requerimento junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, solicitando a
2106 instauração de procedimento investigatório relativamente ao ocorrido no certame e
2107 após, se for o caso, ser anulado tal certame (05.03.10). **Parecer da CLR:** aprova, por
2108 unanimidade dos presentes (**5 votos**), o parecer do relator, **Prof. Dr. Douglas Emygdio**
2109 **de Faria**, contrário ao recurso interposto pelo interessado (20.04.10). **Cons. Douglas**
2110 **Emygdio de Faria:** “Esse processo contempla a solicitação do candidato, Dr. Paulo
2111 César Gomes da Silva, de anulação do concurso para contratação de Professor Doutor
2112 do Departamento de Materiais Dentários e Próteses, considerando que critérios
2113 utilizados pela Comissão Julgadora afrontam o teor do edital, ou seja, tendo em vista
2114 que alguns candidatos, além do instrumental para exame clínico completo, levaram
2115 equipamento fotográfico digital que, no seu entender, não faz parte do instrumental
2116 odontológico e, portanto, sua utilização se deu em desacordo com o edital. O Diretor da
2117 FORP encaminha a questão para o Presidente da Comissão Julgadora do concurso
2118 para análise, o qual emite parecer destacando a definição da palavra ‘instrumental’, com
2119 base em dicionário da Língua Portuguesa e comenta aspectos técnicos do uso da
2120 câmera fotográfica e detalhes sobre os horários das provas realizadas. Farta
2121 documentação sobre as provas, com quadro de notas e relatório da prova prática,
2122 acompanha os autos. A douta CJ, em parecer acolhido pelo Dr. Gustavo Ferraz,
2123 Procurador-Chefe, esclarece que ao não especificar o que poderia ser entendido como
2124 instrumental, tão pouco vedar a utilização de qualquer meio que possibilitasse a
2125 realização do exame clínico, o edital deixou a critério dos candidatos a escolha dos
2126 instrumentos que levariam para a prova em referência, respeitando, assim, a posição
2127 individual de cada profissional a respeito do que considera imprescindível para a
2128 realização do exame clínico completo. Manifesta, também, que não se sustenta a
2129 afirmação do recorrente de que a Comissão Julgadora teria ferido o princípio de
2130 igualdade entre os candidatos, quer porque foi permitida a todos a utilização do
2131 instrumental levado, quer porque o tempo para realização da prova prática, previsto no
2132 edital, foi cumprido por todos os candidatos. Conclui-se que, por qualquer ângulo que se

2133 examine o recurso apresentado, verifica-se que o concurso transcorreu com total
2134 respeito às regras regimentais e estatutárias da USP, restando afastados os vícios
2135 levantados pelo recorrente, não devendo o pleito receber agasalho, por falta de amparo
2136 legal, sendo de rigor a manutenção do resultado final apresentado pela Comissão
2137 Julgadora e homologado pela Congregação. Em função do exposto, e considerando a
2138 análise da CJ, somos de parecer favorável à mesma, ou seja, ao não acolhimento do
2139 recurso e manutenção do resultado final aprovado pela Congregação da FORP.” **Cons.**
2140 **Oswaldo Luiz Bezzon:** “Acredito que está tudo esclarecido, bem documentado e não
2141 resta dúvida. Contudo, atualmente, o Conselho Federal de Odontologia recomenda
2142 fortemente que todo profissional da área faça documentações fotográficas, no mínimo,
2143 ao início e ao término dos casos que executa, até para eventual demanda legal, o que
2144 tem sido cada vez mais comum. Dessa forma é que foi interpretada a questão e o
2145 parecer da Consultoria Jurídica deixa claro que nenhuma limitação foi imposta. A
2146 preocupação do edital foi deixar claro que a Unidade não forneceria nenhum
2147 instrumento para o exame, pois não sabíamos quantos candidatos viriam e haviam 23
2148 candidatos inscritos de diferentes regiões. Ao final vieram menos, mas a Unidade não
2149 tinha condições de oferecer instrumental necessário. Portanto, não houve qualquer
2150 limitação, mas sim se passou ao candidato a incumbência de levar o material que
2151 julgasse necessário. Fico a disposição para quaisquer esclarecimentos.” **Votação:** Pelo
2152 painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 71 (setenta e um) votos; Não = 4
2153 (quatro) votos; Abstenções = 11 (onze); Total de votantes = 86 (oitenta e seis). É
2154 aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pelo interessado. **2.**
2155 **PROCESSO 2009.1.469.58.0 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO**
2156 **PRETO.** Recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Suzie Aparecida de Lacerda, Chefe do
2157 Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF) da Faculdade de
2158 Odontologia de Ribeirão Preto – FORP, contra a decisão da Congregação da Unidade,
2159 que deferiu recurso formulado por uma docente do aludido Departamento, contrariando
2160 decisão anterior do respectivo Conselho. Publicação no D. O. da distribuição de um
2161 cargo de Professor Doutor, MS-3, junto ao Departamento de Morfologia, Estomatologia
2162 e Fisiologia (DMEF) da FORP (08.04.09). **Parecer do Conselho do DMEF:** aprova o
2163 edital de abertura de inscrições para o concurso público para provimento de um cargo
2164 de Professor Doutor, em RDIDP, MS-3, com base nas disciplinas de Diagnóstico I e II,
2165 Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica (28.05.09). Recurso interposto pela
2166 Prof.^a Dr.^a Teresa Lúcia Colussi Lamano, contra a decisão do DMEF, que aprovou a
2167 abertura de Edital para inscrição ao concurso visando o provimento de um cargo de
2168 Professor Doutor, com base no conteúdo das disciplinas de Diagnóstico I e II,
2169 Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica. A Professora manifesta que o
2170 concurso, realizado nos moldes propostos, deverá selecionar um docente com suposta
2171 competência para atuar nas áreas de Patologia, Semiologia e Radiologia. Solicita que o
2172 DMEF reconsidere sua decisão e aprove a abertura de edital com base em conteúdos
2173 de Patologia Básica e Patologia Bucal (05.06.09). **Parecer do Conselho do DMEF:** não

2174 dá provimento ao recurso, interposto pela Prof.^a Dr.^a Teresa Lúcia Lamano Carvalho
2175 (16.06.09). **Parecer da Congregação da FORP:** com base no relato e no parecer da
2176 Prof.^a Dr.^a Fernanda de Carvalho Pazeri Pires de Souza, aprova a abertura de concurso
2177 visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao
2178 Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP, com base nas
2179 disciplinas de Patologia Básica e de Patologia Bucal (10.08.09). Trecho da Ata da
2180 Sessão Ordinária da Congregação da FORP, realizada em 10.08.09, em que trata a
2181 referida matéria (10.08.09). Recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Suzie Aparecida de
2182 Lacerda, Chefe do DMEF, contra a decisão da Congregação, que em 10.08.09 deu
2183 provimento ao recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Teresa Lúcia Colussi Lamano,
2184 contrariando a decisão do Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e
2185 Fisiologia. Manifesta que conforme determina o parágrafo 1º do art. 125 do Regimento
2186 Geral, apenas o programa do concurso deverá ser submetido à apreciação da
2187 Congregação. Portanto, os Departamentos têm autonomia plena para escolher
2188 disciplinas ou conjunto de disciplinas que embasarão eventuais concursos, devendo a
2189 Congregação se ater ao aspecto formal dos fatos ocorridos. Logo, se o ato
2190 administrativo de determinação de quais disciplinas ou conjunto delas em que se deve
2191 basear o concurso a ser realizado não partiu do Departamento e sim de Colegiado sem
2192 competência para fazê-lo, o ato realizado é nulo. Desta forma, requer que o concurso
2193 para o cargo de Professor Doutor atribuído ao Departamento de Morfologia,
2194 Estomatologia e Fisiologia seja realizado com base nas disciplinas de Diagnósticos I e II,
2195 Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica, conforme desejo expresso pelo
2196 Conselho do Departamento (19.08.09). Parecer de Assessor *ad hoc*: manifesta-se
2197 contrário ao provimento do recurso apresentado pela Prof.^a Dr.^a Suzie Aparecida de
2198 Lacerda por acreditar que a decisão tomada pela Congregação da FORP é
2199 absolutamente legal quanto à forma e quanto ao mérito, atendendo integralmente ao
2200 disposto no ordenamento jurídico brasileiro (08.09.09). **Parecer da Congregação da**
2201 **FORP:** fundamentada no parecer do Prof. Dr. Arthur Belém Novaes Júnior, delibera não
2202 dar provimento ao recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Suzie Aparecida de Lacerda, Chefe
2203 do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (21.09.09). Ofício da Prof.^a
2204 Dr.^a Suzie Aparecida de Lacerda, ao Diretor da FORP, Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon,
2205 solicitando o encaminhamento de seu recurso ao Conselho Universitário (30.09.09).
2206 **Parecer da CJ:** quanto ao recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Teresa Lúcia Colucci
2207 Lamano, esclarece que a matéria relativa à legitimidade recursal já foi objeto de ampla
2208 discussão nos colegiados superiores da USP, permanecendo a tese de que docente
2209 vinculado a determinado Departamento somente poderia ingressar com recurso ao
2210 Conselho do Departamento e não diretamente à Congregação, quando envolver matéria
2211 que já foi decidida, outrora, pelo Conselho do Departamento. Opina pelo conhecimento
2212 do recurso da Chefe do DMEF, Prof.^a Dr.^a Suzie Aparecida de Lacerda, ante sua
2213 tempestividade e legitimidade, restando, contudo, o mérito ser analisado pela CLR.
2214 Manifesta que a Congregação da FORP, ao não homologar a proposta de abertura do

2215 concurso na área indicada pelo Conselho do Departamento, deveria ter devolvido a
2216 matéria à origem para nova apreciação, e não deliberado diretamente pela abertura em
2217 área diversa, em consonância com o artigo 125, parágrafo 2º do Regimento Geral
2218 (09.03.10). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, no sentido de encaminhar os
2219 autos à Unidade para que a Congregação discuta novamente a matéria e, em caso de
2220 não homologação, os autos devem ser devolvidos para que o Conselho do
2221 Departamento possa reformular seu encaminhamento (20.04.10). **Parecer da**
2222 **Congregação da FORP:** com base no parecer da CLR, não aprova a abertura do
2223 concurso visando o provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de
2224 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, com base nas disciplinas de Diagnóstico I e II,
2225 Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica, concedido fundamentado no Plano de
2226 Metas da FORP para a área de Patologia (17.05.10). Recurso interposto pela Prof.^a
2227 Dr.^a. Suzie Aparecida de Lacerda, contra a decisão da Comissão de Legislação e
2228 Recursos, que culminou com deliberação da Congregação da FORP, que recepcionou e
2229 deu provimento ao recurso interposto por uma docente, contra a decisão do Conselho
2230 do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, sem encaminhamento de
2231 recurso interposto pela Chefe do Departamento ao Co, para julgamento daquele
2232 Colegiado, conforme prevê o inciso VII do artigo 257 do Regimento Geral. Requer: a)
2233 que o recurso seja submetido ao Co para que ao final lhe seja dado provimento, e que
2234 considere que todo o erro processual até aqui cometido não passa de mero equívoco de
2235 condução dos dirigentes; b) que o Co conceda provimento ao recurso interposto, com o
2236 objetivo de que o concurso para o cargo de Professor Doutor atribuído ao Departamento
2237 de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia seja realizado com base nas disciplinas de
2238 Diagnóstico I e II, Diagnóstico Clínico Integrado e Patologia Básica, para contratação de
2239 docente para a área de patologia que atua na forma de ensino integrado em diagnóstico,
2240 conforme desejo expresso pelo Conselho do Departamento (25.05.10). Despacho do
2241 Diretor da FORP encaminhando os autos à Secretaria Geral, tecendo breve relato dos
2242 fatos descritos nos autos (28.05.10). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos
2243 presentes (**5 votos**), o parecer do relator, **Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira**, que
2244 mantém a recomendação aprovada pela CLR em 20.04.10 (16.06.10). **Cons. Luiz**
2245 **Nunes de Oliveira:** “A FORP recebeu um claro para a área de Patologia, o qual foi para
2246 o Departamento pertinente de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF). O
2247 Departamento resolveu abrir o concurso em disciplinas de Patologia e mais três
2248 disciplinas de Diagnóstico, sendo que Patologia é uma área básica e Diagnóstico é uma
2249 área clínica, e é onde começa o problema. O Departamento tem todo o direito de fazer
2250 isso, mas a votação foi apertada, sendo o resultado 10 votos contra 7, e o concurso foi
2251 aprovado nesses termos. Uma das docentes do Departamento não se conformou,
2252 entrou com recurso pedindo para que a decisão fosse revertida e que o concurso fosse
2253 apenas para disciplinas de Patologia. Houve outra votação em que o resultado foi 9
2254 contra 7, portanto, a docente perdeu o recurso. Contudo, o processo foi para a
2255 Congregação que reverteu a decisão do Departamento e entendeu que seria mais

2256 interessante ter um concurso na área de Patologia. Na sequência, houve uma série de
2257 recursos e contra recursos, portanto, vou abreviar a história. O artigo 125 do Regimento
2258 Geral diz, no seu § 1º, que quem escolhe a disciplina ou o programa do concurso é o
2259 Conselho do Departamento, e no § 2º diz que a proposta tem que ser apreciada pela
2260 Congregação. Assim, entende-se que 'apreciar' significa que a Congregação tem direito
2261 de recusar a proposta, mas não tem direito de modificá-la. Caso semelhante acontece
2262 com concurso que possui irregularidade, por exemplo, o candidato A concorre com o
2263 candidato B, e este tem notas melhores, mas os membros da banca indicam aquele.
2264 Desse modo, como a prática é irregular, a questão vai para a Congregação e esta pode
2265 anular o concurso, mas não pode, de maneira nenhuma, dizer que quem ganhou o
2266 concurso foi o candidato B, mudando o resultado do concurso. Neste caso, o que a CLR
2267 recomenda é que a Congregação devolva o processo para o Conselho Departamental,
2268 que deve fazer essa proposta e negociar até chegar a um acordo. Quem fez esse
2269 dispositivo, fez bem, pois existe a necessidade de um equilíbrio entre as duas partes. A
2270 Unidade tem seu projeto acadêmico, o Departamento também tem seu projeto e ambos
2271 têm que estar em consonância. Se isso não ocorre, é necessário que se discuta até
2272 atingir um acordo. Portanto, o parecer é para que o processo volte à Congregação para
2273 que esta devolva ao Conselho, se for conveniente.” **Cons. Osvaldo Luiz Bezzon:** “Este
2274 processo, com todos os fatos ocorridos, está bem documentado. Contudo, alguns
2275 detalhes merecem atenção. Há dez anos atrás, a Unidade tinha cinco professores de
2276 Patologia, o que se justifica porque a Unidade também ministra a disciplina de Patologia
2277 da Faculdade de Farmácia, que é um acordo histórico entra as duas Unidades, da
2278 mesma forma que a Faculdade de Farmácia ministra algumas disciplinas para a
2279 Faculdade de Odontologia. Quando se iniciou o curso noturno da Faculdade de
2280 Farmácia, a FORP só tinha quatro professores, e ficou prometido que quando o
2281 professor mais velho se aposentasse, essa vaga viria para a Unidade. Por uma série de
2282 razões, essa vaga só veio recentemente, e quando a vaga foi para o Departamento,
2283 este fez um edital e na interpretação da Unidade o que estaria sendo contratado não era
2284 um professor de Patologia, mas um clínico, para atuar na clínica. Essa foi a impressão
2285 que ficou e foi por isso que a decisão foi contestada em função das necessidades da
2286 Unidade. Tinha feito um resumo, mas acho melhor fazer um relato do documento que foi
2287 enviado pelo próprio Departamento, assinado pela própria professora que entrou com o
2288 recurso, tratando de um processo ainda interno, que está em cima da minha mesa, de
2289 criação de um sexto departamento na Unidade. Esse material chegou em abril e leio o
2290 que o próprio Departamento escreveu: 'assim a chefia desse departamento buscando
2291 atender aos interesses do novo departamento e, principalmente, da FORP, tendo em
2292 vista as atividades da Estomatologia em Ensino, Pesquisa e Extensão, entende que: a
2293 Patologia Bucal apresenta carência de docentes habilitados para conduzir seu
2294 laboratório de Histopatologia que atende a toda Unidade e a rede pública via convênio
2295 SUS, serviço este particularmente voltado a atender às atividades clínicas de todos os
2296 interessados. Os claros dos três professores de Patologia encontram-se diretamente

2297 ligados ao serviço, embora, atualmente, apenas um docente possa realizar as atividades
2298 acima descritas, em função dos demais não serem dentistas com especialidade em
2299 Patologia Bucal, que os habilite a dividir a sobrecarga de trabalho. Dos três docentes,
2300 dois já possuem tempo para se aposentar e o outro tem pouco tempo para preencher os
2301 requisitos de aposentadoria. No futuro, espera-se que todos os docentes da área sejam
2302 dentistas, para que possam obter a especialidade em Patologia Bucal para atender ao
2303 que se busca para essa área'. Quando recebi esse documento, ficou a certeza de que o
2304 objetivo do Departamento era contratar um clínico, que no entender dele se
2305 especializaria depois. Acontece que, hoje, a Unidade tem apenas um patologista
2306 habilitado para dar laudo. E hoje, devido a uma prática didática e pedagógica, se um
2307 patologista for para clínica é normal, não causando maiores problemas. Contudo, o
2308 inverso não é verdadeiro, ou seja, que um professor de clínica vá a um laboratório para
2309 fazer um diagnóstico histopatológico, isso ele não faz. Quem é da área de saúde sabe
2310 que sem um treinamento adequado ele não faz diagnóstico. A Congregação portou-se
2311 de forma madura e tecnicamente correta, isto é, não houve nenhuma tentativa de
2312 invasão departamental, mas procurou entender o que é melhor para a Unidade.
2313 Diferentemente de outras unidades, em que vários cursos são lotados em um único
2314 departamento, a nossa Unidade tem cinco Departamentos e um único curso. Se a
2315 política que os departamentos fazem de docente, de projeto pedagógico não tiver um
2316 órgão coordenador comum, ou seja, a Congregação, cada departamento ministrará os
2317 cursos que quiser em um curso que é único. Assim, a atitude da Congregação foi a de
2318 zelar por aquilo que entende que é o melhor para a Unidade e que é admitido pelo
2319 próprio Departamento. Esse documento, que deixa clara a necessidade do professor de
2320 Patologia, está assinado pela professora que subscreveu o recurso." **Cons. Ignácio**
2321 **Maria P. Velasco:** "Em que pese o argumento do Prof. Nunes, não me parece que o
2322 papel da Congregação, tanto nesse caso específico como em outros, deva se resumir a
2323 um controle formal. Quando há necessidade de um mero controle formal, o Regimento é
2324 explícito, como acontece, por exemplo, com os relatórios de uma banca examinadora.
2325 Em outros casos, por exemplo, consta do Regimento que os departamentos façam
2326 sugestão de nomes para compor uma banca. A Congregação recebe a sugestão e
2327 confirma ou altera. Nesse caso, e levando em conta as ponderações colocadas pelo
2328 Prof. Bezzon, nem sempre, dependendo da Unidade, as coisas se resolvem no âmbito
2329 reduzido de um departamento, onde pode haver um equilíbrio de forças precário que
2330 faça com que as coisas não andem. Não me parece que a única coisa que a
2331 Congregação possa fazer é negar o recurso e devolver ao Departamento para que este
2332 tente resolver novamente. Por outro lado, para esclarecer a votação posterior, pergunto
2333 se o parecer da CLR é que o assunto volte para a Unidade, isto é, reafirma a decisão
2334 anterior, no sentido de que a Congregação da Unidade devolva para o Departamento e
2335 se tente encontrar uma solução dentro de um equilíbrio de forças que, pelo que foi dito,
2336 não é fácil. Dessa forma, se votarmos 'sim', estaremos votando de acordo com a
2337 sugestão da CLR, mas se votarmos 'não', o que isso significa?" **M. Reitor:** "Nem tudo

2338 que se vota é precedente. Esse é um caso concreto, que desconheço os detalhes,
2339 assim como todos. Isso não significa que ao se votar com o relator consagrou-se que a
2340 Congregação da Unidade só pode devolver o assunto ao Departamento. Estamos
2341 tratando desse caso concreto dentro dessa situação fática. É muito comum no judiciário
2342 e a administração também poderia fazer a mesma coisa, quero dizer, votar 'sim' nesse
2343 caso. Não estou induzindo ninguém a votar. É uma votação específica para esse caso
2344 sem que se torne precedente no geral." **Cons. Luiz Nunes de Oliveira**: "Podemos
2345 tomar três decisões. Esse pedido é um recurso do Departamento que foi encaminhado
2346 ao Conselho Universitário e pedem para que a decisão do Departamento seja mantida.
2347 Argumentam que a Congregação não tem poder para mudar a decisão do
2348 Departamento e nem para rejeitá-la. Então, essa é uma possibilidade, aceitar o recurso
2349 pedido pelo Departamento. A outra possibilidade é o que a CLR está recomendando,
2350 que é devolver para que a Congregação mande de volta para o Departamento fazer
2351 uma contra proposta. Existem casos semelhantes que foram tratados dessa forma." **M.**
2352 **Reitor**: "Precisa constar na votação de hoje, se for o caso, que isso não é precedente."
2353 **Cons. Luiz Nunes de Oliveira**: "Porque há precedentes, casos como esse já chegaram
2354 ao Conselho Universitário e o entendimento que a CLR teve, na época, e que foi
2355 adotado pelo Co, é que apreciar significa 'aceitar ou recusar' e esse é o ponto que
2356 estamos adotando. Parece-me que esse equilíbrio de forças é interessante e acaba
2357 beneficiando a Universidade como um todo. Claro que não podemos entrar no mérito da
2358 questão. Estamos muito distantes do Departamento da Unidade, por isso não vamos
2359 decidir se Patologia é melhor que Diagnóstico. O que temos que estabelecer são
2360 princípios gerais e cabe a questão do que é mais conveniente para a Unidade. Entendo
2361 que seja mais conveniente esse equilíbrio de forças, embora isso exija mais trabalho do
2362 Prof. Oswaldo Bezzon." **Cons. Marcos Felipe S. de Sá**: "Faço uma pergunta para que
2363 possa me posicionar melhor em relação à votação. Quando uma unidade pede um claro
2364 docente, a Comissão sempre disponibilizou a vaga com base em um pedido que contém
2365 a disciplina, o conjunto de disciplinas para o qual aquela vaga está sendo concedida,
2366 que é a base da justificativa do pedido. Dessa forma, para que disciplinas a Comissão
2367 autorizou o claro para esta Unidade? Faço essa pergunta, pois já vivenciei essa
2368 situação em minha Unidade e mantive minha posição. Foi dado um claro para um
2369 Departamento, para uma determinada área, aprovado no plano de metas da Unidade, e
2370 depois o Departamento tentou mandar o claro para outra área, o que considero
2371 incorreto. E conseguimos reverter isso na Congregação." **Cons. Osvaldo Luiz Bezzon**:
2372 "Foi exatamente o que aconteceu na Unidade. Não foi por acaso que essa vaga foi
2373 pedida para a disciplina de Patologia. Foi dentro de um plano de metas, que foi
2374 encaminhado pelo Departamento e essa vaga foi priorizada no CTA. Com isso, outros
2375 departamentos, que também tem suas necessidades, ficaram em segundo plano. A
2376 vaga foi criada exatamente dessa forma, obedecendo ao plano de metas que foi
2377 aprovado no CTA, que foi encaminhado depois. Entendemos que houve uma fusão de
2378 disciplinas, mas a idéia de fundir a disciplina é que as áreas têm que se integrar e não

2379 contratar um professor de clínica para assinar o do histopatológico. O senhor é da área
2380 e sabe que isso não vai acontecer nunca. Um patologista é um patologista, ele pode até
2381 ir para a clínica, o contrário não é verdadeiro. Isso a Unidade detectou. A nossa Unidade
2382 que já teve três patologistas que poderiam assinar laudo, hoje, tem apenas um. É a
2383 chance de ter o segundo e é isso que estamos reafirmando, porque é importante para a
2384 Unidade, e o Departamento sabe disso. Nesse processo de separação isso está escrito
2385 por eles, de forma clara. O Departamento precisa de um professor de Patologia e de
2386 preferência com um amplo conhecimento de Patologia Bucal. Isso estava dentro do
2387 plano de metas, não foi feito casualmente.” **M. Reitor**: “Vamos tentar encaminhar e peço
2388 que todos ouçam criticamente. Podemos votar, falando de uma forma simples, que o
2389 departamento tem razão e votamos com ele. A segunda possibilidade seria que a
2390 Congregação está certa e votamos com ela. A posição da CLR é uma terceira, que é
2391 não falar que nenhum e nem outro tem razão, mas dizer para a Congregação e o
2392 Departamento se entenderem. Face à discussão, poderíamos fazer a votação para ver
2393 se há uma decisão definitiva.” **Cons. Osvaldo Luiz Bezzon**: “Como havia tempo até
2394 essa reunião do Co, a CLR devolveu o processo para a Unidade e tentamos encaminhar
2395 para o Departamento, que se recusou a receber o processo insistindo que viesse para o
2396 Conselho. A nossa Unidade é histórica nesse aspecto e defende um princípio que
2397 determina que a Congregação deva se render ao Departamento. Isso não aconteceu só
2398 uma vez. Entendemos que em alguns casos, a Congregação tem mais do que o direito,
2399 tem o dever de zelar por esse princípio quando percebe que a decisão não é a mais
2400 adequada. Então, o Departamento fez uma defesa muito mais do direito de se impor à
2401 Congregação do que propriamente uma discussão de mérito acadêmico. A CLR
2402 devolveu o processo porque havia tempo, tentamos encaminhar ao Departamento, que
2403 insistiu que o processo precisava vir para o Conselho, com a certeza de que o Conselho
2404 diria que o Departamento é soberano.” **M. Reitor**: “Portanto, a proposta do relator que
2405 está sendo colocado em votação já foi feita e não resultou em nada.” **Cons. Ignácio**
2406 **Maria P. Velasco**: “Quanto ao conteúdo, entendo que podemos, em última análise, nos
2407 colocar diante dessas duas possibilidades: ou a Congregação tem razão ou o
2408 Departamento tem razão. Dessa forma, cada um poderá avaliar conforme entender,
2409 contudo há a ponderação do Prof. Marcos Felipe, esclarecida pelo Prof. Bezzon, em
2410 relação ao plano de metas da Unidade. De qualquer maneira, na questão de
2411 encaminhamento, minha dúvida persiste. Ao votar ‘sim’, sabe-se o que isso significa:
2412 devolva-se para a Unidade para que a Congregação encaminhe para o Departamento,
2413 mas o Prof. Bezzon acaba de dizer que isso já foi feito informalmente. Contudo, ao se
2414 votar ‘não’, não se sabe o que isso significa em termos práticos.” **M. Reitor**: “Uma das
2415 possibilidades seria voltar para CLR, porque a questão do parecer é algo importante e,
2416 normalmente, devemos votar o parecer. Contudo, não é obrigatório que o Conselho
2417 Universitário vote o parecer e não possa fazer uma modificação.” **Cons. Marcos N.**
2418 **Magalhães**: “Faço uma sugestão de votação no seguinte sentido: parece que pelo que
2419 ficou entendido, a proposta da CLR está fora de cogitação, porque já foi feita essa

2420 tentativa. Então, temos que votar o provimento do recurso. Há um recurso interposto
2421 pela chefe do Departamento e podemos votar pelo provimento. Quem entender que o
2422 recurso deve ser provido votará 'sim'. Já quem entende que o recurso não deve ser
2423 provido e, portanto, que deve ser mantida a decisão da Congregação, vota 'não'. Esse
2424 parece ser um encaminhamento que poderia ser feito." **Cons^a. Janete Aparecida**
2425 **Anselmo Franci**: "Na viagem de Ribeirão para cá, chamei a atenção do Prof. Bezzon
2426 para o fato de que o texto não estava claro. A CLR pede uma atitude da Congregação e
2427 que o assunto volte à Congregação, esta analisou novamente o processo e reafirmou
2428 sua posição. A docente entrou com recurso contra a nova decisão da Congregação.
2429 Enfim, o processo foi para o Departamento e não fica claro que ela se recusou a recebê-
2430 lo. Realmente, esse último item deixa o processo confuso. Em termos jurídicos e legais,
2431 isso está esclarecido e já passou por todas as instâncias, mais de uma vez. Não há
2432 consenso e não adianta tentar forçar a concordância entre as duas partes. Quero deixar
2433 registrada a questão do mérito. A Reitoria mandou essa vaga em negrito para a
2434 Patologia e esse docente que faz os laudos já está quase com 40 anos de serviço e é o
2435 único que faz esse serviço. Assim, existe uma dificuldade em entender o que é formar
2436 um cirurgião-dentista generalista e o que é ter docentes generalistas. A Unidade procura
2437 formar cirurgiões-dentistas generalistas, mas isso não significa que a Unidade tenha que
2438 ter docentes com formação geral. Cito, por exemplo, uma faculdade de medicina onde o
2439 aluno que faz clínica médica recebe uma formação geral em todas as áreas da clínica
2440 médica, mas ele tem professores especialistas em Cardiologia, em Dermatologia, em
2441 Endocrinologia, em Pneumologia. O docente não tem que ser generalista, é o aluno que
2442 precisa receber essa formação generalista. Por isso, pedimos que votem contra esse
2443 recurso da Chefe de Departamento, porque entendemos que precisamos do docente
2444 especialista, que ofereça uma boa formação generalista aos nossos alunos." **Cons. Luiz**
2445 **Nunes de Oliveira**: "No âmbito da Unidade não está esgotada a possibilidade de
2446 negociação. A Chefe de Departamento devolveu o processo porque quer uma decisão
2447 do Conselho, já que este não tinha tomado uma decisão. Se o Co decidir a favor do
2448 parecer da CLR, ela terá que tomar outra decisão e será obrigada a negociar. A
2449 Congregação tem a mão forte nessa discussão, porque se a situação ficar como está, o
2450 prejudicado é o Departamento e não a Congregação." **Cons. Sebastião de S. Almeida**:
2451 "Este Colegiado vota no parecer e existe um parecer da CLR que não podemos
2452 modificar. O Prof. Marcos Felipe matou a questão, pois existe um plano de metas com
2453 priorização da Unidade e indicação da área para a qual a vaga deve ser destinada. Meu
2454 encaminhamento é que o assunto volte à CLR para que seja encaminhado ao
2455 Departamento com essa informação: deve atender o plano de metas. Não sou
2456 advogado, mas acredito que não podemos modificar decisões. Precisamos votar o
2457 parecer da CLR e se não é possível nesse momento, que o assunto volte à CLR e que
2458 esta encaminhe o processo com esta orientação. Uma vez que se destinou o cargo com
2459 a priorização da Unidade e da área de Patologia, que o Departamento considere esse
2460 plano de metas aprovado. Assim, voltaríamos aqui em situação diferente." **M. Reitor**:

2461 “Isso se votaria após a votação ou antes da nossa votação?” **Cons. Sebastião de S.**
2462 **Almeida:** “Diríamos ‘não’ ao parecer e, em seguida, mandaríamos o processo de volta
2463 pedindo que se atenda o plano de metas aprovado na Unidade e considerado no
2464 momento em que se concedeu o claro.” **M. Reitor:** Fiz a pergunta para pegá-lo na
2465 contradição.” **Cons. Sebastião de S. Almeida:** “Essa é a informação que precisa
2466 chegar ao Departamento. A Universidade resolveu destinar esse cargo com base em um
2467 plano de metas para determinada área.” **M. Reitor:** “Após estas falas podemos votar o
2468 parecer da CLR. Se não obtiver maioria, volta para a CLR por não ter sido aprovado e
2469 se o Presidente da CLR achar por bem, poderá fazer outro parecer aqui no momento.”
2470 **Cons. Nei Fernandes de O. Junior:** “O Conselho Universitário vota pareceres, não vota
2471 coisas que não estejam escritas e que sejam totalmente definidas. Esse parecer da CLR
2472 é pífio. Mandar de volta para a Unidade e pedir ao Departamento que este se arrume, é
2473 difícil votarmos isso. O parecer deveria dizer quem está com a razão. Do ponto de vista
2474 do Departamento, há atribuições para a Congregação. A função da CLR será nos dizer,
2475 com um parecer claro, quem tem razão. Francamente, sugiro que não se vote, que
2476 mandemos isso de volta à CLR e ela produza um parecer que possa ser votado. Se o
2477 Departamento mantiver a sua posição e a Congregação também, não vai acontecer
2478 nada. Informalmente, podemos admitir que isso aconteça, mas formalmente não. Assim,
2479 sugiro que não votemos, que o processo volte à CLR e esta nos diga se há provimento
2480 ou não para o recurso.” **Cons. Osvaldo Luiz Bezzon:** “A situação ficou confusa até para
2481 mim. O receio que tenho é que ao se votar ‘não’ nesse parecer, o Departamento
2482 entenda como uma aprovação ao recurso. Isso seria um prejuízo enorme para a
2483 Unidade. Essa matéria foi relativamente disputada no Conselho do Departamento, nos
2484 dois momentos que ela entrou na Congregação. Não foi o Diretor, mas sim a
2485 Congregação da Unidade que analisou de forma intensa a questão, fez uma série de
2486 debates e se posicionou dessa forma. Assim, não é uma situação dividida e
2487 irresponsável do Colegiado. Peço o apoio desse Colegiado para uma Congregação que
2488 está fazendo o melhor possível para a gerência da Unidade. Contudo, também tenho
2489 minhas dificuldades quanto à melhor forma de encaminhar a questão. Ao se aprovar ou
2490 negar o parecer da CLR, que fique claro ao Departamento que este terá que seguir um
2491 plano de metas e que ele vai ter que encaminhar isso novamente e não terá seu desejo
2492 aprovado, mas deixar registrado que nos dois momentos a votação na Congregação foi
2493 drasticamente contrária à intenção do Departamento.” **Cons^a. Janete Aparecida**
2494 **Anselmo Franci:** “O que é que votamos, a matéria, que no caso é o recurso interposto
2495 pela docente ou um parecer? O parecer nos serve para embasar nossa decisão sobre
2496 um processo ou ele serve para ser votado? Entendo que votamos a matéria e o parecer
2497 serve para embasar nossa decisão. No meu entendimento, o que estamos votando é o
2498 recurso, é a matéria.” **M. Reitor:** “Em princípio, é claro que o assunto é esse, mas
2499 votamos o parecer. Podemos aceitar o parecer, rechaçá-lo, modificá-lo ou retirá-lo de
2500 pauta.” **Cons. Sylvio B. Sawaya:** “Não podemos cair na subjetividade. A questão não é
2501 fortalecer a Congregação, nem o Departamento. A questão é muito simples, a

2502 Congregação tem prevalência sobre o Departamento, ou seja, a Congregação é um
2503 órgão superior ao departamento e tem toda a condição de tomar essa decisão. Na FAU,
2504 utilizamos essa condição para resolver as questões. Espero que o Prof. Magalhães, que
2505 vai defender sua posição, explique que um parecer pode ser ultrapassado no decorrer
2506 de uma discussão e que volte para a questão original para ser julgado. Senão, teremos
2507 que mandar o processo de volta e o Prof. Luiz Nunes tem que vestir a carapuça e isso
2508 não está certo. Isso é uma bobagem, pois a questão foi ultrapassada no decorrer dessa
2509 sessão. Há um ponto inicial que pode ser julgado e no meu entender, a Congregação
2510 está acima do Departamento. Inclusive, essa é uma questão importante porque os
2511 departamentos são feudos, são fechados, tudo isso já foi falado e todos sabem. Existe
2512 uma disputa intestina, em todas as Faculdades, entre as Comissões de Gradação, Pós-
2513 Graduação e os Departamentos. Essa falta de definição de estrutura de poder leva a
2514 essa bagunça. É preciso que se definam esses papéis." **Cons. Antonio Magalhães G. Filho:**
2515 "Insisto no pronunciamento anterior, em apenas uma proposta de votação. O
2516 Prof. João Grandino foi desembargador e sabe muito bem como é que se faz o
2517 julgamento nos tribunais. Há um recurso, há um parecer do Ministério Público e o
2518 tribunal vota pelo provimento ou pelo improvimento. O parecer é uma opinião que será
2519 considerada e pode ser pelo provimento, pelo improvimento ou pode oferecer outra
2520 solução, como aconteceu nesse caso. No caso presente, sem nenhuma censura ao
2521 Prof. Nunes, o que aconteceu foi que este professor fez essa proposta, esse processo
2522 voltou à FORP e lá o Prof. Bezzon fez essa tratativa, mas a própria recorrente insistiu no
2523 julgamento do recurso. Esse é o relato que tenho da situação. O Conselho tem que
2524 julgar o recurso, decidir o recurso, votando 'sim' pelo provimento ou votando 'não' pelo
2525 improvimento. Essa é minha opinião quanto ao encaminhamento da votação." **M. Reitor:**
2526 "Todos entendemos bem, mas sua opinião é dada na qualidade de Presidente da CLR?"
2527 **Cons. Antonio Magalhães G. Filho:** "Minha opinião é pessoal." **M. Reitor:** "Pessoal,
2528 mas como Presidente da CLR não quer dizer nada." **Cons. Antonio Magalhães G. Filho:**
2529 "Minha opinião é pessoal. Sem ouvir a CLR não poderia fazer essa proposta.
2530 Como Presidente da CLR, teria que ouvir a Comissão depois que o processo voltar à
2531 mesma." **M. Reitor:** "Faço uma proposta de encaminhamento, principalmente, pelo
2532 adiantado da hora, não para apressar, mas pelo nosso raciocínio, que agora, depois de
2533 tanto tempo, está obnubilado. De certa forma, fizemos uma discussão. Que volte à CLR
2534 sem decisão, mas essa discussão que foi feita é válida. E a CLR, antes da próxima
2535 sessão voltará com essa opinião ou com outra proposta. O debate de hoje serviu como
2536 mera discussão sobre o assunto. Como Presidente da CLR, o Professor Magalhães
2537 encaminharia o pedido de volta deste processo para a Comissão?" **Cons. Antonio**
2538 **Magalhães G. Filho:** "Se for o entendimento do Colegiado, concordo." **M. Reitor:** "Não
2539 há pronunciamento do Colegiado. Há, nesse momento, depois de discutida a matéria, o
2540 presidente da CLR pedindo a volta do processo." **Cons. Antonio Magalhães G. Filho:**
2541 "Posso fazer isso, mas penso que o Conselho poderia votar e resolver essa questão." **M.**
2542 **Reitor:** "Peço ao Prof. Magalhães que faça o encaminhamento de votação." **Cons.**

2543 **Antonio Magalhães G. Filho**: “Reitero que vamos julgar o recurso que foi interposto por
2544 uma professora contra uma decisão da Congregação. Se o Co entender e votar ‘sim’,
2545 estará dando provimento ao recurso, portanto dizendo que a professora que recorreu
2546 tem a razão. Se votar ‘não’, estará dizendo que quem tem razão é a Congregação,
2547 portanto estará mantida a decisão da Congregação. Há uma decisão da Congregação, o
2548 que vamos votar é se o recurso será provido ou não.” **Cons. Nei Fernandes de O.**
2549 **Junior**: “Tenho uma questão de ordem. Ouvimos do Presidente da CLR que o voto ‘sim’
2550 dá provimento ao recurso e o voto ‘não’ não dá provimento ao recurso. Qual é a posição
2551 e o parecer da CLR? É pelo sim, ou pelo não?” **Cons. Alexandre Pariol Filho**: “Com
2552 relação a essa votação, muito interessante, o que vamos votar aqui é se um cidadão
2553 brasileiro, uma cidadã brasileira pode ter o direito de discordar com um instrumento ou
2554 uma instituição. E de vez em quando, não é que a Congregação é o que vale, penso
2555 que, humildemente, temos que ver à luz da CLR. Não que eu concorde, mesmo porque
2556 não participamos da CLR - os senhores nos impuseram isso. Funcionário não pode
2557 opinar na CLR. Agora, o que vamos votar é uma questão imperial. Não, uma cidadã não
2558 pode divergir da Congregação de uma Unidade, por ser simplesmente uma cidadã.
2559 **Cons. Flávio Ulhoa Coelho**: “Primeiro, a questão de votar o parecer ou o recurso, na
2560 maior parte das vezes, funciona bem porque o parecer está para um lado ou para outro,
2561 então tanto faz. Nesse caso, entendo que tem uma terceira opção, que é o parecer, que
2562 diz que nem o Departamento tem razão em relação ao recurso e nem a Congregação
2563 tem razão em modificar o programa do concurso. Assim, existe uma terceira
2564 possibilidade, votar o parecer é diferente de votar o recurso. No recurso, estamos
2565 votando ‘sim’ ou ‘não’, tem a possibilidade do ‘sim’ pelo provimento do recurso, pelo
2566 Departamento, ou ‘não’ pela Congregação. Mas tem a terceira possibilidade que é o
2567 seguinte: nos dois casos, aparentemente, os dois lados estão errados, sem entrar no
2568 mérito acadêmico da questão, mas falando em termos jurídicos. É isso que o parecer
2569 quer dizer, por isso se votarmos o parecer, entra naquela confusão: se votar ‘sim’ volta
2570 para a Unidade e a Congregação tem que modificar a decisão porque não agiu
2571 corretamente, mas também não dá provimento ao Departamento. Se votar ‘não’, entra
2572 na confusão do que exatamente significa isso, pergunta essa feita há uma hora atrás. O
2573 primeiro passo é saber o que é que votaremos - o recurso ou o parecer - e o que
2574 significa cada uma das coisas que estão no meio do caminho. É de praxe votar o
2575 parecer, apesar de, em certos momentos, isso não ser a melhor maneira.” **Cons.**
2576 **Antonio Magalhães G. Filho**: “Proponho, pela CLR, que o processo volte à Comissão
2577 para que esta emita um parecer pelo provimento ou pelo improvimento. De forma que
2578 poderemos votar o parecer posteriormente.” **M. Reitor**: “Se o Presidente da CLR pediu o
2579 retorno do processo, não podemos negar. Temos ainda mais um recurso a tratar,
2580 contudo, sugiro que deixemos esse recurso para a próxima sessão do Co e passemos a
2581 palavra aos Senhores Conselheiros, haja vista o número de inscritos.” **Cons. Flávio**
2582 **Ulhoa Coelho**: “Tenho uma proposta intermediária, que se estabeleça um tempo de
2583 cinco ou dez minutos, se a questão se complicar, deixamos para a próxima sessão.

2584 Pode ser que a votação seja tranquila, pois nem todos os recursos são complexos.” **M.**
2585 **Reitor:** “Sim, em minha opinião, podemos examinar o recurso que está na pauta.” **3.**
2586 **PROCESSO 2010.1.644.45.7 - MARY LILIAN LOURENÇO.** Recurso interposto pela
2587 Prof.^a Dr.^a Mary Lílian Lourenço, contra a decisão da Congregação, que negou o
2588 provimento ao seu recurso interposto contra a decisão da Banca Examinadora do
2589 concurso de Professor Titular junto ao Departamento de Matemática do Instituto de
2590 Matemática e Estatística. Cópia do Edital de abertura do concurso para provimento de
2591 um cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Matemática do Instituto de
2592 Matemática e Estatística, publicado no D.O de 02.12.08. Ofício do Diretor do IME, Prof.
2593 Dr. Paulo Domingos Cordaro, à candidata Prof.^a Dr.^a Mary Lílian Lourenço, informando
2594 os nomes dos membros da Comissão Julgadora e data e horário do referido concurso,
2595 bem como encaminhando a cópia do Edital de abertura do mesmo (02.02.10). Recurso
2596 interposto pela Prof.^a Dr.^a Mary Lílian Lourenço, com pedido de efeito suspensivo, em
2597 face da Banca Avaliadora do concurso de Professor Titular junto ao Departamento de
2598 Matemática - área de Análise Funcional e Equações Diferenciadas, no Instituto de
2599 Matemática e Estatística, alegando que a Banca deixou de fixar critérios para a
2600 avaliação das provas de títulos. Requer o efeito suspensivo do concurso, bem como que
2601 o mesmo seja declarado nulo, em face do vício insanável, fazendo a ressalva que novo
2602 concurso deverá apontar tais critérios de avaliação (14.04.10). Tabela de notas dos
2603 candidatos do concurso e Roteiro Geral de Concurso de Professor Titular do IME.
2604 Parecer do Prof. Dr. Carlos Alberto Barbosa Dantas: conclui que a Congregação do IME
2605 não deve dar provimento ao recurso (26.04.10). **Parecer da Congregação do IME:**
2606 após análise e discussão, indefere o recurso, por 23 votos não, 03 votos sim e 5 votos
2607 em branco (29.04.10). Recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Mary Lílian Lourenço contra a
2608 decisão da Congregação, que indeferiu o seu recurso em face da Banca Examinadora
2609 do concurso de Professor Titular junto ao Departamento de Matemática, requerendo que
2610 o recurso seja submetido à Congregação do IME, que deverá reformular sua decisão e,
2611 caso não ocorra, que seja encaminhado ao Conselho Universitário para deferimento do
2612 efeito suspensivo e, após, que seja declarado nulo o presente concurso, em face do
2613 vício insanável apontado, fazendo-se a ressalva de que novo concurso deverá apontar
2614 os critérios de avaliação; que seja declarado nulo o presente concurso para a cadeira de
2615 professor titular, em face da inexistência de pareceres que atenda as exigências do
2616 Regimento Geral e do Roteiro Geral quanto à prova de títulos (14.05.10). **Parecer da**
2617 **Congregação do IME:** decide não dar provimento ao recurso, com 18 votos contra, 3
2618 votos a favor, 4 votos em branco e 1 voto nulo (27.05.10). Ofício do Diretor do IME, Prof.
2619 Dr. Flávio Ulhoa Coelho, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas,
2620 encaminhando o recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Mary Lílian Lourenço, apreciado pela
2621 Congregação em 29.04.10 e 27.05.10, que deliberou não dar provimento ao mesmo
2622 (28.05.10). **Parecer da CJ:** manifesta que os questionamentos apresentados pela
2623 interessada, sob o ponto de vista jurídico, não merecem agasalho, tendo em vista que
2624 'ao estabelecer o Regimento Geral os aspectos que devem ser objeto de análise pela

2625 Comissão Julgadora não há necessidade de transcrevê-los no instrumento convocatório,
2626 até porque este faz expressa menção das normas universitárias aplicáveis aos
2627 concursos.' Ressalta que a Congregação do IME deliberou sobre os aspectos mais
2628 relevantes para aquela Unidade de Ensino, de forma a estabelecer um parâmetro para
2629 avaliação de todos os candidatos pelas comissões julgadoras, garantindo-se, dessa
2630 forma, uma análise isonômica entre os candidatos. 'Diante do exposto, resta afastado o
2631 alegado desrespeito aos princípios que norteiam a Administração Pública, ficando
2632 caracterizada, contrariamente ao levantado pela recorrente, a observância aos
2633 princípios de legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da razoabilidade que se
2634 encontram insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, motivo porque, sob o ponto
2635 de vista estritamente jurídico, o recurso interposto não merece provimento (30.07.10).
2636 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator,
2637 **Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari**, contrário ao recurso interposto pela
2638 interessada (10.08.10). **Cons. Colombo Celso G. Tassinari:** "Esse recurso foi
2639 interposto pela Prof.^a Mary Lilian Lourenço, do Instituto de Matemática e Estatística,
2640 contra a decisão da Congregação do IME que indeferiu o seu recurso que solicitava a
2641 anulação de concurso para Professor Titular do Departamento de Matemática, alegando
2642 que a Comissão Julgadora e o edital não fixaram os critérios de avaliação quanto aos
2643 títulos, no início dos trabalhos. No Regimento Geral da USP, o artigo 154 estabelece os
2644 critérios para avaliação dos títulos em concursos para provimento de cargos de
2645 Professor Titular. E nesse item diz claramente que os concursos para provimento de
2646 cargos, o julgamento será expresso por notas globais que reflitam os méritos do
2647 candidato como resultado da apreciação do conjunto e regularidade de suas atividades
2648 com prevalência nos últimos 5 anos anteriores à inscrição. O edital do concurso
2649 estabelece que os aspectos que devem ser objeto de análise pela Comissão Julgadora
2650 estão no Regimento Geral e, portanto, não há necessidade de transcrever nesse
2651 instrumento convocatório. Portanto, no parecer, seria incabível que a Comissão
2652 Julgadora definisse critérios diferentes daqueles elencados no Regimento Geral da
2653 Universidade. Nesse sentido, em acordo com a Congregação do IME e com o parecer
2654 da douta Consultoria Jurídica da USP, a CLR recomenda a esse Conselho Universitário
2655 o não acolhimento do recurso proposto, pois este, do ponto de vista estritamente
2656 jurídico, não merece provimento." **M. Reitor:** "Como de praxe, votaremos o parecer.
2657 Podemos até mudar isso daqui para frente, mas teremos que mudar o rumo." **Votação:**
2658 Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 58 (cinquenta e oito) votos;
2659 Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 45 (quatorze); Total de votantes = 74 (setenta e
2660 quatro). É aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela interessada.
2661 Ato seguinte, o M. Reitor passa ao **EXPEDIENTE: Cons. Michel Michaelovich de**
2662 **Mahiques:** "Parabenizo o M. Reitor e toda a Comissão pela iniciativa da organização do
2663 primeiro encontro de dirigentes da Universidade de São Paulo. Foi um evento muito
2664 importante para a USP, espero que renda frutos e que traga uma modernização da
2665 administração da Universidade. Gostaria de convidar a todos para se unir, no dia 18 de

2666 novembro, no Instituto Oceanográfico, para as comemorações dos 120 anos de
2667 nascimento do Prof. Wladimir Besnard, pai da Oceanografia Brasileira; 60 anos da
2668 primeira expedição oceanográfica brasileira; 60 anos do *Brazilian Journal of*
2669 *Oceanography*, primeira revista oceanográfica do Brasil e, também, 50 anos da
2670 Comissão Oceanográfica Governamental da UNESCO. A palestra de abertura será
2671 dada pelo Prof. Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da FAPESP.
2672 Informações sobre o evento encontram-se no site www.oceanosesociedade.io.usp.br.
2673 Gostaria de informar a satisfação em ter aprovado um projeto no âmbito do PRO-INFRA
2674 FINEP, no valor de R\$ 1.100.000,00, que nos dará a oportunidade de iniciar a
2675 renovação da flotilha da Universidade de São Paulo. Tenho a satisfação de informar que
2676 o M. Reitor e esse Diretor que voz fala foram agraciados com a medalha 'Amigo da
2677 Marinha', criada para homenagear personalidades civis sem vínculo funcional com a
2678 Marinha, militares de outras forças, bem como instituições que se tenham distinguido no
2679 trabalho de divulgar a mentalidade marítima no relacionamento com a Marinha, na
2680 defesa dos interesses atinentes à Marinha e na divulgação da importância do mar no
2681 nosso País. Parabéns, M. Reitor. Finalizando, gostaria de pedir à nossa Magnificência
2682 que considerasse que as próximas reuniões do Conselho Universitário se iniciassem
2683 pela manhã." **Cons^a Cecília Helena L. de S. Oliveira**: "Esta é a primeira reunião do
2684 Conselho Universitário da qual participo, uma vez que fui eleita para representar os
2685 Museus da USP neste Colegiado. Trata-se, sem dúvida, de uma oportunidade muito
2686 especial. Não poderia deixar de apresentar-me e dirigir algumas palavras a todos.
2687 Sobretudo lançar uma breve reflexão a respeito da pertinência dos Museus na estrutura
2688 desta Universidade. Para tanto, quero lembrar alguns versos de Paul Valéry,
2689 intelectual e poeta francês da primeira metade do século XX. Diz ele em relação aos
2690 Museus: '*Coisas raras ou coisas belas / Aqui sabiamente arrumadas / Instruindo o olhar*
2691 *a olhar / Como jamais ainda vistas / Todas as coisas que estão no mundo*'. A relação
2692 entre o sentido do olhar e o pensamento foi sublinhada desde a cultura grega, que
2693 entrelaçava pelos fios da linguagem o ver ao pensar. Entretanto, seria um equívoco
2694 estabelecer uma coincidência absoluta entre olhar e conhecer, não só porque o ser
2695 humano dispõe de outros sentidos como porque o olhar não está isolado e não se
2696 exercita isoladamente, sem intermediações. Mas é precisamente no âmbito dessas
2697 intermediações que museus universitários desempenham papel chave. Neles, em
2698 função dos riquíssimos e insubstituíveis patrimônios que estudam e conservam, o olhar
2699 não é só motivado a superar as superficialidades das coleções expostas como é
2700 lançado a pensar sobre os conhecimentos que promoveram a constituição desses
2701 patrimônios e serviram de fundamento para investigações científicas e acadêmicas
2702 interdisciplinares, para o desenvolvimento do ensino formal e informal e para atividades
2703 educativas e culturais de larga abrangência, que somente os espaços dos museus
2704 podem proporcionar. Os Museus da USP são responsáveis pela preservação,
2705 acumulação e contínua pesquisa de patrimônios de significado universal - registros
2706 ambientais e de biodiversidade, documentos arqueológicos, fontes históricas, registros

2707 linguísticos e coleções de artes plásticas. Esses patrimônios fazem dos Museus e desta
2708 Universidade referências no Brasil e no exterior. Cada um deles - MAC, MAE, MZ e MP -
2709 e sua extensão, o Museu Republicano Convenção de Itu, guarda especificidades do
2710 ponto de vista dos acervos e de sua organização interna, mas estão entrelaçados pelas
2711 diretrizes científicas que unem todas as Unidades da USP - a produção e acumulação
2712 de novos conhecimentos, a compreensão dos processos complexos de configuração da
2713 cultura e da ciência no mundo ocidental, a aplicação social de resultados de pesquisas,
2714 a irradiação desses conhecimentos aos mais diferentes âmbitos da sociedade a que
2715 pertencemos. Para dar um único exemplo, pelo Museu Paulista, no último final de
2716 semana, passaram mais de 11 mil pessoas, sendo que a visita anual chega à casa
2717 dos 350 mil visitantes. Pode-se imaginar o que representam esses números para a
2718 projeção do conhecimento produzido na e pela Universidade. Nesse sentido, convido a
2719 todos os membros desse Colegiado a visitar os Museus da USP, a olhar esses espaços
2720 capturando suas particularidades e qualidades acadêmicas; e a nos ajudar a olhar os
2721 Museus como patrimônios da USP, para que não apenas possamos deixá-los como
2722 herança para o futuro, mas que esse legado venha acompanhado pelo saber e pelas
2723 obras do pensamento que somente uma Universidade como a nossa pode reconhecer.”

2724 **Cons. Adnei M. de Andrade:** “Na recente reunião que tivemos no Hotel Bourbon,
2725 tivemos a oportunidade de falar sobre o plano concatenado, que prevê a inserção da
2726 USP em um novo patamar de internacionalização. É importante que saibamos que em
2727 diversos momentos da vida da USP se disse que a internacionalização é prioridade,
2728 mas a verdade é que somente quando ações concretas são executadas se pode
2729 acreditar nisso. Finalmente, estou acreditando que vamos ter condição de fazer um
2730 trabalho importante nesta área. Estamos preparando uma infraestrutura de acolhimento,
2731 tanto de estudantes como de professores, estamos cuidando da área de ensino de
2732 línguas, ou seja, de uma maneira geral, estamos preparando uma infraestrutura. Mas
2733 não é isso que quero falar. Aliás, a Secretaria Geral, colocou à disposição a
2734 apresentação que fizemos no Hotel Bourbon, espero que todos possam examinar o que
2735 estamos propondo. Na verdade, o que gostaria de falar hoje e, lamentavelmente, temos
2736 talvez um terço da plenitude deste Colegiado, é sobre a questão dos *rankings*. *Rankings*
2737 são muito interessantes para uns, outros acham que não tem nada a ver com a questão
2738 acadêmica e gostaria de dizer que nós precisamos deles. Porque é muito bom estar
2739 bem colocado em um *ranking*, mas é péssimo estar mal colocado. É um luxo para o qual
2740 não podemos nos dar. E muito recentemente houve uma cisão entre o *The Times*
2741 *Higher Education* de Londres, que utilizava uma metodologia para preparação desses
2742 *rankings* baseada em um material da *Elsevier*, que agora mudaram para *Thomson*
2743 *Reuters* e ocorreu uma mudança de critérios. Já soubemos que houve uma mudança
2744 complexa que resultou em uma perda substancial do nosso posicionamento. Na
2745 verdade, é um novo *ranking*, uma espécie de dissidência desse *The Times Higher*
2746 *Education* do qual nós caímos em duas posições nos anos de 2008 para 2009. Éramos
2747 196 passamos para 207. Existe um certo pódio com um, dois, três, até duzentos no

2748 posicionamento das Universidades do qual saímos. E essa nova classificação que se
2749 chama WUR (*World University Rankings*) nos coloca em 253. É uma posição que,
2750 certamente, não tem um significado maior e não o tem porque se trata de uma mudança
2751 de critérios, da qual não pudemos dar a informação adequada. Por exemplo, hoje se
2752 pede que a Universidade indique - isso nós conseguimos fazer, infelizmente não em
2753 tempo - um grande número de pesquisadores que estiveram na Universidade que
2754 pudessem ser entrevistados para dar sua opinião. Isso nós conseguimos, mandamos
2755 mais de mil e trezentos nomes e endereços, etc. Claro que isso só foi depois que
2756 assumimos, em maio, enquanto o julgamento, a preparação desse *ranking*, começara
2757 em fevereiro. Mas existe um outro quesito: devemos informar os empregadores que
2758 acolhem os nossos egressos e nunca tivemos esse tipo de informação. Por que estou
2759 falando isso a vocês? Porque precisamos da informação de cada uma das Unidades e a
2760 CCint não tem condição de saber o que acontece nas Unidades, não sabemos quantos
2761 professores visitantes vêm para a USP e esse é um fator importantíssimo, porque
2762 precisamos mostrar como somos queridos, desejados. Por isso faço esse pedido a
2763 todos que nos auxiliem com informações, nas suas Unidades. Estamos preparando um
2764 novo *site*, já está praticamente pronto, um novo sistema para as informações muito
2765 simplificado em relação, por exemplo, ao *Mercúrio Web*, porque esse é feito exatamente
2766 para os termos da atuação internacional. Vamos disponibilizá-lo muito em breve. Peço a
2767 todos que nos ajudem com informações sem as quais ficaremos muito aquém da nossa
2768 potencialidade nesses *rankings*, com o eventual prejuízo que isso significa.” **Cons. José**
2769 **Roberto Cardoso**: “Gostaríamos que houvesse um choque administrativo nesta
2770 Universidade. Quero dizer que estamos com uma quantidade enorme de decisões em
2771 nossas mãos, quando nossa especialidade é formar recursos humanos de alta
2772 qualidade. Não podemos ficar preocupados em tomar decisões do tipo: cortar grama,
2773 arrumar banheiro e coisas desse tipo, que tomam um tempo enorme do administrador e
2774 que o priva de tomar decisões e refletir sobre as condições conceituais da Universidade.
2775 Penso que todos aqui já foram para uma universidade do exterior. Sinceramente, em
2776 toda universidade do exterior duvido que, por exemplo, no MIT, o seu diretor de
2777 engenharia vá assinar um pedido para arrumar o banheiro da Engenharia Civil. Temos
2778 que contratar paisagista para arrumar a grama do quarteirão da Elétrica, atravessa a rua
2779 e tem que cortar a grama da Física, da Matemática. E quando poderia ser feito um único
2780 contrato, vamos ter que fazer 40 contratos para cortar grama. Esse é o pedido que faço
2781 e isso ficou muito claro no encontro de Atibaia, que precisamos ter um choque
2782 administrativo nesta questão, para diminuir essa quantidade enorme de trabalho que
2783 não leva a nada, no sentido de enriquecer a Universidade. Precisamos ter
2784 administradores, gerentes que façam essas coisas que qualquer pessoa com um pouco
2785 de discernimento faria, creio, com maior competência do que eu.” **Cons. Luiz Eugenio**
2786 **G. Leme**: “Após esse longo período que permeou as duas últimas reuniões do Co, na
2787 qualidade de representante dos Professores Associados, gostaria de aproveitar e, em
2788 nome de mais de 1.600 professores, voltar a abordar um tema que é de interesse desse

2789 grupo e da Universidade. Não vou falar da carreira linear, que é evidente que é uma das
2790 coisas importantes de se falar e importante de levar adiante, até porque fiquei muito feliz
2791 em saber que isso será discutido. Participo da comissão – e desde já aceito e agradeço
2792 – e acredito que possamos, talvez em uma próxima reunião, trazer uma contribuição
2793 mais interessante. Um problema essencial é que a percepção que a Universidade passa
2794 e que muitos professores têm é que o professor associado está em uma espécie de sala
2795 de espera da titularidade. Muitos sentem-se assim. E isso ocorre graças a uma situação
2796 bizarra que a Universidade possui, que é a exótica situação de ter dois cargos para a
2797 mesma função. Existem dois cargos distintos de professor, com funções extremamente
2798 semelhantes, que equivaleria a ter dois cargos de jardineiro ou de porteiro. Guardadas
2799 as proporções, a lógica é a mesma. Espero que possamos discutir isso no decorrer das
2800 próximas reuniões dessa Comissão. O problema com os professores com relação a isso
2801 é que nessa percepção de sala de espera eles têm alguns momentos que são
2802 evidentes. Um deles é dirigir toda a produção acadêmico-científica para um eventual
2803 concurso. O indivíduo centra sua vida acadêmica – e muitas vezes familiar – na
2804 eventualidade de um concurso. Isso faz com que o indivíduo acabe não servindo aos
2805 alunos, à comunidade e aos servidores, mas servindo-se dessas pessoas, o que é muito
2806 inconveniente. O segundo momento é desencantar-se da atividade acadêmica,
2807 perdendo a opção do entusiasmo - conforme o Professor Nunes colocou de maneira tão
2808 apropriada -, caindo de maneira irreversível, às vezes, no burocratismo. E a terceira é
2809 abandonar, de fato ou de direito, a Universidade, colocando a perder um investimento
2810 inestimável de décadas e de valores absurdos do ponto de vista material. O único
2811 antídoto possível para essa percepção equivocada é, do lado de uma estruturação de
2812 uma carreira linear, de fato, a percepção da valorização pelos próprios Associados.
2813 Nessa condição, a manifestação da governança da Universidade de medidas
2814 adequadas de valorização e de estímulo a esses profissionais parece-me que seria
2815 altamente positivo. Nessa condição, já tive ocasião de solicitar e faço novamente esse
2816 pedido, da estruturação de reuniões ou de eventos de uma estrutura nas quais os
2817 Associados pudessem reunir-se com a governança da Universidade, seja com o
2818 Magnífico Reitor, com o Vice-Reitor, seguramente, com os Pró-Reitores, de maneira que
2819 se possa conhecer os objetivos reitorais, coisa que nem sempre nós, do Conselho,
2820 conhecemos, mas o indivíduo que está no laboratório nem sempre tem essa percepção.
2821 Por outro lado, obter-se um relacionamento interprofissional, que já foi tão valorizado
2822 hoje e que, de fato, é um dos caminhos indispensáveis para uma nova Universidade. E
2823 ter uma sequência desses caminhos e da relação com a sociedade. Nesse sentido, já
2824 tive oportunidade de contatar com o Professor Rubens, que em princípio aprovou a
2825 factibilidade disso. E, também, tive oportunidade de contatar, por *e-mail*, alguns dos Pró-
2826 Reitores, que também se mostraram bastante acessíveis e se puseram disponíveis.
2827 Gostaria de pedir ao Magnífico Reitor e ao governo universitário as providências para
2828 podermos, de fato, viabilizar esses encontros, que tenho certeza, beneficiarão a todos e
2829 à Universidade, principalmente. Também, gostaria de fazer minhas as palavras do

2830 Conselheiro Michel, de que as próximas reuniões possam começar no período da
2831 manhã, embora saiba que esta é uma reunião grande, depois de um longo período de
2832 latência. Outro pedido que faço é que volte a antiga dinâmica da fala dos conselheiros
2833 ser antecedida, para evitar que possamos falar em *petit comité*, com tanta simpatia, mas
2834 com pouca repercussão.” **Cons. Manoel Fernandes de S. Neto:** “Faço um registro na
2835 condição de representante dos Professores Doutores da Universidade de São Paulo. Na
2836 primeira reunião deste reitorado solicitei a lista dos docentes da USP para que pudesse
2837 me comunicar com os mesmos, no sentido de lhes enviar as atas das reuniões,
2838 determinadas informações, manter um contato mais permanente e obter sugestões.
2839 Naquele momento, o entendimento que tive foi de assentimento, por parte do Magnífico
2840 Reitor, de que a lista seria entregue à representação dos Doutores. Ocorre que há três
2841 meses, aproximadamente, procurei uma funcionária da Secretaria Geral para solicitar a
2842 referida lista, mas fui informado de que o Secretário Geral tinha indicado a não entrega
2843 da mesma. De forma que deixo registrado que já foi solicitado mais de uma vez. Sei que
2844 é chato e que pareço impertinente, ainda mais pelo adiantado da hora, mas gostaria de
2845 solicitar que a lista fosse entregue, inclusive, em função da possibilidade de maior
2846 democratização das informações no interior da Universidade de São Paulo, que é,
2847 desde o começo deste reitorado, a proposta mais apresentada. Gostaria muito que na
2848 próxima vez que vir a este Conselho conseguisse a lista que, inclusive, foi
2849 disponibilizada a todos os candidatos a reitor na última eleição. Recebi *e-mails* de vários
2850 reitoráveis, que tiveram acesso a essa lista e acho oportuno que os representantes dos
2851 docentes, dos discentes e dos funcionários tenham acesso a essa informação. Não
2852 entendo a razão pela qual isso não nos é cedido. Espero que da próxima vez seja
2853 atendido com tanta simpatia como fui, mas que tenha a resposta afirmativa a esta
2854 solicitação feita reiteradas vezes.” **Cons^a Lisete Regina G. Arelaro:** “Vou insistir sobre
2855 um pedido da última reunião, do dia 06.04.10, que não foi atendido. Quanto ao
2856 cronograma de reuniões; nos organizamos melhor de manhã. Como agora teremos um
2857 tema específico de discussão, o que é bastante positivo, acho que definirmos, também,
2858 um cronograma de reuniões do Conselho Universitário é fundamental. A segunda
2859 questão é uma solicitação. Como não tivemos reunião em Junho, a nossa lei de
2860 diretrizes orçamentárias interna não aconteceu. Sabemos que o Prof. Engler já elabora
2861 automaticamente, mas fizemos algumas propostas e mudanças de critérios de
2862 percentuais, particularmente para Manutenção de Prédios e, obviamente, sempre
2863 fazemos esta discussão. Estou com receio de que somente em novembro ou dezembro
2864 ficaremos sabendo em que seremos contemplados, por isso acho importante
2865 discutirmos as linhas pelas quais vamos ter a distribuição do nosso orçamento. Uma
2866 terceira proposta, gostaria que abrissemos uma discussão muito fraterna, sobre uma
2867 situação que considero muito deselegante que está se estabelecendo entre nós, uma
2868 vez que, salvo engano, somente a FFLCH e a FE não cobram para emprestar os seus
2869 auditórios para atividades estritamente de colegas da USP. Em todos os outros lugares
2870 há uma cobrança e algumas delas, exorbitantes. Já chegamos a ter uma proposta de

2871 aluguel em um final de semana de R\$ 30 mil. De forma que gostaria de saber se
2872 poderíamos estabelecer algum critério fraterno e solidário entre nós, de que sendo
2873 atividades da USP, não seja cobrado dos colegas. Talvez, uma eventual reposição de
2874 materiais, tais como papel higiênico ou uma gratificação para o funcionário que
2875 acompanha, por exemplo, cuidando do audiovisual. Mas estamos estabelecendo um
2876 critério desigual, porque algumas Unidades têm e dispõem de auditórios que outras não
2877 podem ter. Gostaria que, pelo menos, este assunto fosse pautado e que tirássemos uma
2878 resolução amigável e solidária entre os que têm e os que não têm auditório”. **Cons.**
2879 **Sérgio Franca A. de Abreu:** "Trago uma moção da Congregação da Faculdade de
2880 Filosofia, Letras e Ciências Humanas, aprovada em 29.04.10 e gostaria de comunicar os
2881 principais pontos. A Faculdade recebeu a Comissão de Avaliação Externa, que fez
2882 visitas, avaliou nossas condições de trabalho, bibliotecas, os nossos cursos, enfim, as
2883 nossas atividades de ensino, pesquisa e pós-graduação; e recebemos um relatório com
2884 uma série de sugestões, visando o aprimoramento das nossas atividades. A
2885 Congregação da Faculdade decidiu elaborar um Programa de Trabalho, pelo qual essa
2886 avaliação é discutida nos Departamentos, juntando alunos, professores e funcionários,
2887 de maneira que possamos, do que for de nossa competência, executar e atender as
2888 recomendações que estão no relatório da avaliação. No entanto, o relatório também
2889 reconhece a excelência do ensino e da pesquisa da Faculdade, mas admite que
2890 estamos com um corpo docente muito restrito. Hoje há 11.000 alunos de Graduação e
2891 2.600 alunos de Pós-Graduação para menos de 500 docentes. A Comissão dos
2892 Especialistas recomendou uma ampliação de 35% do corpo docente. E a Congregação
2893 da Faculdade, não só neste aspecto, mas também na superação da carência de infra-
2894 estrutura, manifesta uma preocupação diante do comunicado da Reitoria, de que
2895 haveria restrições à manutenção e à recomposição do corpo docente. De forma que
2896 queremos deixar registrados nossa preocupação e o nosso desejo de que decisões que
2897 são recomendações de Comissões de Avaliação, que são promovidas pela própria
2898 Universidade, sejam, de fato, levadas a sério, para que possamos atender não só à
2899 manutenção, mas também avançar os nossos padrões de qualidade”. **Cons. Alexandre**
2900 **Pariol Filho:** “Primeiramente, espero que as próximas reuniões possam ser realizadas
2901 mais cedo. Todos nos têm perguntado sobre o Prêmio de Excelência este ano. Para que
2902 possamos, inclusive, não ter mais dúvidas em responder sim ou não, gostaria que o
2903 senhor nos adiantasse sobre esta questão, se tem a idéia ou é o seu desejo em sua
2904 administração estender esse Prêmio de Excelência. Fazemos esta pergunta porque,
2905 efetivamente, os funcionários estão nos perguntando muito e acho até que os senhores
2906 têm ouvido sobre isso em suas Unidades. Outra questão que nos foi perguntada é sobre
2907 a existência de uma lista de aposentados CLT, que estaria na CLR para ser discutida a
2908 situação destas pessoas perante a Universidade. São pessoas que já tiveram seu tempo
2909 contado de aposentadoria, se aposentaram e permaneceram trabalhando na
2910 Universidade. Houve um boato de que existiria um estudo para verificar sobre a situação
2911 destas pessoas nos quadros da nossa Universidade. Gostaria de saber o quanto está

estabelecido esse estudo, porque existe uma preocupação, também, entre essas pessoas, que em sua maioria já possui uma certa idade e esta intranqüilidade as deixam bastante apavoradas. Uma outra questão, aproveitando a presença do Prof. Nei, é sobre a situação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos de Lorena. Gostaria de saber, pois no ano que vem já se completará 5 anos desta discussão e creio que terminará o prazo deste decreto acertado entre o Governo do Estado e a Universidade. Gostaria de saber qual a situação destes funcionários porque, inclusive, eles nos pediram que fizéssemos essa colocação diretamente no Conselho Universitário e que ficasse constado em Ata esta preocupação dos companheiros: se eles continuarão ou não em nossa Universidade. Outra questão que gostaria de perguntar é sobre a questão da saúde na Zona Oeste. Chegou-nos a notícia de que a Faculdade de Medicina, através da Fundação da Faculdade de Medicina, estaria passando a administrar algumas instalações da Saúde na Zona Oeste, que pertence à Prefeitura de São Paulo. Quero saber qual é esta discussão porque, particularmente, não me lembro de ter discutido isto no Conselho Universitário e creio que seja necessária esta discussão. As pessoas também estão com outra preocupação, em relação às chamadas 'vagas podres', que são aproximadamente 1.600 vagas de funcionários, que não foram abarcadas naquela regulamentação do ano passado pelo Governo do Estado." **Cons. Marcello F. dos Santos:** "Gostaria apenas de deixar demarcado que apesar de serem questões pertinentes e oportunas de serem pautadas no Conselho, a maneira como tem sido organizado, infelizmente, só permite algumas questões serem levantadas, em um momento onde uma boa parte do Conselho já não se faz presente. Gostaria de acrescentar à lista de questões levantadas pelos companheiros representantes dos funcionários, em primeiro lugar, a publicação desse boletim nº 3 da 'USP Destaques', em que consta alguns artigos que dizem respeito ao conteúdo debatido no Primeiro Encontro de Dirigentes, o GEINDI. A primeira questão que nos saltou, foi se isso estaria se tratando de uma outra esfera de deliberações ou discussões que correria de maneira paralela às discussões que são feitas no Conselho Universitário. Se não, gostaríamos de saber qual seria a posição da Reitoria, inclusive por se tratar de temas completamente pertinentes aos funcionários, mas nenhum membro do Conselho Universitário ou outros membros representantes dos funcionários foram convidados a participar de uma atividade como esta. Além disso, nos chamou a atenção, também, o destaque que foi dado a um caso - e já entrando na segunda questão, não menos importante para nós - que, apesar de termos ouvido em várias intervenções de Conselheiros e do próprio Reitor, a importância que vem cumprindo os funcionários e os estudantes nos seus questionamentos, nos processos e no desenvolvimento da própria Universidade, conseguindo aperfeiçoar e chamar a atenção para questões candentes não só referentes à comunidade universitária, o que vimos sofrendo nesses últimos períodos - e aí eu abriria um espaço de tempo, porque abarcaria, inclusive, uma parte da gestão anterior, da Profa. Suely Vilela - é na verdade que esses questionamentos às nossas reivindicações, ao nosso projeto de Universidade, ao ser debatido, na maior

2953 parte das vezes é respondido pela Reitoria e por outros órgãos com processos
2954 administrativos, criminais e disciplinares. Destes processos nos chamou a atenção o
2955 destaque dado ao caso de uma funcionária, que era funcionária da Reitoria e foi uma
2956 das únicas que chegou a participar da greve de 2007, pois o outro funcionário que
2957 participou faleceu. E foi montado um processo administrativo dez dias após o término da
2958 greve de 2007, onde esta funcionária, por uma acusação de estar com dor de cabeça e
2959 de estar com a cabeça encostada no braço dentro do seu local de trabalho, teve uma
2960 pena da Comissão Processante que chamou a atenção. A pena estabelecida foi a
2961 demissão a bem do serviço público, da qual, inclusive, a Reitoria teria abrandado essa
2962 pena para trinta dias de suspensão. Isto nos chamou a atenção porque essa funcionária
2963 não teve período de recurso à pena, inclusive chegamos a colocar isso para o Prof.
2964 Amadio. Várias das ocorrências que foram feitas contra a funcionária, ela não obteve
2965 conhecimento, só obteve conhecimento quase praticamente após o processo julgado e,
2966 inclusive, já havia sido punida com uma advertência. Para nós isso ficou muito esquisito.
2967 Elencaria inúmeros outros casos, porque nesse momento vários diretores do Sindicato,
2968 entre eles: Neli, Anibal, Brandão, Magno e Solange estão sendo citados em inquéritos
2969 abertos na 93ª DP. E nos causou também bastante surpresa o fato de a delegacia ter
2970 pedido à Universidade dados profissionais referentes a esses servidores e a Reitoria ter
2971 emitido uma carta constando todos os dados desses funcionários. Não poderia passar
2972 por esta Sessão do Conselho Universitário sem colocar que é muito estranha uma
2973 concepção de democracia, onde as concepções diferentes são tratadas dessa maneira,
2974 com processos administrativos e punições. Manifesto o nosso repúdio a esse
2975 tratamento. Por último, gostaria de deixar protocolada uma carta, que não tivemos a
2976 oportunidade de deixar antes, que diz respeito a um dos aspectos, que na nossa
2977 avaliação, é expressa falta de transparência na Universidade, com relação aos contratos
2978 de trabalho com as empresas terceirizadas. Novamente, reiteramos, pois já fizemos
2979 esse pedido nesse Conselho e não nos foi informado. E por considerar um elemento
2980 importante de transparência da relação entre a Reitoria, a comunidade universitária e a
2981 população, estamos deixando por escrito, novamente, o pedido das cópias desses
2982 contratos. Não conseguirei entrar em todos os temas referentes aos funcionários, que
2983 seriam pertinentes serem discutidos nesse Conselho, mas gostaria de deixar essas
2984 questões colocadas e, obviamente, esperar respostas da Secretaria Geral.” **Cons. José**
2985 **Roberto Machado C. da Silva:** “Fui incumbido pelos meus colegas dos Institutos
2986 Especializados a fazer uma rápida leitura de uma carta. A Profa. Maria Hermínia, do
2987 Instituto de Relações Internacionais não pode comparecer, por estar viajando, então fui
2988 incumbido dessa missão. ‘Uma representação própria para os Institutos Especializados.
2989 Magnífico Reitor e Senhor Secretário. Os Institutos Especializados: IEE, CeBiMar,
2990 CENA, IEB, IRI, IMT, e IEA, têm contribuído de maneira relevante para o progresso da
2991 Universidade, cada qual dentro de sua área de competência. Os Institutos têm atuação
2992 diferenciada. Alguns oferecem cursos de pós-graduação e de graduação próprios, como
2993 o IRI, outros, cursos de pós-graduação, como o IEB, IEE, CENA e IMT, enquanto que o

2994 CENA e o IEE ministram disciplinas de graduação para cursos de outras Unidades.
2995 Todos produzem pesquisa, alguns de forma prioritária, como o CeBiMar e o IEE. IEE,
2996 IEA, IEB e IRI mantêm atividades importantes de extensão. Esta atuação diferenciada
2997 gera a necessidade de canais de comunicação e de representação próprios através dos
2998 quais cada Instituto possa interagir de forma mais produtiva e direta com a
2999 Administração Central, participando de decisões e se integrando mais às outras
3000 Unidades da Universidade. Temos certeza que a participação dos Institutos na vida da
3001 Universidade seria mais ágil, a possibilidade de atuações conjuntas e a contribuição nas
3002 tomadas de decisão seriam maiores, e o próprio desenvolvimento dos Institutos mais
3003 acentuado, se cada Instituto pudesse contar com representação junto ao Conselho
3004 Universitário. Seria também relevante considerar a necessidade que alguns dos
3005 Institutos têm de contar com representação própria junto a outros Órgão Colegiados da
3006 Administração Central. Por exemplo: todos os Institutos que oferecem pós-graduações,
3007 multidisciplinares ou não, poderiam ter cada qual seu representante junto ao Conselho
3008 de Pós-Graduação. Solicitamos que estas sugestões, que visam a instauração de uma
3009 representação mais eficaz e justa dos Institutos Especializados junto à Administração
3010 Central, sejam levadas em conta dentro da iniciativa da Reitoria de aperfeiçoar o
3011 Regimento Geral da USP.’ ” **Cons. Dário Ferreira Sousa Neto**: “A primeira solicitação
3012 que gostaria de fazer diz respeito ao que foi apresentado pelo Prof. Engler, da Comissão
3013 de Orçamento e Patrimônio, referente aos repasses que foram definidos por esse
3014 Conselho, como o montante que vai para a assistência estudantil e para a política de
3015 permanência. Gostaria de saber os detalhes de como se dão esses repasses. Em vários
3016 momentos, conversando com as Coordenadoras da COSEAS, as assistentes sociais
3017 alegam que às vezes não podem comprar material, como colchões que precisam ser
3018 substituídos, porque esse repasse ainda não foi realizado. Portanto, está havendo
3019 algum ruído entre a Reitoria e a COSEAS e, como representante discente, peço que
3020 sejam passadas em detalhes as informações do modo como é feito esse repasse. Em
3021 segundo lugar, quero parabenizar a Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária,
3022 que montou uma Comissão para trabalhar com a questão da diversidade, tema esse
3023 que tratei por muitas vezes durante o período de dois anos em que fiz parte do
3024 Conselho, insistindo na importância de a Universidade começar a tratar dessa questão
3025 da população LGBT entre os estudantes universitários. Pontuo essa questão, porém, há
3026 um problema sério na Universidade que se caracteriza por situações expressas de
3027 homofobia por parte de estudantes contra estudantes. Por exemplo: esse ano, houve
3028 um caso ocorrido na Faculdade de Ciências Farmacêuticas e na gestão da Prof. Suely
3029 ocorreu outro caso, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia. Aliás, houve
3030 uma reunião com a Prof. Suely e ela alegou que muitos desses alunos vêm de famílias
3031 conservadoras e, portanto, não sabem lidar com estas questões. Por isso, é
3032 responsabilidade da Universidade criar mecanismos para tratar desse tema dentro do
3033 seu corpo institucional, porque, infelizmente, acaba-se tendo práticas de intolerância e
3034 violência, não só entre estudantes, mas, também, por parte de funcionários que não

3035 sabem lidar com essa diversidade, haja vista que esse tema, embora esteja amplamente
3036 em pauta, é muito recente. Ocorrem práticas de coação por parte da segurança
3037 terceirizada no *Campus* da Capital e isso tem acontecido com o controle da entrada de
3038 alunos moradores do CRUSP na portaria; e não só com práticas homofóbicas, mas,
3039 também, com práticas racistas por parte desses funcionários terceirizados e também por
3040 parte da Guarda Universitária no *campus* da Universidade. Apresento este problema
3041 que, obviamente, será encaminhado para essa Comissão, que se empenhará para
3042 encontrar soluções. Contudo, não basta apenas o esforço da Pró-Reitoria de Cultura e
3043 dessa Comissão, é necessário o empenho de todos os professores, todos os diretores
3044 de Unidades, principalmente dos *campi* do interior. No *Campus* da Capital, temos, desde
3045 2002, o PRISMA, que vem fazendo essa discussão juntamente com o movimento
3046 estudantil. Pautada essa questão, tem havido um avanço significativo para os fóruns do
3047 movimento estudantil. No entanto, nos *campi* do interior essa discussão é muito carente
3048 e o que se verifica até hoje, são práticas de intolerância e de violência, que muitas vezes
3049 não são possíveis de se denunciar, pois a vítima não se assumiu para a família - o que
3050 reflete outro problema social - e a denúncia geraria problemas ainda maiores para essa
3051 vítima. Entendo que isso é um problema da Universidade, uma vez que se refere a
3052 estudantes, a funcionários e a docentes. E é princípio dessa Universidade fazer um
3053 trabalho de tolerância e de respeito, pois se trata de um princípio inquestionável
3054 defendido por nós. Assim, faço um apelo a todos os diretores presentes, à Reitoria e a
3055 esse Conselho Universitário, para que se pense em outras medidas, além dessa da Pró-
3056 Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, para que se combata isso de frente, porque
3057 ultimamente, segundo o grupo gay da Bahia, que faz um trabalho de levantamento de
3058 situações de violência no Brasil, a violência extrema, que é o assassinato, tem
3059 aumentado significativamente nesses últimos anos. Seria muito doloroso se a
3060 Universidade tivesse que lidar com situações extremas de violência, com alunos LGBT's
3061 sendo mortos por conta da homofobia. Já lidamos com situações de violência, com
3062 agressões físicas e verbais e não queremos chegar a esse ponto. Nesse sentido, faço
3063 esse apelo para que nos juntemos e pensemos políticas da Universidade para incentivar
3064 a comunidade acadêmica a uma cultura de respeito, de tolerância às diferenças e
3065 diversidades de modo geral." **Cons. Rodrigo S. Neves:** "Tenho uma carta de um colega
3066 de São Carlos para ler, mas antes disso quero tratar da fala do Prof. Cardoso, pois me
3067 aconteceu algo peculiar e me tocou a sua colocação. No caso, um grupo de alunos das
3068 Ciências Sociais veio me procurar para solucionar um problema na sala 102. Foi feito
3069 uma reforma nesse prédio e um banheiro foi colocado ao lado da sala de aula, o que
3070 inviabilizou o uso da sala. E o Prof. Cardoso tratou a questão da maneira mais
3071 adequada possível. A quem cabe resolver isso? Cabe à diretoria da Unidade
3072 desperdiçar seu tempo lidando com essa questão? Cabe ao Conselho Universitário
3073 discutir isso? Meus colegas me pediram que fizesse essa pergunta no Conselho
3074 Universitário. A quem cabe resolver isso? Nesse ponto, tenho que dar total apoio ao
3075 Prof. Cardoso na iniciativa de tentar desburocratizar esses processos. Passando para o

3076 que vim originalmente falar, gostaria de relatar a carta entregue a mim por Bruno
3077 Pinheiro de Melo Lima, aluno de Engenharia Aeronáutica da Escola de Engenharia de
3078 São Carlos e Representante Discente Suplente deste presente mandato do Conselho
3079 Universitário, o qual gostaria de chamar a atenção para a situação do *Campus 2* da USP
3080 - São Carlos. Bruno Pinheiro reconhece que as obras se aceleraram de maneira notável
3081 a partir da atual administração na Reitoria. No entanto, os estudantes e professores
3082 sediados no *Campus 2* ainda sofrem com diversos problemas que tornam quase
3083 insustentável a vivência no *Campus*. De acordo com o Representante Discente, as
3084 obras estão aceleradas apenas nas estruturas de ensino, em específico, no bloco
3085 didático, biblioteca, prédios departamentais e de laboratórios, enquanto que as
3086 estruturas auxiliares de vivência e permanência nesse *Campus* estão com suas obras
3087 completamente paradas. Recentemente, visitei o *campus* de São Carlos, em conjunto
3088 com o meu colega de bancada, José Oswaldo de Oliveira Neto, representante discente
3089 titular deste Conselho e com o autor da carta em minhas mãos e, de fato, constatamos
3090 que a estrutura de apoio ao ensino e vivência dificulta a vida dos estudantes e
3091 professores deste *Campus*. Em todo o *Campus 2* de São Carlos não há um único
3092 banco, não havendo sequer caixas eletrônicos, não há qualquer comércio, nem mesmo
3093 serviços básicos, como xérox, papelaria e cafés. Além disso, inexistem espaços de
3094 vivência adequados à prática de esporte, ao lazer e à cultura, como aqueles
3095 encontrados no *Campus 1*, oferecidos pelo CEFER e pelo CAASO. Também há a
3096 sensação entre os alunos de que ainda não há um projeto de moradia estudantil para
3097 esse *Campus*. Esta situação, acrescida do fato de que todas as repúblicas de São
3098 Carlos encontram-se nas proximidades do *Campus 1*, torna os estudantes dependentes
3099 de uma linha de circulares com poucos horários e que não rodam a noite, o que está
3100 prejudicando e até mesmo inviabilizando as atividades de pesquisa e dos grupos
3101 extracurriculares. Cito o exemplo da equipe EESC USP de Aerodesign, quatro vezes
3102 campeã mundial, que desde sua mudança para o *Campus 2*, juntamente com o
3103 Departamento de Aeronáutica, sofre para levar adiante seus projetos, em virtude da
3104 distância do *Campus* e da já citada precariedade no transporte. O *Campus 2* da USP de
3105 São Carlos conta com uma área grande, uma boa paisagem e um projeto urbanístico
3106 razoável, embora tenha problemas que precisam ser sanados, como a falta de bolsões
3107 de estacionamento. E como pude perceber durante minha visita, os estudantes de São
3108 Carlos sentem que o *Campus 2* que se vê hoje é totalmente dependente do *Campus 1*,
3109 sem estrutura apropriada para desenvolver suas atividades adequadamente. A frase
3110 que melhor descreve essa situação é de Bruno Pinheiro de Melo Lima, que afirma que
3111 'O *Campus 2* não está sendo conduzido com a grandeza que é própria da USP e de sua
3112 história. O *Campus 2* da USP de São Carlos é hoje um gigante sem alma, sem vida'.
3113 Embora eu tenha plena compreensão de que o *Campus 2* é um projeto em andamento e
3114 que a Reitoria não tem medido esforços para acelerar as suas obras, gostaria de
3115 requisitar, a pedido dos estudantes desse *Campus*, que a Reitoria adote medidas que
3116 atendam às necessidades básicas do *Campus 2*, que não são de difícil realização ou

3117 mesmo demoradas. Gostaria de requisitar que se instale, o quão cedo possível, caixas
3118 eletrônicos nos prédios desse *Campus*, se possível com atenção especial ao Bloco
3119 Didático, o qual conta com amplo espaço para tal. Gostaria, também, de requisitar que
3120 se inicie um processo de licitações para que haja, ao menos, uma copiadora para
3121 atender aos estudantes desse *Campus*, visto que é insustentável o ensino,
3122 especialmente de engenharia, sem a disponibilidade de impressões e cópias. Por fim,
3123 peço que a Reitoria e a Coordenadoria do *Campus* de São Carlos atentem para a falta
3124 de bolsões de estacionamento no projeto urbanístico do *Campus* e busquem sanar esse
3125 problema no decorrer das obras.” **Cons^a. Sandra Margarida Nitrini**: “Foi citado o caso
3126 do banheiro do prédio de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia. Concordo com o
3127 Prof. Cardoso que se trata de uma tarefa que, para os dirigentes, é muito desagradável.
3128 Contudo faço questão de dizer para esse Conselho Universitário que a diretoria da
3129 FFLCH abraça também essas tarefas insanas e a mesma já tomou medidas com
3130 relação a esta questão do banheiro, que se deu em decorrência de uma reforma recente
3131 da COESF, que já foi acionada e as medidas necessárias já estão sendo tomadas.
3132 Aliás, as direções da FFLCH, digo, a do Prof. Sedi, a do Prof. Gabriel e a minha não
3133 dormem no ponto quanto a essa questão. E se não conseguimos dar as condições
3134 ideais é por conta de todas as dificuldades que a Universidade vivencia, que foi
3135 mostrada nessa bem-sucedida reunião dos Dirigentes. Acredito que o Reitor tomará as
3136 medidas no sentido de, no mínimo, se não acabar com tudo, minimizar essas questões.”
3137 **M. Reitor**: “Com referência às questões que foram aqui colocadas, não é porque havia
3138 pouca gente que elas são menos importantes ou menos ouvidas. Pedi à Secretaria
3139 Geral que além da ata, fizesse uma listagem das questões que serão objeto de estudo e
3140 de resposta. Há muitas coisas que já poderia adiantar, mas não é só pela questão do
3141 adiantado da hora, é porque seria uma resposta empírica e é preferível que se adote
3142 essa postura. As coisas estão anotadas, serão listadas e conversadas com as pessoas
3143 responsáveis pelas áreas e respondidas. Com referência a questão da demora de hoje,
3144 ela não se deve simplesmente pela reunião ser realizada no período da tarde ou da
3145 manhã - embora isso também será observado – mas é importante lembrar que não
3146 pudemos realizar a reunião de junho, o que acresce enormemente a reunião seguinte.
3147 Portanto, cada qual de nós poderia assumir sua parcela de responsabilidade em várias
3148 questões, inclusive nesta. Agradeço a todos que ficaram e sei que não é normal que a
3149 reunião se estenda até esse horário. Isso se deve, também, a um ou outro processo
3150 mais longo, o que é normal. Será dada resposta a todas as questões que foram
3151 colocadas aqui, não só hoje como as que serão colocadas. Peço que todos imaginem
3152 que parcela tem de responsabilidade nesse problema. São várias questões complexas,
3153 como por exemplo, quando se fala na questão da centralização das verificações
3154 prediais. Não é impossível, mas é algo que vai contra uma regra de ouro que todos
3155 colocam, que seria a de descentralização. Claro que não é obrigado que a
3156 descentralização seja absoluta, mas todos sabem que para resolução de problemas é
3157 necessário que haja uma colocação de equipe. E por fim é importante que se verifique

3158 que essas reuniões com os Dirigentes da Universidade de maneira nenhuma
3159 substituirão nada. Da mesma forma que a Administração poderia ser feita entre quatro
3160 paredes, ela fica muito mais ampla no sentido de se fazer com a colaboração, na
3161 detecção dos problemas e na resolução das questões administrativas. Não há
3162 usurpação daquilo que compete aos órgãos colegiados. Fizemos a reunião da mesma
3163 forma como vários segmentos fazem reuniões e não somos chamados - e nunca
3164 reclamamos pelo fato. É importante que as questões sejam colocadas com sinceridade
3165 e as respostas virão. Nessa sequência, é possível ir diminuindo não só as
3166 problemáticas, mas também as tensões. Para isso é necessário vontade real de todas
3167 as partes. Portanto, agradeço uma vez mais. Está encerrada a sessão.” Nada mais
3168 havendo a tratar, o Magnífico Reitor, dá por encerrada a reunião, às 20h30. Do que,
3169 para constar, eu, _____, Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei e
3170 solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros
3171 presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 14
3172 de setembro de 2010.